

João Paulo França

A CIDADE E AS RUAS:

Crônicas e memórias na Campina Grande da primeira metade do Século XX



João Paulo França

A CIDADE E AS RUAS:

Crônicas e memórias na Campina Grande da primeira metade do Século XX



Campina Grande - PB
2020

F814c França, João Paulo.
A cidade e as ruas [livro eletrônico]: crônicas e memórias na Campina Grande na primeira metade do século XX / João Paulo França. - Campina Grande: EDUFMG, 2020.
pdf.

ISBN 978-65-86302-11-0
Referências.

1. Cidade - História. 2. Ruas. 3. Campina Grande-PB. I. Título.

CDU 94(813.3)

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELO BIBLIOTECÁRIO GUSTAVO DINIZ DO NASCIMENTO CRB-15/515

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFGG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFGG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Projeto gráfico

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

A Fabio Gutemberg (*in memoriam*), professor amigo, incentivador desta pesquisa nos tempos de graduação e amante da história urbana campinense.

A João França e Zefinha França (*in memoriam*), avós-pais que muito ensinaram por meio de sua simplicidade sobre as belezas e batalhas da vida.

As ruas, como as criaturas, como tudo na vida, têm também sua crônica, seu destino, uma história pra ser contada. Os homens, como os seres pensantes, como fonte de energia ativa e de seus pecados, não são logo esquecidos: passam como as caravanas, porém deixando exemplos, obras que os tornam inesquecíveis, que a qualquer momento podem ser citadas para estímulos de outros. As ruas, pelo contrário, se transformam através dos séculos ou dos anos, sem deixar traços do que foram e os dramas que viveram, como a que estudamos agora, através dessa coisa maravilhosa que é a recordação. Ruas inteiras são arrasadas, como aconteceu com a do Progresso, para a continuação da Avenida Marechal Floriano. Quarteirões inteiros, pedras, muros, morros, árvores, matas, sítios desaparecem com a ação impiedosa do avanço humano, tudo imposto pela necessidade de melhorar e evoluir.

Ruas e mais ruas são sacrificadas.

(Cristino Pimentel)

AGRADECIMENTOS

Externo toda gratidão àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, não só acadêmica, mas principalmente para a vida cotidiana.

O texto do presente livro é baseado na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – PPGH-UFCG. As leituras e estudos posteriores, frutos das contribuições e das críticas a partir da apresentação fragmentada do texto em eventos, como a VII Semana Nacional de História do CFP/UFCG/Cajazeiras, e em periódicos, como a Revista Espacialidades e a Mnemosine Revista, foram incorporadas nesta edição.¹

Todavia, para que o caminho dos estudos fosse trilhado, muitos auxílios, não só acadêmicos, mas também materiais se fizeram presentes em minha trajetória. Por isso, acrescento a este singelo agradecimento as lembranças seguintes.

Por meus ideais cristãos, agradeço a Deus, por me conceder forças e fé para prosseguir nos estudos e alcançar muitos objetivos, apesar das dificuldades e dos percalços da vida. Foi com fé em Deus que sempre obtive inspiração e força para vencer as tribulações.

Lembro e agradeço as várias contribuições de todos os professores e professoras do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, que, nos bons tempos da graduação e no Programa de Pós-

1 O capítulo 2 foi publicado em parte com o título “Itinerários campinenses na primeira metade do século XX: percursos, memórias e territórios” na Mnemosine Revista. [on-line]. Programa de Pós-Graduação em História, CH – UFCG, 2015, v. 6, n. 3, jul./set. 2015. p. 98-126. O texto do capítulo 3 foi em parte apresentado com o título “A rua do esquecimento: a memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande-PB” na Revista Espacialidades [on-line]. Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História – UFRN, 2015, v. 8, n. 1, p. 298-317.

Graduação em História – PPGH – sempre mostraram diferentes formas de compreender a História.

Agradeço ao Professor Dr. Roberval da Silva Santiago, obstinado e carismático amigo orientador da dissertação. Estimo sua paciência, compreensão e, principalmente, as sugestões teóricas e metodológicas. Suas observações reordenaram em diversos momentos os rumos deste estudo.

Reconheço também a contribuição do Professor Luciano Mendonça, árduo defensor das causas que envolvem as condições sociais da população negra ao longo da história. Estendo os agradecimentos à Professora Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento e ao Professor Dr. José Benjamin Montenegro, participantes da banca examinadora da dissertação na etapa de qualificação, muito contribuindo com suas leituras e ressalvas para o aperfeiçoamento das bases do trabalho. Estimo a relevância de suas observações.

Agradeço aos professores Dr. Josemir Camilo de Melo e Dr. José Otávio Aguiar, por comporem a banca examinadora da defesa final da dissertação. Suas sugestões pertinentes muito contribuíram para o aprimoramento da redação final do texto.

Agradeço ao amigo escritor Bruno Gaudêncio, companheiro de turma no mestrado e primeiro leitor no formato de livro. Suas leituras, observações e sugestões permitiram a materialização desta obra para o(a) prezado(a) leitor(a).

Continuando no ambiente acadêmico, agradeço aos amigos e amigas, bem como a todos os colegas que, no decurso dos anos, conviveram comigo as alegrias, apreensões e descobertas da universidade. Em especial, agradeço ao amigo Lincon César Medeiros de Souza, com quem tive a alegria de participar e apresentar trabalhos conjuntos em congressos e encontros acadêmicos nos tempos de graduação.

Foi graças ao bom convívio e à formação na universidade que consegui diversas vitórias em minha vida. Entretanto, neste momento,

gostaria de registrar, para jamais esquecer de onde vim, o passado de dificuldades da graduação, mas também de muita solidariedade e ajuda que recebi: agradeço ao meu padrinho Clemliton e aos irmãos Truta; Alexleide e Havelange; Tânia e Gilmar e outros colaboradores da cidade de Barra de São Miguel-PB. Lembro também os inúmeros colegas da RUN-CG (Residência Universitária), onde morei entre 2003 e 2005, últimos anos da graduação, ali aprendi importantes lições de solidariedade que trago em minha vida.

Agradeço a Aurinha, esposa primorosa, que acompanhou toda a minha formação universitária, permitindo dividir sua atenção e presença com os livros da pesquisa empreendida para esta obra. Ao final, incorporou também a função de primeira leitora de rascunhos e ideias soltas que coloquei no papel a fim de sugerir os ajustes gramaticais necessários para a boa compreensão da mensagem que eu ansiava mostrar. A Aurinha, agradeço os belos momentos conjugais vividos, em especial, a nossa nova fase de vida, com a chegada de Maria Liz, nossa multiplicação de felicidade.

No ambiente doméstico, não poderia terminar estas linhas de agradecimentos sem lembrar especialmente minha mãe, Maria das Neves França, seu esposo Zezinho e demais familiares que moram no Rio de Janeiro, em especial, minhas irmãs, Jaqueline e Jacilene, fontes de ternura e carinho familiar.

Hoje falecidos, registro que tudo devo a minha avó, Zefinha (mãe) e ao meu avô, João França (pai), que me acolheram, criaram, ensinaram as primeiras letras e, muitas vezes, tiraram recursos de seu próprio sustento e bem-estar para me proporcionar “regalias”, como a de ser o primeiro mestre universitário desta família de agricultores nordestinos. No plano celeste, conto sempre com suas interseções.

Por fim, lembro o meu pai, onde e como estiver...

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO 1

SAIR DO “MATO” PARA A “RUA”: O ESPAÇO DE CAMPINA GRANDE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	39
A “RUA DA ORIGEM”: CAMPINA GRANDE ANTES DE 1907	43
A “RUA DO MEIO”: CAMPINA GRANDE DE 1908 A 1935	53
A “RUA DAS TRANSFORMAÇÕES”: CAMPINA GRANDE DE 1936 A 1950	68

CAPÍTULO 2

A RUA E OS SENTIDOS: UMA INTERPRETAÇÃO DA DINÂMICA URBANA DE CAMPINA GRANDE - PERCURSOS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS	87
O “OLHO DA RUA” - SOCIABILIDADES E VIVÊNCIAS EM CAMPINA GRANDE NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX	93
O “PROLONGAMENTO DA RUA”: EXPANSÃO TERRITORIAL E SOCIABILIDADES EM CAMPINA GRANDE NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	114

CAPÍTULO 3

A “RUA DO ESQUECIMENTO”: A MEMÓRIA DOMINANTE NOS LOGRADOUROS DE CAMPINA GRANDE	143
NOMEAR É PRECISO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA RUA	147
O NOME DA RUA NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE: A DISPUTA DA MEMÓRIA	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	183
ANEXO	193
FONTES DE PESQUISA	199

PREFÁCIO

Escrever um livro parece fácil, basta uma mesa, uma cadeira, um papel, uma caneta e rasgar uma veia...

R. S. BERRAL

Todo texto é uma revisão, intencional ou não, de múltiplos textos. Para a grande maioria dos acadêmicos, revisar seus escritos, se por um lado é exercício de pura vontade, por outro, é o de se defrontar com o dilema de manter a fidelidade original, uma vez que tudo muda com o tempo. É nesse ritmo de mudança, em decorrência natural da perenidade do tempo, que as formas de imaginação e criatividade também acompanham a vida, assim como tudo aquilo que já foi escrito noutra ocasião.

A rigor, o propósito do prefácio não é desvelar as alterações que a dissertação de mestrado defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, por João Paulo França, do qual fui orientador, e sua transformação em livro, mas o de recepcionar tanto a sua dedicação em rever novas leituras a respeito do tema quanto o esforço de expandir a sua contribuição historiográfica para além dos horizontes da academia.

Se o fazer historiográfico é uma prática contínua, o propósito de João Paulo França se mostra transparente logo de frente quando ele resolve que chegou a hora do texto acadêmico ser transmutado para o formato de livro. O livro, por sua vez, é um artefato que busca uma infinidade de leitores, somando-se as mais signatárias camadas de olhares e de compreensões abrangentes. O livro é um meio de transmissão e não um fim em si mesmo. Revendo as variações de ideias transitadas durante a nossa breve revisitação do texto, acreditamos

que a proposta do autor se inclui ao relevo de redimensionar a sua reescritura momentaneamente parcial.

Se tudo estreou como uma dissertação acadêmica, tendo agora a finalidade de se tornar um exemplar livresco, devemos reconhecer devidamente, no plano consensual, as razões tangíveis do autor quando procura almejar tamanha experimentação ao desafiar novos caminhos historiográficos. Essa provocação intelectual, João Paulo França consegue atingir com primazia e êxito.

Como se não bastasse o instigado empreendimento correlato à investigação científica desprendida na fabricação de sua dissertação de mestrado a respeito do eixo-temático de *História e Cidades*, o proponente conseguiu ativar em seu reexame textual uma supracamada de leituras cujos ditames tópicos se renovam a cada instantânea proposição fronteira limiar.

Contemplando analiticamente o tema *Cidade e História*, sendo a pesquisa documental relacionada diretamente à inclusão de uma perspectiva iconológica de antigos retratos da cidade, ambos os conteúdos investigados por João Paulo França, tendo como plano de fundo um momento histórico da *Cidade de Campina Grande*, é, e continua sendo, uma argamassa textual de imprescindível relevância para os estudiosos do gênero.

“Fazer um passeio indagador pelas ruas da cidade de Campina Grande ao longo da primeira metade do século XX é o desafio que lançamos nesta obra”, acentua o autor logo no início da sua Introdução, já predispondo o leitor à provocativa curiosidade reflexiva. A cada capítulo, João Paulo França instiga o legente a descortinar novos olhares para a arrojada proposição de como se vê e de como se sente quando escreve sobre o tema *Cidade e História*. A escritura perpassa os círculos acadêmicos e penetra coração adentro.

Nos singelos capítulos do livro, João Paulo França continua a nos convidar a passarmos, numa indescritível narrativa, e a conhecermos o mito de fundação da cidade, o surgimento das ruas elegantes, as

tramas populares, assim como as conspirações instituintes aludidas às frequentes reformas urbanas. Em suas letras, emergem a explicação do apogeu de prosperidade dos negócios advindo da produção algodoeira e do comércio, a chegada do trem trazendo eletricidade, da água encanada, dos teatros e cinemas, entre outras formas de diversão. Enfim, são performances históricas estilísticas que traduzem efêmeros recortes do passado das veias abertas da *Cidade de Campina Grande*.

De fato, há inúmeras produções acadêmicas bem qualificadas do gênero *Cidade e História*, em particular, estudos voltados à *História de Campina Grande*, enfileirando as profícuas prateleiras do Programa de Pós-Graduação do Curso de História da UFCG, à disposição do pesquisador e do leitor comum, todavia, são poucas produções que se equivalem à perscrutação documental deste estreante escritor.

A narrativa escritural e visual é densa, suave e cativante. O ritmo dos parágrafos com as devidas sucessões dos capítulos são pérolas convidativas aos atentos olhares predispostos a curtir a construção rito-cadencial de como se acolhe uma nova forma de escrever a história das cidades.

Desde já agradeço o convite de prefaciá-lo seu livro e, ao mesmo tempo, remeto o meu humilde julgamento consciente-descritivo, mas profundamente emocional, a duas premonições: primeiro, parabenizá-lo por sua resoluta missão literária. Segundo, por sua hábil reescritura inventiva sem perder de vista a crítica historiográfica, seguida por seu refinamento narrativo.

Por fim, caro João Paulo França, encerro a minha vez com um singular fragmento de Ítalo Calvino, presente em toda a estrutura da obra-prima *As cidades invisíveis*, a qual considero, de longe, a mais qualificada fonte de sua inspiração: “As cidades nunca são como avistamos, mas como as sentimos...”.

CAMPINA GRANDE, 14 DE DEZEMBRO DE 2018

ROBERVAL DA SILVA SANTIAGO

INTRODUÇÃO

Fazer um passeio indagador pelas ruas centrais de Campina Grande ao longo da primeira metade do século XX é o desafio que lançamos nesta obra. Nos últimos anos, é perceptível um verdadeiro *boom* na historiografia, que tem se renovado e lançado seu olhar para a história da Paraíba e, de forma específica, para a cidade de Campina Grande. Para essa efervescência, muito têm contribuído as pesquisas e os lançamentos de obras de docentes e discentes dos cursos de História locais, quer sejam da Universidade Estadual da Paraíba, quer sejam da Universidade Federal de Campina Grande, em particular, a partir da fundação do Programa de Pós-Graduação em História e suas linhas de pesquisa.

Diante desse quadro, um desafio se impõe ao presente livro: o que trazer de novo num espaço/tempo tantas vezes visitado pela historiografia campinense? Analisando as obras editadas e pesquisando as fontes históricas de época, tais como jornais, relatos de memórias, crônicas, fotografias e depoimentos orais, acreditamos que falta a visão histórica de uma abordagem a respeito das ruas de Campina Grande na primeira metade do século XX. Já se falou da chegada de maquinarias e equipamentos de conforto,² dos divertimentos,³ das imagens da cidade,⁴ de grupos específicos, dos homens de letras ou

2 ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

3 SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos – sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Doutorado em História, UFPE, Recife, 2002.

4 CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande: EDUFCEG, 2009.

de populares,⁵ das prostitutas,⁶ da educação,⁷ entre outros temas, mas a temática da rua ainda não foi devidamente explorada.⁸

Este livro se propõe a analisar memórias escritas e visuais, imagens, e visitar os arquivos e fontes primárias, como os jornais de época, a fim de trazer para o leitor uma paisagem panorâmica do cotidiano de Campina Grande, levando em conta “o burburinho”, as vivências, os espaços arquitetônicos e os territórios construídos simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que circulavam pelas ruas da cidade na primeira metade do século XX.

Esta obra deve e muito em sua gênese ao historiador Fábio Gutemberg, o qual lançou seu olhar para as ruas de Campina Grande buscando compreender as cartografias e os espaços de vivências dos diferentes indivíduos, fazendo uma história social da cidade.⁹ Todavia, lançamos um olhar diferenciado no sentido de identificar não só os locais dos diversos grupos que compunham o espaço urbano, mas também as imagens, os mapas e as mudanças físicas e simbólicas. O recorte espacial usado se apresenta de forma mais abrangente, tendo em vista que este procura mostrar aspectos da chegada do século XX até os anos 1950, traçando um movimento panorâmico

5 SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

6 NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite – prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

7 AGRA DO Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades- Campina Grande (1959)*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

8 Uma exceção é a abordagem em parte de tal temática na tese de doutorado do Professor Fábio Gutemberg. As obras aqui mencionadas são estudadas pelos pesquisadores e moradores locais, não sendo nosso objeto nesta explanação o aprofundamento acerca de suas visões e construções históricas. Citamos, entre as diversas contribuições, essa panorâmica de obras como um início instigante de referências para os leitores e pesquisadores que desejam aprofundar sua visão acerca de Campina Grande a partir de diferentes temáticas e estilos de escrita da história local. Nossa contribuição será uma abordagem a partir das ruas e construções de territórios e memórias da cidade na primeira metade do século XX.

9 SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. *Territórios de confrontos: Campina Grande - 1920-1945*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

e vislumbrando assim uma série de transformações arquitetônicas e sociais de que os moradores e as ruas centrais de Campina Grande foram testemunhas.

Este trabalho tem a perspectiva de contribuir para a historiografia nacional e local no sentido da história cultural do urbano. Como nos diz Sandra Jatahy Pesavento:

(...) interessa-nos o aprofundamento de uma história cultural do urbano, onde se cruzem os dados objetivos - obras, traços, sinais ou “cacos” da passeidade que nos chegam, sob a forma de imagens ou discursos, com as possibilidades de leitura que a cidade oferece.

Empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária.¹⁰

Neste caso, seguindo os passos daqueles que se encantaram com a vida nas cidades, a exemplo de cronistas como João do Rio, em seu livro *A alma encantadora das ruas*, ou mesmo do campinense Cristino Pimentel, em sua coluna *Coisas da Cidade*, editada em diferentes jornais, procuramos captar um pouco desta “alma encantadora” das ruas campinenses, fazendo assim um movimento de apresentação, descrição e conhecimento das “coisas da cidade”, contribuindo para lançar luz sobre o passado, captando passagens e aspectos das esquinas, das praças, dos bancos à sombra das gameleiras, das marquises, dos “vazios” e das “multidões”. Neste aspecto, a rua se desnuda em sua arquitetura e em seus territórios, dando vida ao próprio mundo urbano.

10 PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 16, 1995, p. 281-282. Sobre o espaço de Campina Grande, a partir desta matriz teórica, destaco a obra: SOUSA, Katyuscia K. C. de. *Sonhos urbanos: o parque do Açude Novo e a (re)construção da “alma campinense”*. Campina Grande (1969-1976). Campina Grande: EDUFCEG, 2014. Como vemos, ela trata de um espaço/tempo específico diferenciado em relação à nossa abordagem de Campina Grande.

É importante mencionar que nosso ponto de partida é o espaço da rua, e isso se dá em virtude da sua especificidade, pois já não se pode imaginar a cidade como algo uno, homogêneo, com as experiências diárias vividas de forma igual em suas diferentes artérias.¹¹ Afinal, a cidade é plural, marcada principalmente pela diversidade. Esta diversidade é perceptível pelas características de cada rua, pelas especificidades criadas por seus moradores e transeuntes. Sendo assim, os pressupostos da história cultural nos permitiram compreender, através das fontes, como os diferentes grupos sociais recebiam as transformações que estavam ocorrendo nas ruas da cidade e como os indivíduos dentro destes grupos se apropriavam das mudanças e as redimensionavam no seu dia a dia¹².

A rua foi o canal que utilizamos, baseados em Michel de Certeau, para observar as práticas cotidianas dos diferentes segmentos sociais em sua relação com equipamentos e símbolos modernos, tais como a presença da luz elétrica, da água encanada e do cinema.¹³ Tudo isso aliado às melhorias físicas dos logradouros, com o calçamento, as praças jardinadas e os passeios públicos limpos. Dessa forma nos debruçamos sobre os hábitos dos diferentes moradores, observando o que mudou com a presença de equipamentos modernos e como eles

11 Etimologicamente a palavra “rua” vem do latim *ruġa*, “ruġa, dobra, sulco”. Uma explicação possível seria porque, na época do início de Roma, as ruas tinham profundos sulcos, deixados pelas rodas das carroças, o que lhes dava um aspecto de enrugadas, sulcadas. Informações disponíveis em: <http://www.origemdapalavra.com.br>. Acesso em: 09 abr. 2017.

12 Sobre os conceitos de “representação” e “apropriação”, ver Roger Chartier na obra *A história cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. Estes conceitos são importantes para a nossa investigação histórica no sentido que compreendemos, baseados em Chartier, que há uma representação do mundo exterior, de uma rua, por exemplo, e esta representação é “apropriada” pelos transeuntes, pelos moradores, pelas autoridades, nem sempre de forma harmônica, mas com a reconfiguração que cada grupo ou indivíduo imprime a sua experiência com tal espaço representado.

13 Utilizamos o conceito de “práticas cotidianas” de Michel de Certeau para compreender as ações do “homem ordinário”, com suas “astúcias” e suas “táticas” para desenvolver suas práticas no cotidiano de resignificação da realidade vivida. Este homem não é um agente passivo, mas com suas burlas e desvios (re)inventa o cotidiano Ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1- Artes de fazer. 16. edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

passaram a se comportar no dia a dia diante de algumas alterações na cidade, mesmo que muitas vezes tais mudanças fossem endereçadas apenas para um grupo restrito de habitantes, como foi o caso da energia elétrica.

Enquanto determinada camada social saudava a chegada de um equipamento de conforto como a luz elétrica, aumentando assim os espaços de vivências em torno do moderno, com as saídas à noite para praças e ruas, clubes literários, cinemas, bares e ambientes que traziam certa “vida noturna” para a cidade, outras pessoas continuavam na escuridão, pois muitos dos logradouros, principalmente nos subúrbios, ainda tinham uma iluminação péssima e, dentro das residências, os moradores permaneciam com o candeeiro a querosene.

Essa discrepância na “moderna Campina” acontecia porque a iluminação fornecida pela empresa Luz e Força era cara e péssima, como denuncia o jornal *A Batalha*, de 04 de abril de 1935: das 6.033 residências da cidade, apenas 1.300 suportavam o preço do serviço de luz. Assim, da “população de 36.198 almas, apenas 7.800 suportam a carestia impiedosa de sua energia elétrica e 28.398 valem-se de querosene. Que horrível situação das classes pobres da dinâmica cidade: luz caríssima e água difícil e péssima”.¹⁴

Após pontuarmos as mudanças físicas do espaço urbano e como os moradores e transeuntes acolheram tais transformações, procuramos por fim compreender o processo de disputa no campo da memória. Nomear ruas e praças não é um ato de governo distante do cotidiano. Na verdade, esse processo passa pelo campo da disputa da memória dominante do lugar, no qual podemos compreender o que se buscou lembrar e o que se procurou esconder. Nesse sentido, certas pessoas e datas foram enaltecidas, ao passo que outros nomes e grupos populares, como os negros, foram relegados ao esquecimento. Exemplo dessa afirmação pode-se perceber na nomenclatura da atual

14 *Jornal A Batalha*, 04/04/1935, n. 25. p. 3.

Rua Venâncio Neiva, no Centro de Campina Grande. Na origem deste logradouro, os moradores apenas o conheciam como o “Beco imundo”, que juntava os detritos das ruas adjacentes, formando uma espécie de riacho sujo, o que levava os populares a nomear tal espaço físico de “Beco da Bosta” ou “Beco da Merda”.¹⁵ Todavia, no início do século XX, constata-se que a nomenclatura oficial passou a ser Rua José Precipício.¹⁶

Com certeza, os nomes mais populares não eram os que as autoridades e as camadas abastadas da sociedade gostariam de pronunciar quando se referissem a esse espaço. Assear o ambiente e impor a nomenclatura de José Precipício também não contentou a todos os “homens do poder”, que acabaram por renomear o espaço com outra denominação, no caso, “Rua Venâncio Neiva”.¹⁷ Esta foi a medida tomada para que se apagasse a “mácula” do nome que tinha aquela rua na boca dos moradores da cidade. Assim, a memória dominante hoje fala de Venâncio Neiva e não do nome popular de “Beco da Merda” para se referir a esta artéria central campinense.

Entendemos que, para estudar as transformações pelas quais passou a cidade de Campina Grande durante o início do século XX, podemos partir do estudo de algumas de suas ruas, principalmente as centrais. Para isso, seguimos Maria Paula do Amaral Dick, que apresenta algumas justificativas para esse empreendimento:

15 Informações constatadas pelo articulista professor Severino Machado. Ver: Ruas de Campina: Venâncio Neiva (I). *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal Diário da Borborema, 24/07/1983, p. 6.

16 Sobre esta mudança de nomes, fazem menção: PIMENTEL, Cristino. A Rua Venâncio Neiva. In: *Abrindo o livro do passado*. 2. edição. Campina Grande: EDUFPG, 2011, p. 104; RODRIGUES, José Edmilson et al. *Memorial urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996, p. 155. Nesta obra, consta também a informação de que o nome de José Precipício foi retirado da rua central da cidade, no caso, a atual Venâncio Neiva, e levado a “batizar” outra artéria no atual bairro de Bodocongó, o que nos leva a indagar: a quem interessaria tal mudança? Este é mais um exemplo de disputa no campo da memória dominante dos logradouros.

17 Lembrando assim a memória do primeiro “Presidente do Estado da Paraíba” no período republicano (atual cargo de governador).

A rua é ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia a dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas.¹⁸

Percebe-se neste fragmento que, quando nos deparamos com o espaço da rua, estamos na verdade diante de algo praticamente incorporado a nossa vida, sem que, contudo, paremos para refletir sobre sua dinâmica e influência no dia a dia. Para a rua, tudo converge e é nela onde encontramos uma das principais características do mundo urbano, ou seja, a rapidez, a agitação, o barulho, enfim, as “marcas do triunfo da modernidade”.¹⁹

Desse modo, percebemos que o espaço da rua pode nos oferecer importantes subsídios para a pesquisa histórica. Nesta perspectiva, consultamos, entre outras contribuições, a de Raquel Rolnik. Esta autora faz considerações a respeito da história urbana e enfatiza a atenção que o historiador deve ter com relação a este campo de investigação:

Contraopondo-se a noção de espaço à noção de território, há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território. O território é uma noção que incorpora a noção de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território.²⁰

18 DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O nome da rua In: *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996. p. 133.

19 ARANHA, Gervácio Batista. Visões da modernidade urbana: a experiência nortista. In: *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1920)*. Doutorado em História, Unicamp, Campinas, 2001, p. 249-317.

20 ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana;

Neste recorte, é perceptível o quanto a autora buscou mostrar para o historiador que ele pode dispor do “território” e do “espaço” como *loci* importantes para o estudo da cidade. Segundo Raquel Rolnik, o espaço se assemelha a “um arquivo”, “um papel no arquivo”, “um registro”, e é por meio das vivências e apropriações dos sujeitos neste ambiente que o espaço deixa de ser um mero lugar “frio” e sem “vida” para se tornar um “território”, construído a partir das diversas redes de sociabilidade que aí se formam.

Exemplo dessa constatação é a atual Rua João Pessoa na Campina Grande do século XXI. Ao longo do dia, aquele espaço é tomado por transeuntes, lojistas, camelôs, compradores e vendedores, enfim, cria-se o “território” da Campina Grande pujante do comércio. Todavia, ao cair da tarde e início da noite, quando as lojas fecham suas portas, aqueles grupos saem de cena e, no mesmo espaço da rua, surgem novos territórios, desta feita, construídos por um público que tem na vida noturna “seu meio” de convivência. Travestis e prostitutas usam as esquinas da Rua João Pessoa para construir suas redes de sociabilidade, seu ponto de encontro com a freguesia e com indivíduos de condição social semelhante. Emerge, assim, um novo território, diferente do apresentado no mapa do urbanista e daquele do comércio lojista diurno. Temos aí o território do “doce veneno da noite” nos dias atuais.²¹

Acolhemos a diferenciação entre “espaço” e “território” e acrescentamos que uma das variáveis onde mais nitidamente está definida a construção da territorialidade é no espaço da rua. Segundo a própria Rolnik:

GOMES, Marco Aurélio A. F. *Cidade e história*. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992, p. 28.

21 NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite* – prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950). Campina Grande: EDUFCEG, 2008. É importante ressaltar que a autora não trabalha a questão da prostituição nos dias atuais nesta obra, de onde tomamos de empréstimo apenas sua eficiente terminologia para nomear a vida noturna da cidade.

Uma rua para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve.²²

Fica claro para Rolnik que o espaço não deve ser visto apenas como o “espaço função”, mas deve ser compreendido, nas palavras da própria autora, como “marca, como expressão, como assinatura, como anotação das relações sociais e como cartografias destas relações”.²³

Desse modo, adentramos o ambiente da rua como forma de nos aproximarmos de comportamentos dos habitantes de Campina Grande na primeira metade do século XX, observando os diferentes grupos e sua relação com a cidade, que se modernizava e se transformava. Encontramos assim um pouco dos rastros das práticas socioculturais decorrentes dessas alterações.

A respeito da pesquisa em documentos impressos, esta concentrou-se no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, no Museu da História e Tecnologia do Algodão e no Setor de Documentação em História Regional da UFCG (SEDHIR/CH/UAHG/UFCG), onde foram pesquisados os jornais de época: O 15 de Novembro, O Campina Grande, Correio de Campina, O Século, A Gazeta do Sertão, A Batalha, Jornal de Campina, Brasil Novo, Voz da Borborema, O Rebate, A Voz do Dia, Correio Campinense e O Momento.

Entre os livros e memórias de autores locais que nos auxiliaram nesta discussão estão as obras *Roteiro sentimental – fragmentos humanos e urbanos de Campina Grande*, do poeta Ronaldo Cunha Lima; *Crônicas*, de Francisco Maria Filho; *Vi, ouvi e senti*, de Antônio Pereira

22 ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. F. *Cidade e história*. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR- 1992, p. 28

23 ROLNIK, Raquel. *Op. cit.*, p. 28.

de Moraes; *Vultos e fatos*, de Hortênsio de Souza Ribeiro; e *Pedaços da história de Campina Grande*; *Abrindo o livro do passado* e *Mais um mergulho na história campinense*, todos de Cristino Pimentel. Deste autor, também serviram de base suas crônicas da coluna “Cousas (Coisas) da Cidade”, principalmente das décadas de 1930 e 1940, onde figuraram nos jornais de Campina Grande e João Pessoa, principalmente: A Ordem, A Razão, A Batalha, A Imprensa. Sua coluna “Cousas da Cidade” acabou sendo uma importante fonte para adentrarmos a vida campinense. Complementando a análise destas memórias, fizemos uso de forma significativa dos livros *Datas campinenses* e *Os alicerces de Campina Grande*, de Epaminondas Câmara, os quais, apesar do cunho factualista, muito contribuíram para o esclarecimento de episódios da história da cidade.

Quanto às imagens da urbe, trazemos importantes fotografias que foram analisadas para construir uma melhor compreensão do objeto de estudo: as ruas da cidade. Além de imagens, foram utilizados mapas, os quais, em seu conjunto, nos serviram de guia para a localização dos cenários físicos onde se desenvolveu a trama cotidiana à qual lançamos nosso olhar nesta abordagem. As fotografias e outras imagens que foram reproduzidas encontram-se no acervo do próprio Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e, em parte, nos livros de memorialistas e autores contemporâneos. Os elementos mais importantes na pesquisa histórica são as descobertas que fazemos no trilhar do caminho. Para que determinadas lacunas fossem preenchidas e dados novos fossem inseridos, foi fundamental o uso da internet e, em especial, do site Retalhos Históricos de história de Campina Grande, o qual possibilitou coletarmos uma série de imagens e ilustrações da cidade. Pode-se destacar que fotografias e informações foram recolhidas não só pelos responsáveis e colaboradores do site, mas também por internautas e populares que, livremente, contribuem com seus acervos particulares, impressões e esclarecimentos sobre as transformações do espaço urbano.

O encontro com as diversas imagens da vida de Campina Grande nos levou a uma nova percepção do passado. As crônicas escritas ganharam profundidade e cenários concretos por meio das imagens. No entanto, é importante fazer determinadas ponderações sobre o uso que aqui fazemos desta fonte. Como nos ensina Eduardo França de Paiva, nas últimas décadas, temos observado uma importante renovação na historiografia brasileira. Com isso, novas abordagens e possibilidades se abrem para a pesquisa histórica. Mais livres de esquemas rígidos no tocante às fontes históricas, podemos utilizar novos recursos, como por exemplo, as imagens e fotografias, enfim, recursos iconográficos, que, em nível de história cultural, nos permitem compreender melhor o passado. Para este autor, as imagens:

Associadas a outros registros, informações, usos e interpretações, se transformam, em um determinado momento, em verdadeiras certidões visuais do acontecido, do passado. Essas imagens são, geralmente e não necessariamente de maneira explícita, plenas de representações do vivenciado e do visto e, também, do sentido, do imaginado, do sonhado, do projetado. São, portanto, representações nas e sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço.²⁴

Com esse desejo de conhecer o passado por meio das imagens a que tivemos acesso, fazemos importante ressalva no sentido de afirmar que, apesar da liberdade inicial que temos para interpretá-las, não estamos por cair no campo do ficcional. Nosso compromisso nos leva a respeitar as evidências históricas, afinal, estamos produzindo uma interpretação do passado de Campina Grande por meio de suas ruas, e não um romance literário.

Acerca do uso de imagens para o estudo da História de Campina

24 PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006, p. 13-14.

Grande, não podemos deixar de mencionar os trabalhos do historiador Severino Cabral Filho, a partir de sua tese de doutorado, publicada em parte no livro *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*.²⁵ O autor faz importantes observações acerca do uso da fotografia como fonte histórica a partir de diferentes estudiosos que se debruçaram sobre a temática. Diferenciamos-nos de sua abordagem por compreendermos que o foco central de nossa investigação é o espaço da rua e o campo de disputa da memória dominante sobre ela e não as fotografias. No entanto, destacamos a contribuição de Severino Cabral Filho para teorizar a produção fotográfica das principais imagens que nos foram legadas acerca do cotidiano de Campina Grande, em especial, na primeira metade do século XX.

Nos passos de autores da história cultural, como Carlo Ginzburg²⁶ e Natalie Zemon Davis,²⁷ nos sentimos respaldados em procurar as evidências históricas e construir nossa interpretação do passado da cidade. Na pesquisa, as lacunas sempre nos desafiam e nos levam a formular novas conjecturas. Todavia, estes autores nos legaram a possibilidade de explicação que não se fecha em si mesma e que permite fazer questionamentos. Mesmo que não encontremos respostas definitivas, nas palavras de Davis, nos é “lícito imaginar que” o passado poderia ser de tal forma como o lemos nas evidências das fontes.

Assim, as imagens alargam nosso campo de possibilidades. Enxergamos ali uma realidade construída. Entretanto, são representações que não necessariamente apresentam de forma fiel o passado, o que é comum com as fontes históricas produzidas pelo homem. As imagens de época, o foco da fotografia, os instantes

25 CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

26 GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

27 DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

congelados pelo fotógrafo e mesmo a seleção iconográfica que utilizamos neste trabalho são fruto de determinados tempos históricos, de seleções, escolhas e olhares interessados em tal produção.

Portanto, como nos adverte Eduardo de Paiva, “a imagem, ela também, ao ser lida *a posteriori* pelo historiador, pelo especialista, pelo leigo, é reconstruída a cada época. A ela, no conjunto ou nos detalhes, são agregados novos significados e valores”.²⁸ Neste caso, se temos um instante do passado congelado pela lente de um fotógrafo, também temos uma imensa janela de possibilidades de explicação dessa imagem.

Recorremos a R. S. Berral para expressar a compreensão acerca de “crônica visual”, que utilizamos neste livro:

Entendemos que a imagem, particularmente a fotografia, provoca no espectador algumas reações de natureza sensorial.

Em vista disso, as imagens abordadas aqui por diante serão tratadas como índices-documentos portadores de registros visuais de cenas do passado das cidades e das memórias particulares afetivas daqueles que se deixaram fotografar. Sendo um artefato de reprodução da memória do homem, elas se mostraram como simulacros visuais encadeados de sugestões dispostas entre o que se vê e o que se sente, a suscetibilidade e o desejo.

Assim sendo, a imagem é uma forma de discurso, é um produto cultural, cuja técnica torna-se suscetível a manipulações e outros tipos de interferências. (...). Ela não traz em si, apenas, a realidade do instante fotografado, mas também outros momentos, o que faz, necessariamente, uma produção de múltiplos significados em seu contexto de produção e de exposição.²⁹

28 PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006, p. 18.

29 BERRAL, R.S. *A medusa da modernidade: a cidade do Recife à luz da fotografia*. Campina Grande: EDUFPG, 2009. p. 28-29.

No final, o leitor perceberá que utilizamos determinadas fotografias para reforçar nossa compreensão sobre o passado de certas ruas, como por exemplo, o nosso entendimento de que, apesar do encantamento e alarde do crescimento urbano de Campina Grande, que encontramos por diversas vezes nas crônicas, nossa percepção nem sempre é a mesma quando observamos imagens do período investigado.

Na esteira da renovação historiográfica, também nos reportamos à compreensão de Paul Veyne (1982) de que a história é “uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, à primeira vista, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos”, o vivido, tal como “ressai das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração. Assim, a história seleciona, simplifica, organiza e faz com que um século caiba em uma página”.³⁰

Neste aspecto, concordamos com o teórico, em especial, com sua noção de trama na história. Selecionamos aquilo que escrevemos, selecionamos fotografias, passagens de documentos com o intuito de construirmos a nossa trama historiográfica. Entretanto, ressaltamos que não abrimos mão da importância da história e que esta não é mera descrição sem cunho científico, como em uma leitura apressada pode-se fazer de passagens da obra de Veyne. O autor não discute a validade da História, mas trabalha com a noção de roteiro, de narrativa e trama.³¹

Cabe-nos ainda uma afirmativa quanto à metodologia que utilizamos. Optamos por um entrecruzamento de fontes documentais, com destaque para os cronistas, em um diálogo com a produção historiográfica produzida na atualidade sobre Campina Grande. Tais cronistas nos forneceram importantes trilhas para construirmos

30 VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 11.

31 VEYNE, Paul. *Op. cit.*

nosso caminho pelas ruas da cidade. Alargando este conhecimento, fizemos uso de uma considerável seleção de fotografias, mapas, plantas e tabelas, no interesse de contrapormos as conjecturas levantadas por nossa empreitada e o que se afirmava nas referidas crônicas de época.³²

Após estas considerações iniciais, passamos a apresentar o roteiro da nossa caminhada histórica pelo passado campinense a partir das ruas da cidade.

No primeiro movimento de viagem ao passado, discutiremos o ambiente físico das ruas campinenses em si. No capítulo intitulado “Sair do ‘mato’ para a ‘rua’: o espaço de Campina Grande na primeira metade do século XX”, apresentamos as mudanças territoriais, com destaque para as ruas existentes, o surgimento das novas, ou melhor, o “nascimento” das artérias hoje localizadas no centro de Campina Grande. O recorte temporal nos permite compreender de forma panorâmica as mudanças arquitetônicas da cidade, transformações estas que criavam sociabilidades e novas sensibilidades dos moradores neste espaço de vivência.

Ainda procuramos demonstrar as mudanças físicas de Campina Grande no período anterior a 1900 até a culminância da primeira metade do século XX, o ano de 1950. Percebemos que, ao passo que a cidade crescia territorialmente, mudavam os hábitos e os reclames dos moradores. Se, em 1909, o jornal *O Campina Grande* destacava que uma criança de 10 anos teria sido “alvejada pelas patas de um *Cavallo* que a estupidez destes matutos faz colocar até mesmo acima das calçadas”, encontramos em 1932 o jornal *O Rebate* tratando de

32 Utilizamos, como já mencionado, fotografias que se encontram principalmente no site: <http://www.cgretalhos.blogspot.com>. Todavia, em algumas das imagens não constam a autoria e o nome do fotógrafo que as fez. Para ampliar o conhecimento acerca dos fotógrafos campinenses e sua produção, ver: FIGUEIREDO JR., Paulo Matias. *Fotografia em Campina Grande: os fotógrafos e suas produções imagéticas no processo de desenvolvimento do município (1910-1960)*. 2000. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2002. Campus I - Campina Grande - Biblioteca Central – SeCE / 770 - F457f.

um “lamentável desastre” na Rua João Pessoa, onde um caminhão em “velocidade extraordinária” bateu em um “pobre rapaz, deixando-o *semi-morto*, banhado em sangue”.³³ Neste exemplo, vemos as transformações de uma Campina “matuta” para uma cidade que passa a enfrentar a expulsão dos transeuntes das ruas para dar lugar às “carreiras” dos automóveis.

No segundo capítulo, intitulado “A rua e os sentidos: uma interpretação da dinâmica urbana de Campina Grande - percursos, memórias e territórios”, enfatizamos a dinâmica do dia a dia no recorte temporal estudado a partir das artérias centrais da cidade. Do cruzamento de imagens, jornais de época e das memórias escritas de Francisco Maria, Hortênsio de Souza Ribeiro, Antônio de Moraes e, principalmente, Cristino Pimentel, procuramos encontrar alguns percursos feitos nas ruas campinenses no período pesquisado. Seguindo descrições dos locais e das memórias dos autores mencionados, analisamos alguns espaços da cidade que, na primeira metade do século XX, serviram para encontros religiosos, políticos e de diversão.

Neste sentido, procuramos não perder de vista o viés crítico de observar os momentos de ocupação por parte da população das ruas da cidade, que nem sempre condiziam com os relatos e as observações apaixonadas dos cronistas. Estes apresentavam discursos muitas vezes de encantamento, de entusiasmo sobre o “progresso” e “desenvolvimento” da “Rainha da Borborema”. Entretanto, também há os discursos de denúncia sobre as melhorias físicas e a adequação urbana aos grandes centros “civilizados” do país. Dessa forma, encontramos também as reclamações dos usos, costumes e territorialidades dos populares no espaço das ruas. Tal leitura nos permitiu encontrar elementos que nos mostraram, na transgressão das

33 Jornais O Campina Grande, Ano II, n. 33, em 06/06/1909, p. 4; e O Rebate, Ano I, n. 10, em 03/12/1932, p. 1.

normas e nos reclames das autoridades, a ressignificação, os territórios construídos pelos populares.

Por fim, no último capítulo, intitulado “A ‘Rua do Esquecimento’: a memória dominante nos logradouros de Campina Grande”, procuramos compreender o processo de nomeação e renomeação das ruas da cidade. No cotidiano, os moradores e transeuntes nomeavam os espaços de uma determinada forma, geralmente atribuindo destaque para características físicas do logradouro, mas nem sempre esses nomes populares triunfaram no processo de construção desta memória coletiva. Percebe-se que as autoridades (re)nomearam os espaços de forma a fazer prevalecer sua memória ou a da camada social dominante, relegando ao esquecimento o que não lhes interessava. Nesse sentido, não só nomes de ruas foram ressignificados, mas também o passado de determinados grupos sociais e étnicos, como os negros, por exemplo.

CAPÍTULO 1

SAIR DO “MATO” PARA A “RUA”: O ESPAÇO DE CAMPINA GRANDE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A rua é a civilização da estrada. Onde morre o grande caminho começa a rua, e, por isso, ela está para a grande cidade como a estrada está para o mundo. Em embrião, é o princípio, a causa dos pequenos agrupamentos de uma raça idêntica.
(João do Rio)

SAIR DO “MATO” PARA A “RUA”: ESPAÇO DE CAMPINA GRANDE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Neste capítulo, apresentamos parte das mudanças territoriais da cidade de Campina Grande na primeira metade do século XX. Procuramos compreender o surgimento das ruas centrais identificando as transformações na paisagem do lugar, que ainda contava com um aspecto urbano bastante irrisório no decorrer do século XIX e início do século XX. Entendemos que, através das memórias de autores campinenses, de jornais da época, de imagens e de mapas do perímetro urbano, é possível conhecermos um pouco do “nascimento” das ruas centrais da cidade no período em que a urbe ainda era identificada como “a rua”, em contraposição à zona rural, identificada como “o mato”.³⁴

Podemos construir a história de uma cidade a partir do estudo das ruas que a formam. Desde o momento inicial, encontramos entrelaçado o surgimento do núcleo habitacional ainda em sua forma rural, cujos desmembramentos de caminhos dão início e vida às ruas da futura cidade. Tal qual observa Paulo Cursino de Moura, relembrando a formação de São Paulo:

Para a formação de uma rua, primeiro fazem os pés dos viandantes o trilho, o risco de terra batida na grama (...). Depois, vem o caminho. Aí a enxada trabalhou. Os cupins foram destruídos, o mato foi

34 Para aprofundar esta discussão, ver: AGRA, Giscard Farias. Imagens do mato e da rua: passagens da Campina rural à Campina urbana. In: *Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*. Campina Grande: EDUFPG, 2010, p. 53-122.

cortado (...). Mais tarde, a estrada. Com nome, com cerca, com algum pedaço de muro, com duas ou três casas, com a venda na encruzilhada. Finalmente surge a rua. A cidade, então, já tem Câmara Municipal, já tem vigário (...). Nesta fase da construção do urbanismo, a rua é como uma dependência da casa ou do quintal da casa.³⁵

Percebe-se que “esses são momentos comuns às cidades brasileiras”. Inicialmente a rua nada mais é do que uma extensão da moradia do indivíduo, servindo como local de criação de animais e ponto de encontro em frente das casas para conversas nas horas de sociabilidade (BRESCIANI, 1998, p. 237-258). De certo modo, quando se caminha pelas pequenas cidades do interior do país, ou mesmo nos subúrbios das metrópoles, pode-se perceber mais claramente o momento em que um caminho ou vereda passa a ter elementos que lembram um logradouro. Obviamente a rua não existe desde sempre, foi construída em um determinado momento. É um espaço feito, a princípio, por indivíduos que sentem a necessidade de viverem próximos, seja para se defenderem, seja para se ajudarem mutuamente ou mesmo para escoar a produção de mercadorias.³⁶ Perceptível é que o homem passa a ocupar cada vez mais locais próximos, com isso criando toda uma rede de sociabilidades, amizades ou mesmo intrigas, enfim, uma rede de vivências.³⁷

Campina Grande não escapa a essa observação. Nas fontes,

35 DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O nome do beco. In: *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: 1996, p. 273.

36 ROLNIK, Raquel. *O que é cidade* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2004.

37 “Pode parecer estranho, mas as ruas tiveram de ser inventadas. A palavra para ela, *via strata*, só apareceu com os romanos – os primeiros a pavimentar o caminho com pedras. De *strata*, derivou a palavra inglesa *street*. O caminho mais famoso, e um dos mais antigos, de 312 a.C., é a *Via Appia*, que ligava Roma a Cápua e tinha mais de 200 Km. As primeiras ruas urbanas eram o que conhecemos hoje como vielas e servidões. (...) Foi em Paris que as antigas ruelas medievais deram lugar a avenidas largas no século XIX”. Informações

encontramos os memorialistas se referindo a determinados espaços do que hoje conhecemos como Centro, mas que, no início do século XX, não passavam de uma incipiente trilha por entre matagais. Até 1926, o “mato” cobria toda a área até a Rua Índios Cariris (ao poente do Centro). Este lugar era apenas uma trilha que servia para desviar as boiadas que vinham do Sertão, evitando passá-las pelo “meio” da cidade com destino à feira. Encarregado pelo prefeito Lafayette Cavalcante,³⁸ o sr. Eurípedes de Oliveira³⁹ fez o “levantamento topográfico” e cuidou para que o fosse limpo o “mato” e fossem construídas as primeiras casas de “telha e bica”. Em seguida, o poder público aproveitou para nomear essa artéria em homenagem ao engenheiro Francisco Brandão Cavalcanti Sobrinho. O prefeito Vergniaud Wanderley (1935-1937) a renomeou de Rua Miguel Couto, mudando-se o nome mais uma vez no período do Estado Novo (1937-1945) para Avenida Getúlio Vargas.⁴⁰

Observemos a seguinte conceituação de rua da cidade moderna feita por Walter Benjamim:

Para ser compreendida, a “rua” deve se desembaraçar da noção mais antiga de “caminho”. [...] O caminho leva em si os terrores da errância, que aureolam os chefes das tribos nômades. [...] Já aquele que toma uma rua não tem, aparentemente, necessidade de uma mão que o aconselhe e o guie. Na rua, o

constantes em: VERSIGNASI, Alexandre (ed.). Como fazíamos sem... Ruas? *Aventuras na história*. São Paulo: Editora Abril, Edição 112, Janeiro 2012, p. 10.

38 Prefeito nomeado de Campina Grande que administrou a cidade entre 07 de fevereiro de 1929 e 20 de dezembro de 1932. Ver: CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 106-119.

39 Engenheiro, “construtor de açudes”, como atesta André de Sena na obra *Eurípedes Oliveira jornalista e construtor de açudes*. Campina Grande: RG Editora & Gráfica, 1999. Como jornalista, atuou em periódicos campinenses como O Rebate.

40 Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado, em entrevista com o professor Eurípedes de Oliveira. VER: Ruas de Campina: Av. Getúlio Vargas. *Revista Tudo*, suplemento dominical do jornal Diário da Borborema, 02/10/1983, p. 7.

homem não se entrega a errância; ao contrário, ali ele sucumbe ao fascínio da faixa de asfalto que se desenrola frente a ele monótona.⁴¹

Neste trecho, observamos a sensibilidade que Benjamim tem ao apresentar como surge a rua e como os indivíduos se entregam a ela. O crescimento das cidades, de certo modo, obrigou as pessoas a se adaptarem ao novo estilo de vida. Se, a princípio, a rua serviu como sinal de segurança para os viajantes que, após longas caminhadas, avistavam uma localidade, hoje nas grandes cidades, o tumulto, os congestionamentos, os assaltos e a velocidade dos automóveis fazem com que aquela sensação de segurança seja substituída pelo desconforto de se sentir “desamparado” nas ruas.

Essa “falta de confiança” se expressa claramente no semblante daqueles que trafegam no espaço urbano na contemporaneidade, seja transeunte ou mesmo motorista. Para o caminhante, nos dias atuais, o espaço das avenidas é quase que exclusivo para automóveis, que em alta velocidade as cortam e por elas passam. Para o motorista, também é difícil o deslocamento, pois tem que ter atenção especial para não ser multado, “perder uma entrada” ou mesmo evitar uma contramão. Mesmo a “faixa que se desenrola monótona” tem suas armadilhas, afinal, segui-la cegamente pode levar a locais indesejados e fora da trajetória pensada inicialmente. O caminhar ou dirigir nas modernas ruas nos leva a construir previamente “rotas imaginárias” das artérias da cidade pelas quais pretendemos nos deslocar.

Feitas essas observações iniciais acerca do surgimento do espaço da rua, passemos a caminhar pelas fontes em busca de determinados espaços centrais de Campina Grande, que de certo modo evidenciam as transformações da urbe no período analisado.

41 Citação de BENJAMIM, Walter *apud* BRESCIANI, Stella. História e historiografia das cidades um percurso. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-258.

A “RUA DA ORIGEM”: CAMPINA GRANDE ANTES DE 1907

A origem de Campina Grande remonta ao século XVII quando, segundo Epaminondas Câmara, em 1697, foram aldeados índios Ariús no sítio das Barrocas, sendo construídos casebres de taipa e telha, formando um arruado onde começou a feira de produtos trazidos do Brejo e do Sertão. Quando da elevação do povoado em 1790 à categoria de vila, foi este sítio inicial nomeado pelos transeuntes de “Rua das Barrocas”, a “primeira rua”, que atualmente leva o nome de Vila Nova da Rainha. Moradias no mesmo estilo também foram edificadas no alto da colina, ao noroeste da Rua das Barrocas, começando então o “largo da Igreja” (hoje Av. Marechal Floriano Peixoto), e casas no “Oitão da igreja” (hoje rua lateral denominada Bento Viana).⁴² Era a fase em que trilhas e caminhos iam tomando contornos de rua. Passemos a palavra à Epaminondas Câmara e nos deixemos caminhar pela “rua” de Campina Grande em 1790:

Talvez a vila não tivesse ainda cem casas. Três ruazinhas: a das Barrocas, de edificação passada e senhorial, de barro com enxamel de madeira grossa, sótão e janelas de urupema; a do Oitão da Igreja, de casebres achapados; em linha paralela ao nascente do templo e o largo da Matriz que fechava em ângulo reto com a extremidade norte daquela e tomava a direção norte.

Eram dois agrupamentos de moradias tão próximas quanto rivais. Lá embaixo, as Barrocas de gente antiga, reservada, patriarcal. Cá em cima, o oitão e a frente da Igreja, de povo humilde, desambientado, que arranjava o pão com as especulações do pequeno comércio farináceo e das miçangas da feira que ainda se conservava ao longo das Barrocas.⁴³

42 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 22-23.

43 CÂMARA, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande*. 3. edição. Campina Grande:

Esta imagem do aldeamento inicial se transformou de maneira lenta até o século XIX. Ainda segundo as descrições de Epaminondas Câmara, em 1864, ano em que a vila foi elevada à condição de cidade, Campina Grande possuía apenas oito becos e quatro ruas: do “Seridó” (atual Maciel Pinheiro), das “Barrocas” (atual Vila Nova da Rainha), do “Meio” (atual Afonso Campos) e “Oitão da Matriz” (atual Bento Viana). Havia quatro largos: do Comércio Novo, do Comércio Velho, do Rosário e da Matriz.⁴⁴ Como construções, destacavam-se as duas igrejas católicas (Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário), um cemitério (nas Boninas), a Casa da Câmara e uma cadeia, além dos dois açudes (Velho e Novo).

É observável que, mesmo depois de um século de ocupação da área, a vila pouco prosperou. Neste nosso passeio panorâmico pelas descrições de Epaminondas Câmara, o leitor é convidado a caminhar pelas pouco mais de quatro ruas existentes no período e se encontrar com os cerca de 1800 habitantes, distribuídos em aproximadamente 300 casas. Observemos o relato sobre o aspecto da cidade:

Em 1864, as casas, na maioria, tinham tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semicírculo; paredes de tijolo de grandes dimensões; terças e cumeeira de madeira grossa apoiadas sobre esteios embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua, etc. Ainda não havia gelosias e as portas e janelas, de madeira aplainada, eram pintadas bizarramente. Bizarra também a pintura das fachadas. De pedra comum, ou de laje mal polida, as calçadas. Algumas de tijolo de adobe, em cujas orlas as águas abriam

Edições Caravela, 2006, p. 35.

⁴⁴ Etimologicamente a palavra “Largo” vem do latim *largus*, “o que existe em abundância, copioso” e se refere às dimensões do lugar. Disponível em: www.origemdapalavra.com.br. Acesso em: 09 abr. 2017. No caso de Campina Grande, a “abundância” de espaços que formavam os largos estavam ligados aos ambientes econômicos (Largo do Comércio Velho e Largo do Comércio Novo) e religiosos (Largo da Matriz e Largo do Rosário).

largos sulcos, que a Câmara displicentemente não mandava reparar. Tais sulcos, às vezes, se tornavam tão profundos que o povo, para atravessá-los, se servia de vigas de madeira, à guisa de pontes. No leito lamacento e cheio de lixo, os porcos disputavam os melhores lugares.

A erosão abria regos sinuosos também em qualquer parte das ruas, especialmente nos pontos de maior declive. O matagal cobria tudo, deixando veredas aqui e acolá. A lama, na época invernal, atingia meio palmo de espessura e ficava cada vez mais encharcada com o movimento de animais e pedestres. O Gado devorava as folhas de mato (...).⁴⁵

Esta longa transcrição que fazemos é bastante significativa no sentido de apresentar a visão que certamente o autor conseguiu captar a partir dos relatos de seu convívio social. Apesar de nascido em 1900 e residente em Campina Grande a partir de 1920, Epaminondas Câmara não deixa de ser um “curioso” habitante local que busca pôr no papel todas as impressões dos munícipes acerca da cidade. O livro *Os alicerces de Campina Grande*, escrito nos anos 1940, não deixa de ser uma busca por mostrar a origem daquela cidade que rapidamente estava se desterritorializando com as mudanças físicas urbanas e econômicas do *boom* algodoeiro das décadas de 1930-1940.

Não só Epaminondas Câmara, mas também outros cronistas locais, a exemplo de Hortênsio de Souza Ribeiro e Cristino Pimentel, procuraram apresentar a diferença entre o momento que eles vivenciavam (décadas de 1930 e 1940) e os anos iniciais do período pós-emancipação política de Campina Grande (fim do século XIX e início do século XX). Por isso, estes autores apresentavam o mundo da urbe naquele período longínquo para contrapor e dar mais densidade às transformações arquitetônicas do tempo que vivenciavam no cotidiano.

⁴⁵ CÂMARA, Epaminondas. *Os alicerces de Campina Grande*. 3. edição. Campina Grande: Edições Caravela, 2006, p. 86-87.

Feita a ressalva acerca do lugar social de discurso do autor,⁴⁶ podemos captar nas palavras de Epaminondas Câmara o acanhamento físico da quinta localidade a ser elevada à condição de cidade no interior da Paraíba. Já eram emancipadas as vilas de Areia (1846), Sousa (1854), Mamanguape (1855) e Pombal (1862).⁴⁷

No cotidiano da semana, as ruas de Campina Grande eram mais movimentadas por animais do que transeuntes, com exceção da quarta-feira, dia da feira de gado; do sábado, dia da feira de cereais; além do domingo, quando “os beradeiros acotovelavam-se nas calçadas do Largo da Matriz e da Rua do Seridó para fazerem compras e, depois, assistirem à missa das nove horas”.⁴⁸ Todavia, não podemos deixar de mencionar que, neste período, a cidade contava com certa “chama cultural” com a fundação do jornal A Gazeta do Sertão (1888- 1891).⁴⁹ No plano arquitetônico, destacavam-se o templo e principalmente a grande fachada da Igreja Matriz,⁵⁰ além da Igreja do Rosário, da “cadeia e das duas casas de mercado”.⁵¹

Esta paisagem pouco mudaria no decorrer dos anos iniciais do século XX. Percebemos que o século novo não trouxe alteração

46 Acerca da ideia de “lugar social de discurso do autor”, o francês Michel de Certeau nos diz que: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66-67.

47 CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 48.

48 CÂMARA, Epaminondas. *Os alicerces de Campina Grande*. 3. edição. Campina Grande: Ed. Caravela, 2006, p. 87.

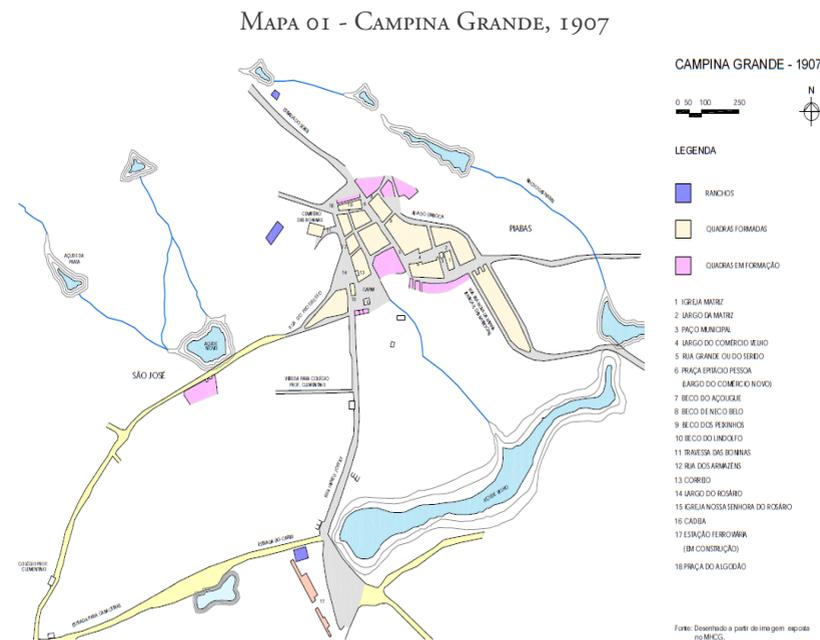
49 CÂMARA, 1998, p. 61; 64.

50 Nas palavras de Epaminondas Câmara: “Tornou-se naquela época o maior e mais bem paramentado templo católico do Estado” (08/12/1891) *Ibid.*, p. 65.

51 *Ibid.*, p. 49.

significativa ao dia a dia dos moradores da pequena povoação. Por isso, as reclamações dos homens de letras e camadas sociais abastadas da sociedade para que Campina Grande pudesse contar logo com um meio de transporte moderno que ligaria a “cidade ao mundo”. Já não bastava o transporte nos lombos de animais, das “tropas de burros”, que historicamente deram fama à região. Era necessário um meio de condução de pessoas e mercadorias mais ágil e eficiente. Daí os reclames para que a estrada de ferro chegasse até Campina Grande. Esta conquista só viria após sete anos do novo século.

Compreendendo que este foi um evento importante para a cidade, observemos o mapa da urbe em 1907, ano da chegada do trem de ferro e, de certo modo, um marco significativo na mudança de hábitos e no estilo de vida dos moradores da Rainha da Borborema.



Fonte: Queiroz (2008, p. 42).

Ao observarmos este mapa urbano, é importante refletirmos que se trata de uma fonte produzida, que também tem suas intencionalidades. Como nos adverte Marcos Salete Fernandes sobre o uso de mapas:

O mapa é, sobretudo, convenção. Os traços, a escolha da escala, as cores, a grafia ou fonte, aquilo que aparece e o que é omitido é uma manifestação de um conceito que temos do real. Se nos debruçarmos sobre um mapa, mesmo tendo sido utilizado uma boa representação geográfica fundamentada em fotos aéreas e de satélites, estaremos diante de uma convenção.⁵²

Portanto, os mapas que utilizamos neste livro não deixam de ser uma convenção que não necessariamente institui uma realidade fechada em si mesma, mas nos apresenta uma janela de possibilidades de construção da nossa percepção acerca do aspecto urbano do período que estamos a analisar. Segundo as descrições de Epaminondas Câmara, a cidade contava, em 1907, com cerca de 731 casas e apenas oito ruas: Barrocas; do Meio; do Oitão da Igreja; Grande do Seridó; dos Armazéns (atual Marques do Herval); da Cadeia (atual Praça Clementino Procópio); Beco de Açougue (atual Monsenhor Sales) e Rua Irineu Jófilly. Estas são as destacadas na cor laranja no Mapa 1. Continuavam os mesmos quatro largos de 1864.

Reverendo a ocupação territorial de Campina Grande, percebemos que, em fins do século XIX e início do século XX, se tratava de um lugar com poucas alterações. Como nos diz Epaminondas Câmara, entre 1864 (ano em que foi elevada à categoria de cidade) e 1907 (ano da chegada do trem), a urbe pouco se modificou. Dessa forma, o autor nos apresenta pistas do aspecto da cidade e das ruas no período:

52 FERNANDES, Marcos Salete. *O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas*. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em: 09 abr. 2012. p. 6.

A não ser o aumento de casas e alguns prédios construídos com finalidade especial – Cadeia Nova, Casa de Caridade, Grêmio de Instrução, Paço Municipal, etc., a cidade apresentava pequena diferença em 1907 comparada com 1864. As mesmas igrejas embora remodeladas, as mesmas casas de mercado, os mesmos açudes, os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*, a mesma rotina, os mesmos costumes.⁵³

Mesmo que o autor esteja a escrever esta passagem nos anos 1947 e já tenha presenciado toda a reforma material da cidade no momento em que está inserido, devemos observar em sua afirmação o estilo de vida com fortes traços rurais que eram comuns aos moradores da urbe no período. Voltemos a palavra mais uma vez para Epaminondas Câmara e o deixemos apresentar sua visão do início do século em Campina Grande, em 1900:

Recrudesceram no Município as lutas políticas, desmandando-se a capangagem. A cidade era constantemente ameaçada por distúrbios, secas e falências. Apareciam desordens a cada momento, valendo mais um punhal do que um jornal (...). Apareceram as primeiras casas do Bairro das Piabas e as ruas do Açude Novo e da Cadeia Nova.⁵⁴

Encontramos neste período uma Campina Grande eminentemente pacata, contudo, sua tranquilidade era quebrada com as desavenças políticas e brigas, principalmente, em dias de feiras. Vale ressaltar o vaivém do ambiente da feira do município, que ora era no largo do Mercado Velho ora no Mercado Novo. Uma disputa política que dependia das tendências governamentais nacionais e

53 CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 50.

54 CÂMARA, *op. cit.* p. 73.

estaduais, mas que desembocava em brigas e confrontos de capangas dos coronéis locais, acabando muitas vezes a feira mais cedo.⁵⁵

Este foi um período em que a cidade se via atormentada pela própria truculência policial, que, sob o pretexto de procurar cangaceiros, fazia atrocidades, a exemplo de diversos fatos narrados por Epaminondas Câmara, como uma chacina no lugar denominado Surrão, em 17 de junho de 1900, em que foram mortos quatorze cangaceiros a punhal do bando de “Pilão deitado”.⁵⁶

Em 1907, ano da chegada do trem, o cangaceiro Antônio Silvino ameaçava que aquele não alcançaria a cidade. Depois tal promessa foi reformulada, como nos diz o repórter do Diário de Pernambuco: “No dia da inauguração da estrada de Campina, Antônio Silvino esteve no Alto Branco, onde soltou girândolas, naturalmente festejando aquele dia. Nesse lugar, declarou que o trem de Campina correria somente três vezes, o número necessário para as moças da referida cidade conhecerem-no”.⁵⁷

Naqueles dias não se comentaria outra coisa na cidade que não fosse esta ameaça, o que certamente deu ensejo para que se instalasse em Campina Grande uma companhia de soldados do Exército

para combater os cangaceiros de Antônio Silvino. Abusando de sua autoridade, estes homens chegaram inclusive a matar “Eduardo” e entraram na casa de “Manuel Bernardino”, de madrugada, na lagoa dos canários, fuzilando-o ao lado de dois filhos. Este morava a um quilômetro ao nascente da cidade, hoje, os bairros da zona leste. Apesar de ter também características autoritárias na forma de lidar com seus adversários no cotidiano, o próprio prefeito Cristiano Lauritzen reagiu contra as violências e exigiu a saída da companhia de policiais do Exército da cidade.⁵⁸

No início de século XX, o comércio local passava por dificuldades devido ao crescimento de outros entrepostos comerciais, como as feiras mais dinâmicas de Itabaiana, Guarabira e Areia. Uma forma de contornar a situação foi a construção da estrada de ferro que ligou Itabaiana a Campina Grande. Esta obra foi autorizada pelo Decreto Federal nº 5.237, de 26 de julho de 1904. A inauguração, que aconteceu em 02 de outubro de 1907, foi de grande significado para a cidade. Todavia, não podemos limitar este evento apenas aos anos iniciais do século XX. Certamente, os reclames dos homens de letras e do comércio, além das autoridades locais, começaram bem antes, ainda no século XIX. Em 1870, Irineu Jóffily já defendia a construção de uma linha férrea de Cabedelo a Campina Grande, que ficou apenas no plano das ideias. De forma prática, o chefe político campinense Cristiano Lauritzen fez viagens ao Rio de Janeiro, como as de 1894 e 1903, no sentido de reivindicar tal melhoramento para a Rainha da Borborema.⁵⁹

Os esforços para trazer o trem foram compensados em 1907. Observemos uma imagem da época⁶⁰:

55 Tais mudanças dos locais das feiras tinham como “raízes” as disputas políticas entre os liberais e os conservadores. “Cada mudança da feira constituía motivo para exacerbações políticas. Os conservadores faziam questão fechada de manter a feira e o comércio na Rua Seridó, ao passo que os liberais insistiam por mantê-los nas imediações do ‘Comércio Velho’”. In: CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 60.

56 *Ibid.*, p. 72. Este episódio marcou o imaginário popular dos munícipes, a ponto de ser recordado por um dos passageiros do trem de ferro quando de sua viagem inaugural em 02 de outubro de 1907. O morador anônimo relata ao repórter do Diário de Pernambuco os fatos ocorridos e aponta a provável localização da citada chacina: “SURRÃO! Adentrou um companheiro de viagem. Foi ali, naquele casebre abandonado (apontava o passageiro) que, a anos passados, Antônio Silvino e seus companheiros tiveram um encontro com as forças da polícia da Parahyba e Pernambuco. Entrincheirados, naquella casinha fizeram fogo a polícia, sendo afinal presos, com exceção de Antônio Silvino e trucidados naquella garganta de serra, mostrávamos o local o orientado companheiro”. Ver: OLIVEIRA, Maria José Silva; RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande: Editora Agenda, 2007, p. 81.

57 *Ibid.*, p. 88.

58 *Idem*, 1998, p. 79.

59 MELO, Josemir Camilo de. O trem e o crescimento de Campina Grande. In: OLIVEIRA, Maria José Silva; RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande: Editora Agenda, 2007, p. 17-30.

60 Sobre a datação dessa e das demais fotografias do livro, ressaltamos que não fizemos investi-



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

Pela fotografia, consagrada como marco da chegada do trem na cidade, apresentamos um instante daquela tarde de 02 de outubro de 1907. Não temos como precisar a hora exata da imagem, tendo em vista que foi uma dia de espera, com um atraso de cerca de 3 horas para a chegada do trem, que só despontaria na cidade às 20h30.⁶¹ Por isso, conjecturamos que as pessoas e grupos sociais neste dia circularam com intensidade por este espaço da cidade, esperando até a noite. Percebe-se que este foi um evento bastante concorrido, não só pela elite municipal, que ansiava por este passo no “progresso material”, e com certeza, já não tinha nas viagens de trem uma grande novidade,

gação mais profunda acerca de sua exatidão. Elas são constantemente revisitadas em diversas pesquisas e podem ter pequenas discrepâncias do dia exato, porém, não do período ou evento a que se referem. Neste sentido, podemos tranquilamente fazer uso dessa fonte para ofertar ao leitor uma representação visual e temporal que auxiliam nos argumentos centrais da obra.

61 *Ibid.*, 2007, p. 83.

tendo em vista que podiam já ter contato com este símbolo do mundo moderno em outras localidades, como o Recife, por exemplo.⁶²

Ver o trem era também um momento desejado pelos populares, que estariam pela primeira vez de frente com aquela máquina. Cremos que era um acontecimento único para o lugar, o qual certamente ninguém perderia, ou melhor, poucos foram os que ficaram em casa, sem que para a estação corresse, mesmo que para ver de longe a “engenhoca”. Conjecturamos ser restrita a população campinense que percorria as oito ruas e quatro largos da cidade em 1907. Entretanto, a partir daquele ano, a urbe passaria por mudanças mais expressivas, como veremos no tópico a seguir.

A “RUA DO MEIO”: CAMPINA GRANDE DE 1908 A 1935 ⁶³

Neste segundo momento da caminhada pelas ruas campinenses, utilizamos como recorte temporal o período após a chegada do trem à cidade e vamos até o ano em que começaram as mudanças significativas na estrutura arquitetônica do Centro. A passagem entre 1908 e 1935 pode ser vista como o período de aceleração do crescimento da urbe, certamente não no ritmo ansiado e decantado por cronistas de jornais locais, ou mesmo memorialistas, mas sem dúvidas é um grande momento de transformações no aspecto urbano de Campina Grande.

Como parâmetro para uma melhor compreensão desse período, a partir das descrições de Epaminondas Câmara, construímos a tabela abaixo, que apresenta o número de casas da cidade no período de 1906, um ano antes da chegada do trem, até 1935, ano de nosso

62 Sobre o conceito de “símbolos do moderno” para a experiência nortista, ver: ARANHA, 2006.

63 Utilizamos o termo “Rua do Meio” para designar o período do “meio” do recorte temporal proposto nesta obra, não tendo nenhuma relação ao nome “Rua do Meio”, como era conhecida em seus primórdios a “Rua Afonso Campos” no Centro da cidade.

recorte temporal neste momento. Podemos observar como o autor media o progresso local a partir do aumento de suas construções. Analisemos os números:

TABELA 01- QUANTIDADE DE CASAS EM CAMPINA GRANDE – 1906-1935

ANO	NÚMERO DE CASAS	ANO	NÚMERO DE CASAS	ANO	NÚMERO DE CASAS
1906	600	1916	1.483	1926	3.456
1907	731	1917	1.619	1927	3.923
1908	733	1918	1.841	1928	4.259
1909	820	1919	1.938	1929	4.566
1910	881	1920	2.012	1930	4.781
1911	976	1921	2.099	1931	4.873
1912	1.102	1922	2.171	1932	5.257
1913	1.216	1923	2.227	1933	5.431
1914	1.254	1924	2.486	1934	5.933
1915	1.297	1925	2.981	1935	5.987

Fonte: Adaptado a partir de Câmara (1998).

A partir da tabela, e não necessariamente tomando os números mencionados por Câmara como “verdadeiros” e “absolutos”, podemos ter uma ideia do progresso material que a cidade vivenciou no período estudado. Se, em 1864, a urbe não contava com mais que “trezentas casas, três largos e quatro ruas”, podemos perceber que, no século XX, passou a ter um crescimento material mais acentuado. De cerca de 600 residências em 1906, a cidade aumentou quase 1.000%, para 5.987 em 1935.

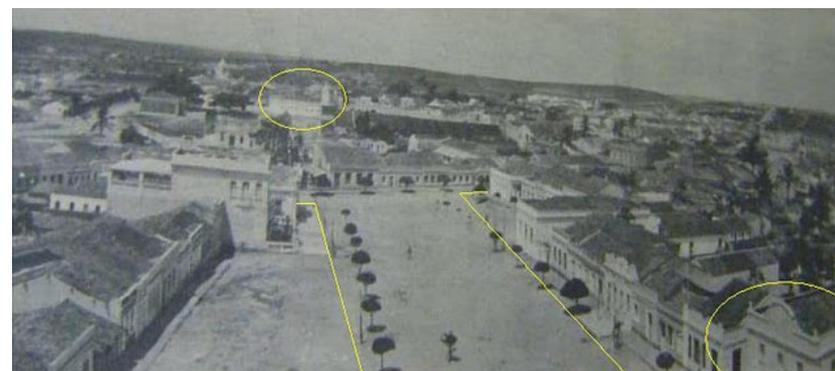
É perceptível que, após a chegada do trem, Campina Grande tomou novos rumos em termos de comércio. Surgiram “colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de mercadorias em trânsito, de estivas por atacado e de algodão em pluma”.⁶⁴ Todavia, os transportes,

⁶⁴ CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 89.

durante as décadas de 1910 e parte de 1920, ainda eram feitos por carroças de bois. O primeiro automóvel chegou à cidade só no ano de 1914 (um *Studebaker*), mesmo assim de passagem apenas. Os veículos só viriam a fazer parte do dia a dia das ruas a partir de 1918, chegando em 1930 ao número de 217 automóveis e caminhões que circulavam pelas mais de 40 artérias existentes naquele ano.

Para conhecermos mais um pouco do aspecto urbano de Campina Grande, passamos para a década de 1920 e, do alto da torre da catedral, contemplemos a paisagem da cidade a partir da lente do fotógrafo alemão Bruno Bougard:

FOTOGRAFIA 2 – IMAGEM PANORÂMICA DE CAMPINA GRANDE NA DÉCADA DE 1920



Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande⁶⁵

Nesta visão panorâmica, na direção Oeste da cidade, vemos em primeiro plano o Largo da Matriz. É interessante observarmos, nesta imagem, as retas em cor amarela, que apresentam o alinhamento inicial tomado para a definição da grande Avenida Floriano Peixoto, que hoje perpassa toda a cidade no sentido do nascente ao poente,

⁶⁵ Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/12/memoria-fotografica-largo-da-matriz.html#.Xvolred7m01>. Acesso em 29 jun. 2020. A datação desta fotografia é uma contribuição do pesquisador Jônatas Rodrigues ao site.

com largas faixas. Nos círculos, estão a Igreja do Rosário, que seria demolida na grande reforma urbana empreendida pelo prefeito Vergniaud Wanderley na década de 1940; e a antiga Casa de Cadeia, hoje o Museu Histórico e Geográfico da cidade. Todas as casas que estavam na direção da Igreja do Rosário foram também retiradas para dar continuidade à citada Avenida.⁶⁶

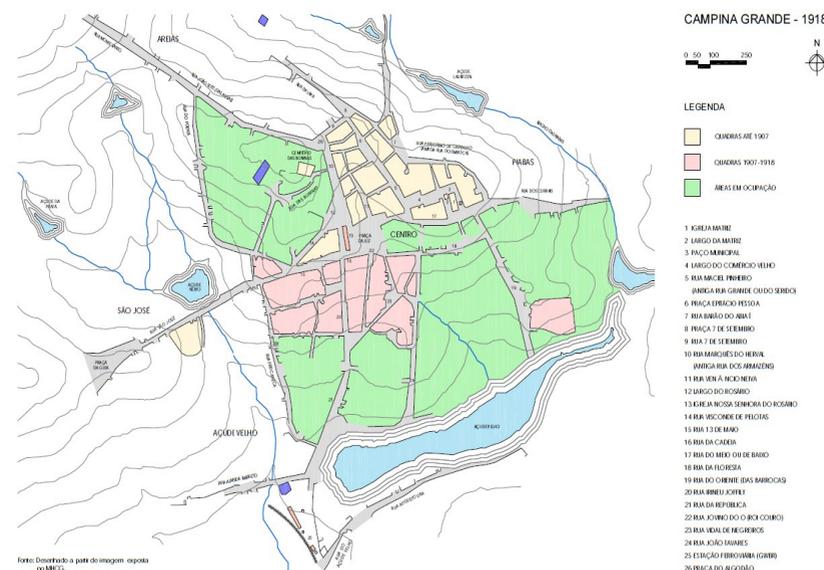
Antes desta imagem (Fig. 2), no ano de 1918, Epaminondas Câmara nos informa que a cidade tinha cerca de 11 mil moradores, um bom contingente populacional, se comparado com os períodos anteriores, e essas pessoas estavam distribuídas em cerca de 1.800 casas, com apenas cinco sobrados – todos de dois pavimentos –, sendo dois na Praça Epitácio Pessoa, um na Rua Marquês do Herval, um na Rua Maciel Pinheiro e um no Largo da Matriz. A população se encontrava espalhada por 31 ruas, 05 travessas, 06 praças e os 04 largos que já existiam desde o início do século.

A seguir, observemos a sobreposição temporal construída por Queiroz (2008) a partir das quadras urbanas que havia na cidade em 1907, no período seguinte até 1918, e as áreas que estavam em ocupação naquele momento. Procuremos observar a expansão da cidade na primeira metade do século XX. Analisemos o esquadramento urbano de Campina Grande no ano de 1918, sem perdermos de vista as ressalvas já feitas em relação à produção dos mapas históricos, o que nos leva a compreendê-lo como uma construção humana e não como uma verdade absoluta.⁶⁷

66 Esta fotografia está originalmente exposta no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e não contém as retas e círculos em amarelo, que foram traçadas pelos organizadores do site (www.cgretalhos.blogspot.com). Optamos por utilizar a fotografia do site, com os círculos e as retas, por compreendermos que facilita a percepção do leitor acerca do momento da imagem – década de 1920 – e as transformações que adviriam em tal espaço a partir das mudanças arquitetônicas das décadas de 1930 e 1940.

67 FERNANDES, Marcos Salete. *O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas*. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em: 09 abr. 2012.

MAPA 02. CAMPINA GRANDE, 1918



A cidade vista no mapa acima nos mostra as transformações em curso. As áreas na cor amarela apresentam as regiões ocupadas até o ano de 1907. Na cor rosa, aparecem as quadras que se formaram entre 1907 e 1918, visíveis principalmente na parte sul. Toda a área na cor verde estava em formação no processo de expansão urbana.

Essa região modificaria bastante ao longo das décadas seguintes. O núcleo populacional estava aumentando e, com ele, os reclames dos cronistas de época quanto ao aspecto da urbe. Entretanto, é interessante analisar como o progresso material da cidade encantava os homens das letras, a exemplo de Epaminondas Câmara. Como observamos na Tabela 1, este autor pesquisou meticulosamente o número de casas da cidade a cada ano, como faz questão de enfatizar no dia 07 de setembro de 1922, data do centenário da independência do Brasil. “Acordando” cedo para fazer sua contagem, ele constatou

que a cidade tinha a quantia de 2.171 casas, sendo 05 sobrados e 615 casas de taipa. Deste dia, foi legada a imagem abaixo. Observemos:

FOTOGRAFIA 3—INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO E HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA EM 1922



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

Certamente, nesta data, temos uma grande aglomeração de moradores da cidade em frente à igreja da Matriz. Percebe-se o automóvel na cena, sem que, contudo, seja o elemento principal de admiração, igualmente ao monumento que está sendo inaugurado. Este, em forma de pirâmide, foi possivelmente feito às pressas para não deixar faltar algum marco que pudesse ser inaugurado na comemoração do centenário da independência do país. Isso afirmamos tendo em vista a falta de seu planejamento, pois acabou demolido onze anos depois, em 24 de outubro de 1933, para não atrapalhar o alargamento da Av. Floriano Peixoto, dentro das reformas urbanísticas da época.

A partir desta imagem (Fig. 3), podemos discutir o sentido que as autoridades tentavam empreender às comemorações, principalmente cívicas. Percebe-se, de certo modo, a ânsia por se construir monumentos para marcar a passagem de uma determinada data. Isso não é algo neutro, sem intencionalidades, como nos adverte Françoise Choay. Os monumentos têm sua razão de ser na sociedade:

O sentido original do termo é do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva.⁶⁸

A passagem do dia do centenário da independência foi uma data bastante significativa para as autoridades campinenses fazerem “tocar, pela emoção, uma memória viva” do passado. Ao lado direito da imagem, é possível observar meninas formando uma espécie de fila. Com certeza, este foi um dia em que o “fervor patriótico” dos adultos “aflorou”, cabendo aos colegas da cidade participar da missa e da inauguração do monumento, quando muitos dos estudantes tinham que entoar a plenos pulmões “ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil”, mesmo que não soubesse ao certo outras passagens do “Hino à Independência”, como os “grilhões que nos forjava, da perfídia astuto ardil”.⁶⁹

Conjecturamos que, após a contagem das casas da cidade, Epaminondas Câmara se juntou a seus conterrâneos para as celebrações deste dia, observadas na imagem (Fig. 3). Todavia, Campina Grande

68 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p. 17-18.

69 Conjectura baseada nas memórias de Adhemar Dantas, que, ao se reportar à infância em Santa Luzia-PB, relembra a passagem daquela data, que foi comemorada em todas as cidades do país, com desfiles e cantos à independência. Ver: DANTAS, Adhemar Fernandes. *Pelo tempo sem fim, amém*. João Pessoa: A União Cia Editora, 1982, p. 85.

ainda estava com seu estilo de vida simples, sem calçamento nas ruas e com um número de 615 moradias de taipa.⁷⁰ Muitas pessoas focadas na imagem, a passearem pelo Largo da Matriz, voltariam para seus casebres cada vez mais longe do Centro e sem perceber as grandes mudanças que estavam por vir. Os ternos e vestidos brancos da fotografia amarelaram com a poeira levantada pelos transeuntes na marcha de regresso ao lar naquela tarde de comemorações?

A década de 1920 chegou ao fim com certas mudanças, não só nas questões econômicas e sociais, mas também no aspecto das ruas. Além do automóvel, temos a presença de melhoramentos físicos, o calçamento, a jardinagem dos canteiros de alguns logradouros, principalmente na parte central da cidade. Observemos a imagem da Praça Epitácio Pessoa a seguir:

FOTOGRAFIA 4 – IMAGEM DA PRAÇA EPITÁCIO PESSOA, SEM DATA PRECISA



Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande⁷¹

70 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 98.

71 Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/03/memoria-fotografica-mudan->

Não é por acaso que a Praça Epitácio Pessoa⁷² é a primeira da cidade a ser contemplada com implantação de meio-fio e, logo em seguida, calçamento. Este era o espaço de encontro e construção simbólica do poder da elite campinense no período. Na fotografia, podemos ver homens com seus ternos brancos impecáveis a conversar de maneira bastante descontraída, ao passo que, do lado esquerdo da imagem, encontramos outro senhor, também elegantemente vestido, sentado, sereno, num gesto que nos transmite tranquilidade. Estaria ele a pensar nas noites do cinema Apolo, ou estava a contemplar a paisagem do espaço mais organizado da cidade? As respostas, não temos como obtê-las, mas podemos fazer tais indagações e conjecturas a partir deste instante congelado pela lente do fotógrafo não identificado.

Ao nos aproximarmos dos fins dos anos 1920, encontramos uma Campina Grande bem diferente daquela que percebemos na chegada do século XX. Como nos mostra o historiador Josemir Camilo:

A década de 1920 foi fértil para a cidade, pois surgia a fábrica de camas de ferro, de Santos Guimarães e Companhia, e de lavatórios “Floriano”, com patente federal pelo invento. No início da década, inaugurou-se a luz elétrica, pela empresa J. Brito e Cia. Talvez isto tenha atraído mais capitais de fora, como em 1923, com a implantação da prensa hidráulica de Sion e Cia, que passou à firma Liberato e Affonso; e mais adiante de Herculano Galvão. Apareceu também a prensa de Leitão e Cia., que depois passou para J. T. de Moura e Cia; e, mais adiante ainda, para Demosthenes Barbosa e Cia. E, finalmente, para M. de Barros e Cia.

Entre 1923 e 1930, seriam inauguradas a grande

[cas-na-rua.html#.XvovLed7m00](#). Acesso em 29 jun. 2020.

72 Após as mudanças arquitetônicas da década de 1940 as casas foram reconstruídas avançando sobre a praça, por isto, hoje não existe mais este espaço, ele ficava na parte final no sentido norte da atual Rua Maciel Pinheiro, em direção à Rua 07 de Setembro.

Fábrica de Sabão a Vapor, a Pernambucana, da firma Marques de Almeida e Companhia, bem como sua têxtil, no Largo das Boninas. Por esta época, já se podia dizer que havia um surto de empreendimentos fabris, como a fábrica de redes e estopa, de Ulysses Silva; a Companhia de Beneficiamento e Prensagem de Algodão de Wharton Pedrosa S/A; a firma Lafayette & Lucena e a J. T. de Moura; o Curtume e Trituração de Angico, de J. Motta & Irmão; uma refinação de açúcar, de sal; uma fábrica de café; outra de bebidas, de Marques e Alazenha. Como prova de febre fabril foi editado o Anuário de Campina Grande por João Mendes. Em 1928, a cidade já contava com outra fábrica de fição e estopa; a de Bodocongó, de Aires e Cia. que passou posteriormente a pertencer a S. A. Industria Têxtil (Bodocongó) de Campina Grande. Um ano depois, era a vez da prensa hidráulica de José de Vasconcelos e Cia, no Açude Velho. Então a cidade ensaiou sua primeira linha de ônibus.⁷³

Esta citação é elucidativa no sentido de percebermos as mudanças econômicas e, por conseguinte, sociais que as ruas de Campina Grande passaram a presenciar a partir da década de 1920 e do alvorecer da década de 1930. A cidade agora se desnuda através dos reclames de cronistas, das imagens de fotógrafos, das memórias construídas. Analisando o *Almanaque de Campina Grande para o ano de 1933*, de Euclides Villar,⁷⁴ e a obra de Josué Sylvestre,⁷⁵ podemos perceber a continuidade dessa mudança.

73 MELO, Josemir Camilo de. O trem e o crescimento de Campina Grande. In: OLIVEIRA, Maria José Silva; RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande: Editora Agenda, 2007, p. 21-22.

74 VILLAR, Euclides. *Almanaque de Campina Grande para o ano de 1933*. Ano I, Campina Grande: Livraria Campinense, 1932.

75 SYLVESTRE, Josué. *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo – Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília: Senado Federal, 1993.

Campina Grande, em 1933, possuía uma longa lista de casas comerciais. São elencados, entre outros estabelecimentos: 29 armazéns de compra de algodão, 20 armazéns com venda de cereais e estivas. Em relação ao comércio varejista, contava com 16 lojas de fazenda, 12 de miudezas e perfumarias, 12 padarias, 05 sapatarias, 05 farmácias, 01 movelaria, 36 mercearias, 118 quitandas, 09 agências de automóveis, 06 bombas de gasolina, 09 hotéis, 11 pensões, 03 cafés, 27 barbearias, 11 bilhares e 12 alfaiatarias.⁷⁶

Além desses estabelecimentos, havia ainda 16 colégios, 04 prensas hidráulicas de algodão, 03 lojas maçônicas, 03 paróquias católicas e 04 igrejas evangélicas. Em termos de automóveis, eram contabilizados 05 ônibus, 115 automóveis e 194 caminhões.⁷⁷ Passemos a palavra, mais uma vez, a Epaminondas Câmara e o deixemos traçar seu panorama do final da década de 1920 e nascimento da década de 1930:

O comércio consolidou-se com o advento do automóvel. Os caminhões substituíram não somente as carroças de bois, mas também as tropas de burros que, às centenas, entravam diariamente na cidade. Desenvolveu-se o mercado por atacado que, aos poucos foi se localizando na rua das Areias (...) Fundaram-se, na cidade, centros desportivos e dançantes. As retretas dominicais eram realizadas na Praça Epitácio Pessoa. Desapareceram as lapinhas, os pastores, as fogueiras de São João, as derrubadas de gado, as cavalhadas, os cavalos-marinheiros, os bois de carga, a condução de cadáveres em redes, as brigas de espada (...) a vida religiosa intensificou-se. Com o aparecimento de núcleos espíritas e protestantes (...). A política partidária ainda era o prato preferido pela maioria da população (...). O carnaval transfigurou-se com o curso de automóveis (...).⁷⁸

76 SYLVESTRE, Josué. *op. cit.* p. 32.

77 SYLVESTRE, Josué. *op. cit.* p. 33.

78 CÂMARA, Epaminondas, *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravelas, 1998, p. 109-110.

Nesta elucidativa passagem, Epaminondas Câmara nos coloca a par das transformações do cotidiano das ruas de Campina Grande, desde a alteração do eixo comercial para a Rua das Areias (Dr. João Moura, hoje Rua João Pessoa), até mesmo as mudanças nos divertimentos da elite da cidade. Mais uma vez, a praça Epitácio é apresentada como ponto de encontro das camadas sociais mais altas para curtição de retretas dominicais.⁷⁹ Nesta artéria, já não coadunam as antigas pegas de boi, em que euforicamente misturavam-se pobres e ricos nas décadas anteriores.

As próprias rodas de conversa se adaptam aos novos tempos, afinal, o debate religioso passa a fazer parte da vida dos indivíduos que tem, além da Igreja Católica, agora novas formas de intermediação com o sagrado. Entretanto, para essa elite, algo não muda, que é justamente o seu sustentáculo de poder: a política. Seria este o mote da animada conversa das pessoas na Fig. 4, flagradas pela lente do fotógrafo na calçada da praça Epitácio Pessoa?

Os anos 1930 começaram com intensos debates políticos no Brasil, na Paraíba, e, em Campina Grande, não foi diferente. Não nos esqueçamos de que João Pessoa, então presidente do Estado, se candidatara a vice-presidente pela Aliança Liberal na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Esta dupla foi derrotada nas urnas pelo candidato do Governo Federal, Júlio Prestes. Todavia, o assassinato de João Pessoa e o desenrolar dos fatos na capital tiveram repercussão em Campina Grande, desde a invasão do casarão do Dr. Agra, situado na frente da Matriz, até a confecção de uma estátua em homenagem ao presidente morto, que foi colocada na praça do Algodão (rebatizada com o nome de praça João Pessoa), situada na confluência da Rua

79 As retretas dominicais eram divertimentos importantes na construção de laços de afinidades, paqueras e meios de interação social, afinal, parte da população deixava suas residências e se aglomerava em determinados ambientes públicos para escutar os acordes musicais das filarmônicas da cidade.

Marquês do Herval e Rua Sete de Setembro com a Rua Dr. João Leite. Este logradouro também mudaria de nome para homenagear João Pessoa. Visitemos estes locais:

FOTOGRAFIA 5 – INAUGURAÇÃO DA ESTÁTUA DE JOÃO PESSOA EM 1931



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

O sol inclemente fazia guarda-chuva servir de guarda-sol, ao passo que a multidão se acotovelava na praça para acompanhar de perto a inauguração da estátua. É importante ressaltar que o evento foi em 26 de julho de 1931, um ano após a morte de João Pessoa. Mais uma vez, este é um ambiente predileto para políticos e letrados reforçarem seu “domínio” na memória coletiva. Aproveitando-se do sentimento de “perda” do “ilustre paraibano”, os administradores locais inauguraram a estátua naquela tarde ao som de hinos a João Pessoa, discursos e toda uma apresentação de poder, que enaltecia a figura do “herói”

morto. Por isso, apesar de passados alguns anos após o evento, outras atividades eram realizadas junto à estátua e elas ainda eram lembradas na mente daqueles que presenciaram tais acontecimentos, como é o caso de Francisco Maria, que escreve em suas memórias: “O Grupo Escolar seguia para a estátua do ‘presidente’, e eu pensava que João Pessoa era um dos artistas da série que o cartaz do Cine Apolo estava anunciando”.⁸⁰

Apesar de toda a festa do dia da inauguração e de seus usos posteriores, com o passar do tempo, aquele monumento passou a não ser mais “bem-vindo” em tal espaço.⁸¹ Resultado: removeu-se a estátua. Isso aconteceu na gestão do prefeito Vergniaud Wanderley, em 26 de maio de 1937, apesar dos protestos da imprensa e em especial de Cristino Pimentel, que considerava João Pessoa um “homem do povo” e, por isso, sua estátua deveria ficar no lugar onde havia o intenso movimento na cidade e não em uma “praça deserta”, como a que acabara de ser remodelada no fim da Rua Irineu Joffily, atual praça Coronel Antônio Pessoa.⁸² Vejamos uma imagem da nova localização:

80 MARIA FILHO, Francisco. *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978, p. 55.

81 Sobre a discussão acerca de monumento e monumento histórico, ver: CHOAY, Françoise. Introdução. In: *A alegoria do patrimônio*. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001, p. 11-30.

82 Houve intenso debate na cidade acerca da remoção da estátua de João Pessoa, e um dos maiores críticos foi o cronista Cristino Pimentel, que fez diversas reclamações por intermédio da imprensa campinense, protestando contra o fato de se tirar a estátua de uma das ruas mais movimentadas de Campina na época para uma praça que “estava em construção, no serviço de terraplanagem apenas”. Exemplo dessas queixas encontramos na crônica “Oh! Voz popular, como és um mito!”, de 16 de novembro de 1936, do jornal O Estado, publicando mensagem recebida do cronista e datada de 10 de outubro de 1936. Sobre os embates da vida de Cristino Pimentel, ver: SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: AGRA DO Ó, Alarcon *et al.* *A Paraíba no Império e na República* – estudos de história social e cultural. João Pessoa: Ideia, 2003, p. 133-184.

FOTOGRAFIA 6 – PRAÇA ANTÔNIO PESSOA, SEM DATA PRECISA.



Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande⁸³

Na imagem, é possível observar como a estátua ficou “soberana” na nova praça. Certamente os partidários da corrente política ligada a João Pessoa não gostaram da mudança. Vale ressaltar que as camadas abastadas da sociedade começavam a sentir os efeitos do “bota-abaixo” do Centro, em especial da Rua Maciel Pinheiro e da praça Epitácio Pessoa.⁸⁴ Uma pergunta ainda cabe nesta explanação: o que estariam a cochichar as duas meninas no centro da foto? Comentam acerca da “grandiosidade” do líder João Pessoa e a sua interferência nos rumos do país? Ou será que tão descontraída conversa seria sobre coisas banais da paisagem campinense naquela tarde, como o andar

83 Disponível em: <http://cgetalhos.blogspot.com/2010/01/memoria-fotografica-praca-epitacio.html>. Acesso em 29 jun. 2020.

84 Sobre o “bota-abaixo” dos anos finais da década de 1930 e início dos anos 1940, ver: SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

do guarda municipal que fazia seu trabalho rotineiro de resguardar o patrimônio público?

As conjecturas que fazemos nesta análise têm seu valor na historiografia. Encontramos respaldo em R. S. Berral, tendo em vista que este compreende o uso da imagem a partir de Roland Barthes. Para o autor, “uma imagem não é neutra”, há toda uma trama visual, que acaba por eleger certos aspectos como “imagética identitária visual”. Para isso, é necessária uma “educação do olhar”. Na imagem, não está apenas o seu sentido literal, denotativo, mas está uma série de coisas não ditas em seu sentido conotativo.⁸⁵

Portanto, as imagens visuais que fazemos uso neste trabalho não devem apenas ser apreciadas em seu sentido concreto. Elas permitem uma série de referências, como por exemplo, o de deixar nossa percepção procurar captar a ação, o movimento de ruas e praças da cidade. Por fim, temos uma importante porta de entrada para o passado, não só concebendo o espaço físico, mas aliando-o ao campo do imaginário de uma época.

Chegamos, dessa forma, à metade da década de 1930. Os espaços das ruas de Campina Grande se encontram passando por intensas transformações, tanto de ordem arquitetônica quanto de ordem simbólica, aspectos que presenciaremos no nosso próximo tópico.

A “RUA DAS TRANSFORMAÇÕES”: CAMPINA GRANDE DE 1936 A 1950

Neste período do recorte temporal, encontramos uma Campina Grande bastante diferente da que analisamos nos anos finais do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX. As fontes nos mostram que a cidade já não possui “aquela inocência do mató”. “A rua” se consolida como ponto de morada e, por quase toda a extensão urbana, nuvens de poeira das construções se misturavam aos

85 BERRAL, R. S. *A medusa da modernidade: a cidade do Recife à luz da fotografia*. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

detritos das indústrias de algodão. Para compreender esse processo de transformação da urbe, passemos mais uma vez à análise do número de casas construídas no período de 1936 a 1947.⁸⁶

TABELA 02 – QUANTIDADE DE CASAS EM CAMPINA GRANDE – 1936-1947

ANO	NÚMERO DE CASAS	ANO	NÚMERO DE CASAS
1936	6.121	1942	9.935
1937	7.069	1943	10.239
1938	8.141	1944	10.729
1939	8.426	1945	11.482
1940	8.838	1946	12.232
1941	9.173	1947	13.259

Fonte: Adaptado a partir de Câmara (1998).

Este é um período de que o articulista Epaminondas Câmara se rejubila, já que apontou um aumento de 100% no número de casas em um espaço de 11 anos (1936-1947). Em setembro de 1947, ele notifica na zona urbana cerca de 300 sobrados, sendo um de 05 pavimentos, o grande hotel; um de 04 pavimentos, a prefeitura, e, mais vinte de 03 pavimentos. Aos olhos de um campinense que aspirava pela colocação de sua cidade entre as mais desenvolvidas do país, estes números impressionavam. Também é mencionada a

86 Explicar o rápido crescimento do núcleo urbano de Campina Grande por meio de um viés político e econômico não é o objeto central desta obra. Contudo, é importante mencionar que, nos anos 1940, a cidade passou pelo chamado *boom* da produção do algodão. A historiografia local atrelou a pujança do “ouro branco” com o desenvolvimento material da cidade. Ressaltamos, todavia, que este crescimento e a riqueza gerada acabaram por se concentrar nas mãos de indústrias locais e empresas exportadoras multinacionais, não sendo democratizada tal riqueza com os trabalhadores residentes nos “arrabaldes” do núcleo central urbano. Para compreender este viés econômico e político, ver: MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba*. João Pessoa: A União Editora, 2002, 7. edição; SYLVESTRE, Josué. *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília: Senado Federal, 1993.

população de cerca de 70.000 pessoas, espalhadas numa extensão de “pouco mais de quatro quilômetros quadrados de edificação compacta, em forma de triângulo, de cujos lados partem, como compridas excrescências, bairros e ruas em todas as direções. Esta a razão por que ela tem sete quilômetros de nascente ao poente e cinco de norte a sul”.⁸⁷

A ocupação das áreas de subúrbio já vinha sendo incentivada desde o início dos anos 1930, como podemos perceber nas primeiras propagandas de jornais que aparecem anunciando grandes quantidades de lotes de terrenos à venda. No Jornal de Campina de 1932, já se lia em letras grandiosas: “V. Excia. já sabe o que é o Bairro da Prata?” e, em seguida, o leitor era convidado a conhecê-lo:

O Bairro da Prata será muito em breve o primeiro e único local onde V. Excia. pode construir seu *Bungalow*, com clima salubérrimo para o seu repouso, com espaço bastante para as necessidades de sua residência, com todas as comodidades, enfim, que a moderna técnica de urbanismo requer para sistematização de habitações.

O Dr. Nestor de Figueiredo, grande urbanista brasileiro visitando aquelle magnífico bairro da nossa *urbs*, afirmou que, na Prata, Campina teria de localizar num futuro próximo as suas melhores vivendas.

Pois bem, V. Excia pode possuir desde já um terreno a prestações módicas para construir o seu lar naquelle doce recanto (...).⁸⁸

Pelo desenvolvimento posterior do bairro da Prata, notamos que a propaganda foi eficaz no sentido de vender aqueles lotes de terra. Entretanto, não só aquela área encontrou sua expansão por meio das

87 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 155.

88 JORNAL de Campina, 05/02/1933, n. 2, p. 2.

vendas de terrenos. Visitemos o bairro de São José, por meio de um anúncio do jornal Voz da Borborema, de 1937:

1.000 lotes de terreno para construção a venda na zona de maior expansão da cidade, propriedade da viúva e filhos de Clementino Procópio.

5º bloco – Bairro de São José.

A margem da linha de ônibus do Hospital.

Contíguos ao Hospital Pedro I, com frente para a Rua São José, Av. Almeida Barreto e várias outras Ruas e Avenidas recém-abertas, situados num dos subúrbios mais salubres e pitorescos da cidade e próximos ao campo de aviação, do *stadium* da A.D.C. e do Grupo Escolar Clementino Procópio. Luz elétrica e, proximamente, telephones, água e esgoto.

Preços ao alcance de todos – A planta, organizada pelo engenheiro civil Dr. Lourival de Andrade e já aprovada pela prefeitura se acha em exposição nos escritórios da firma Aluisio Silva & Cia, a Rua Presidente João Pessoa, nº 330.⁸⁹

Por meio deste anúncio, identificamos que o bairro de São José já era um importante subúrbio campinense naquele período. Determinados equipamentos de conforto já faziam parte daquele espaço, como a luz elétrica, afinal este já era o 5º lote de terrenos comercializados. Ruas e avenidas já existiam aguardando novos moradores. Entretanto, nas duas propagandas, é possível observar que se recorre à pena de um engenheiro para atestar que tais localizações eram “salubres” e se “enquadravam no que de melhor o urbanismo oferecia naquele período”.

Vejamos mais uma propaganda, desta feita sobre o bairro de Bodocongó, constante no jornal Voz da Borborema, no ano de 1937:

89 VOZ da Borborema, 08/09/1937, Ano I, n. 16, p. 4.

Ótimos terrenos para modernas construções.
Bodocongó
Transforma-se no Bairro mais populoso de Campina Grande.
Confortável, de optima situação panorâmica, será uma fonte de renda apreciável para quem tiver construindo.
Comprea os lotes de terra que estão a venda naquelle pitoresco Bairro.⁹⁰

Pela propaganda, é perceptível que a “especulação imobiliária” já era uma realidade para a sociedade campinense do período, afinal, seria “uma fonte de renda apreciável” para quem fizesse seus investimentos naquele bairro, que tinha nas fábricas seu principal atrativo de moradia. Ressalvando a intenção de “venda de um produto”, no caso, terrenos em subúrbios, podemos compreender um pouco desse processo de transformações do espaço urbano de Campina Grande em fins dos anos 1930 e início dos anos 1940, por meio das propagandas elencadas. O ideal de salubridade e moradia em locais “pitorescos” é observável na cidade que estava se transformando em um processo de expansão acentuado.

Não eram apenas os subúrbios que enfrentavam o processo de especulação imobiliária. O próprio Centro enfrentava este problema, como denunciava o jornal *O Momento* em 1950. Segundo o redator, seria preciso nascer em Campina Grande, entre os que dispõem de recursos:

Uma mentalidade progressista, que seja além da mentalidade simplesmente do “dinheiro” e que nos permita não mais assistirmos constrangidos, em pleno centro da cidade magníficos lotes de terreno à espera de lucros exorbitantes para serem vendidos e

90 VOZ da Borborema, 22/09/1937, Ano I, n. 20, p. 3.

talvez alguma oportunidade celestial, tipo lucro de 200% para neles serem construídos alguns prédios.⁹¹

Apesar da expansão urbana visível, equipamentos e maquinarias de conforto do mundo moderno, como o calçamento, o esgoto e a própria energia elétrica, não chegavam aos subúrbios, o que fazia aumentar os reclames, não só dos cronistas, mas principalmente das populações locais. Em diversas matérias dos jornais de época, como *A Voz da Borborema*, se denunciavam a falta de luz, os buracos nas ruas, a velocidade dos transportes públicos, entre outros problemas da, agora, cidade, “que mantém a hegemonia do mercado algodoeiro no Norte”.⁹²

A cidade crescia no comércio e na agitação, contudo o aspecto das ruas ainda era bastante próximo das décadas anteriores a 1930, o que exigia das autoridades uma intervenção direta. Dessa forma, o Decreto Municipal nº 51, de 17 de janeiro de 1935, determinou que fossem “mosaicadas” as calçadas das ruas centrais da cidade. Porém, o mais importante para a mudança do aspecto urbanístico do centro foi a ordem de serem assobradadas todas as construções e reconstruções começadas nesta parte. A efetivação do citado decreto transformou a paisagem urbanística e, por conseguinte, como observou Fabio Gutemberg de Sousa, também “mexeu” com a própria elite local, que teve de migrar para outras ruas adjacentes ao Centro, como a Rua João da Mata, nas proximidades do Açude Velho; e para o bairro da

91 O MOMENTO, 12/11/1950, Ano I, n. 8, p. 3.

92 Em relação à energia elétrica, o jornal fez uma verdadeira campanha contra a “má luz da Empresa Luz e Força”. No ano de 1937, encontramos dez reportagens que criticavam este serviço, tais como reportagens do jornal de 21/07/1937, ano I, n. 1, s/p; 24/07/1937, ano I, n. 3, p. 3; Com relação à água, o jornal saúda a construção do reservatório de Vaca Brava no dia 08/09/1937, ano I, n. 7, p. 3; com relação às corridas “das sopas”, na reportagem “Os ônibus desta cidade andam sem freios?”, no dia 25/09/1937, ano I, n. 21, p. 2. A referência à cidade de Campina Grande como “líder do mercado algodoeiro do Norte” é encontrada em oito matérias no ano de 1937, como no jornal do dia 18/09/1937, ano I, n. 19, p. 6.

Prata, onde os casarões passaram a se sobressair na paisagem daquele subúrbio.⁹³

Transformar a cidade e deixá-la de acordo com os preceitos modernos foi uma empreitada levada adiante em Campina Grande por Vergniaud Wanderley, prefeito da cidade por duas vezes entre 1935 e 1945. Entre as várias reportagens nos jornais dedicadas à sua administração, encontramos a matéria d'O Rebate de 04 de outubro de 1944, em que J. Fernandes Dantas mostra o “Panorama de uma administração modelar”. Nesta, o autor mostra as realizações de Vergniaud Wanderley tanto na primeira quanto na segunda passagem pela administração municipal. Nas palavras do autor, “o martelo dos operários vai aos poucos removendo os alicerces das antigas habitações do centro da *urbs*. Novas avenidas e ruas são rasgadas ou alinhadas”. Como era comum à época, este cronista não deixa de se “curvar” ao Governo Municipal e saúda com entusiasmo o homem que deu forma ao “progresso urbano” da cidade.

As alterações arquitetônicas passaram a refletir também nas transformações simbólicas. O encantamento com o progresso material tomava conta de determinados cronistas. Eis alguns versos da peça intitulada *Campina Grande, drama em cinco atos e uma apoteose*, transcrita do jornal O Rebate, de 10 de julho de 1948. Nesta, o autor, A. Rodolfo, mostra uma “cena que se verifica no perímetro de uma grande cidade” (leia-se Campina Grande).

1° Ato
Cenário - uma rica praça
um comércio forte, opulento
as fábricas em movimento
dinheiro em circulação

93 As transformações urbanísticas de Campina Grande tiveram por peculiaridade o fato de não só incomodar populares, mas principalmente por “expulsar” as elites de seu local de “teatralização de poder”, no caso o centro da cidade, representado pela “Rua Grande”, a Rua Maciel Pinheiro. Acerca desta questão, Ver: SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

o povo andando apressado
os automóveis correndo
caminhões estremecendo
carregados de algodão
2° Ato
Ato segundo - o cenário
Já se mostra diferente
Um formigueiro de gente
Comprando na “Nova aurora”
Uma grande multidão
Vê-se no armazém do Norte
Por ser uma casa forte
Atende com voz sonora (...)

Os atos seguintes continuam mostrando a opulência e o desenvolvimento da cidade “Rainha da Borborema”. No fragmento transcrito, é perceptível que o autor procurava construir uma imagem majestosa, grandiosa da urbe, uma “metrópole do Norte”. Observemos os cenários e os personagens: “as fábricas em movimento”, “o povo andando apressado”, “os automóveis correndo”, “um formigueiro de gente”, “uma grande multidão...”. Com certeza, em 1948, Campina Grande possuía um comércio bastante significativo, capitaneado pela produção do algodão, todavia merece interrogações se o cenário das ruas e casas de comércio da cidade era marcado por tamanha agitação.

Este é um dos exemplos que encontramos nas fontes que nos apresentam uma cidade tão pujante no comércio. Entretanto, não nos esqueçamos do “lugar social” dos autores de tais relatos nos jornais da época. Podemos compreender que jornalistas e autoridades campinenses em diversas épocas sempre descreveram uma cidade mais “ideal do que real”. Não podemos negar que se trata de um comércio dinâmico, principalmente por ser de uma cidade interiorana que vê a sua riqueza capitaneada pelo *boom* algodoeiro, contudo, toda a agitação, pressa e grandiosidade da fala do autor se esvai um pouco quando observamos a limitação física da cidade.⁹⁴

94 Sobre o conceito de limite físico para as experiências urbanas do Norte (Nordeste)

Passando para mais um articulista “deslumbrado” nas décadas de 1940 e 1950, encontramos no jornal O Rebate, de 1943, algumas “definições aceitáveis” de “quem é Campina”, segundo Antônio Mangabeira. Para este, Campina “é a mais afamada cidade do interior do Nordeste, grande comércio e interessante indústria”. Também “é a cidade do trabalho e do futuro”. Campina Grande é “a metrópole do sertão de três estados”. De certa forma, Antônio Mangabeira empolga-se em seus adjetivos com relação à cidade e arremata suas definições com esta afirmação: “Já ouvi até estas palavras: ‘Campina Grande é a cidade que está se são paulisando’”.⁹⁵

De certa forma, podemos compreender o anseio e o desejo de apresentar Campina Grande como uma cidade realmente “grande”, do “progresso” e da “civilização”. Falar do “grau de desenvolvimento” da urbe é algo que parece ser corriqueiro nos diálogos diários de jornalistas, cronistas e autoridades campinenses, afinal, em uma destas conversas, Antônio Mangabeira colheu esta pérola: “Campina Grande é a cidade que está se são paulisando”. Sete anos mais tarde, em 1950, encontramos o mesmo Antônio Mangabeira decantando o desenvolvimento da ‘Rainha da Borborema’ mais uma vez. Desta feita no jornal O Momento: com “60.000 mil habitantes, com automóveis e caminhões às centenas, que bebem em média 1.000 latas de gasolina por dia e transportam internamente pessoas e mercadorias, Campina Grande é a ‘Chicago paraibana’”.⁹⁶ Percebemos assim que continua o anseio do autor em comparar o “grau de desenvolvimento” de Campina Grande com outras metrópoles.

Não só Antônio Mangabeira decanta o progresso material da cidade na primeira metade do século XX. Ao longo da análise nos jornais locais, é perceptível o discurso eufórico de parte significativa

do Brasil, ver: ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

95 O REBATE, 04 de outubro de 1943, s/e, s/p.

96 O MOMENTO, 17/09/1950, Ano I, n. 1, p. 5.

da imprensa com o que presenciavam no dia a dia. O movimento do comércio e das ruas os fascinava e deixava transparecer que eles viviam em uma cidade que estava em sintonia com os ideais de civilidade e progresso; que eles tinham notícias de outras partes do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, bem como a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos. Exemplos destes discursos são encontrados nas páginas do Correio Campinense de 28 de agosto de 1949:

A cidade se nos apresenta possuída de uma vida intensa e progressista (...) aqui e ali erguem-se majestosos edifícios. Observamos uma série enorme de demolições em toda parte da cidade (...) ruas e mais ruas se transformam, aberturas de longas avenidas, arborização, calçamento e pavimentação das artérias da *urbs*. A cidade tem um “intensíssimo movimento de veículos”.⁹⁷

Este é mais um exemplo dos discursos eufóricos que determinados campinenses apresentavam na imprensa. Observe que a cidade se “apresenta possuída de uma vida intensa e progressista”, sendo condição necessária para tal panorama as demolições de casas e a própria transformação dos logradouros, para que acolhessem o “intensíssimo movimento de veículos”. Porém, como nos mostra Gervácio Batista Aranha,⁹⁸ tais discursos devem ser compreendidos a partir do pensamento predominante desde o século XIX, em que letrados e autoridades concebiam que uma cidade para ser considerada “moderna” precisaria ter uma intensa vida comercial e suas ruas deveriam ser invadidas diariamente por uma multidão que se deslocasse de um lado para o outro.

De forma geral, observamos que os jornais campinenses representam um segmento da sociedade e apresentam uma visão pouco

97 CORREIO Campinense, 28 de agosto de 1949. Ano I, n. 1, p. 1.

98 ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

crítica do cotidiano. Quando tentam fazer algum julgamento, acabam elogiando ou colocando em primeiro plano “o desenvolvimento material de Campina”. Percebe-se que esses são jornais que valorizam demasiadamente as realizações dos governos, tanto municipais quanto estaduais, e os empreendimentos dos homens de negócios, “empresários com visão de progresso” que certamente bancavam boa parte das tiragens desses órgãos de imprensa. Também parte significativa dos jornais estava ligada a partidos ou políticos locais e, portanto, dependendo de quem estava no comando da administração, o redator enxergava uma “cidade diferente”.⁹⁹ Outra ressalva que devemos fazer é no tocante ao público alcançado pela imprensa local, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, que eram pessoas ricas e políticos pertencentes às camadas mais abastadas da população.

Feitas tais ressalvas, não podemos deixar de usar o jornal como fonte importante de conhecimento do passado, afinal, os discursos que os cronistas faziam não deixam de ser a expressão de um pensamento de determinado período histórico. Encontramos nos jornais da época anseios de uma parcela da população que, se não vivia em uma cidade de grande porte, como Recife ou Rio de Janeiro, se sentia participante do mesmo progresso que os moradores destas metrópoles vivenciavam. Isso era possível mesmo havendo um “limite físico” nas experiências urbanas brasileiras. Apesar deste limite, lugares como Campina Grande não deixavam de ter contato com um ou outro símbolo moderno.¹⁰⁰

Portanto, os símbolos ou equipamentos modernos dão uma dimensão do maior ou menor grau de civilidade dessas experiências

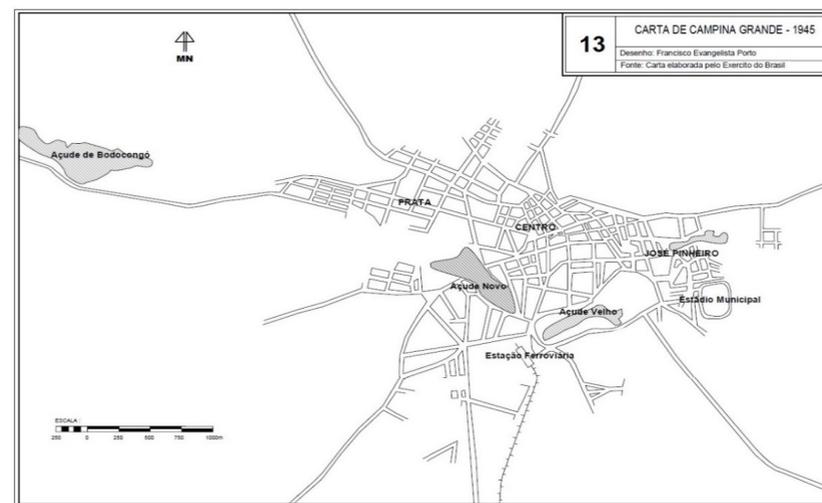
99 Exemplo desta afirmação podemos encontrar na edição de nº 1 do jornal Voz da Borborema, que circulou no dia 16 de julho de 1937. Na matéria “Nosso pensamento”, o editor deixa claro que o Voz da Borborema é um “jornal politicamente filiado ao Partido Progressista da Parahyba, que apoia a situação dominante do Estado”.

100 ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

urbanas. É justamente o que podemos perceber nos discursos dos letrados campinenses, pois, como nos mostra Gervácio Batista Aranha, mesmo que no dia a dia a cidade não pudesse contar com uma multidão em suas ruas, se comparadas às de Paris ou Londres do século XIX, ela contava com equipamentos e símbolos modernos, como energia elétrica, água encanada, cinemas, trem, etc., que de certo modo traziam para os habitantes locais a sensação de estar vivendo em uma cidade “moderna e progressista”.

Para compreender melhor a transformação que apresentamos até aqui, analisemos uma carta urbana que esquadrinha uma visão da cidade no ano de 1945:

CARTA 01 – MAPA DE CAMPINA GRANDE – 1945



Fonte: Porto (2007, p. 92).

Nos fins dos anos 1940, podemos compreender melhor as mudanças físicas em Campina Grande. Agora a imagem é bem diferente: se compararmos o espaço do início do século em 1907 (Fig. 01), com as oito ruas da cidade, a este com uma perspectiva da década

de 1940, vemos o número significativo de logradouros e bairros, como José Pinheiro e Prata. É importante destacarmos que, neste período, foram alinhadas as ruas centrais: Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Floriano Peixoto e Marquês do Herval. Todavia, as “picaretas” do progresso “respeitaram” algumas ruas ou será que “esqueceram”, como denuncia Cristino Pimentel na crônica sobre a Rua Vila Nova da Rainha, antiga Rua das Barrocas?

Percebemos que, apesar do esquadrinhamento da área central da urbe, ruas como Peregrino de Carvalho (do Emboca), Vidal de Negreiros, Afonso Campos (tradicional reduto da oposição)¹⁰¹ foram logradouros que não sofreram intervenções no sentido de deixá-las “retas”, de acordo com os preceitos do urbanismo moderno. Estas ruas não estavam no roteiro preferido da elite campinense, ou seja, não eram vistas como essenciais para serem apresentadas na “teatralização” do poder?

Neste instante, Campina Grande se aproxima do fim da primeira metade do século XX e torna-se perceptível que a cidade se coloca como bastante pujante no comércio, apresentando uma intensa expansão da área urbana em direção aos bairros periféricos. Ao mesmo tempo, o Centro ganhava uma “roupa” inteiramente nova, com construções em estilo *art-déco* e com ruas esquadrinhadas, tirando-se as errâncias das curvas, deixando prevalecer a avenida reta, que serviria para escoar as pessoas e mercadorias.

101 Segundo Cristino Pimentel, a Rua do Meio, hoje Afonso Campos, “assistiu a espetáculos memoráveis no tempo das eleições. Nela residia o Dr. Afonso Rodrigues Campos, homem erudito, idealista do partido dos Bacurais, que sonhava em tomar o poder e realizar grandes coisas na cidade natal. Nas eleições, saía esse chefe à frente de seu eleitorado para o Conselho Municipal, dando vivas ao seu partido e morras aos Conservadores, chefiados pelo “gringo” Cristiano Lauritzen. Vizinhos de Afonso Campos lutavam ao seu lado: Nêu Pontes, João Agra, cel. Joca Sá, Neco Luna, Manoel Justino de Farias Leite, Antônio Capoeiro, Pedro Luna, João Porto, Manu Colaço, José Elói, Luiz Cavalcante, José Juvêncio dos Santos, professor Balbino e muitos outros, que formavam a elite da oposição”. In: PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2. edição. Campina Grande: EDUFCEG, 2011, p. 34. Registre-se ainda que o “gringo” Cristiano Lauritzen foi o intendente (cargo que equivale ao de prefeito nos dias atuais) de Campina Grande no período de 1904 a 1923.

Voltemos ao alto da torre da catedral no período mencionado e apreciemos as mudanças arquitetônicas que já estavam visíveis na paisagem urbana do Centro da cidade, no sentido do poente, a oeste:

FOTOGRAFIA 7 – IMAGEM PANORÂMICA DA AV. FLORIANO PEIXOTO.



Fonte: Acervo de Dr. Severino Bezerra de Carvalho. *Apud* CABRAL FILHO (2009, p. 60).

Como nos mostra o historiador Severino Cabral Filho, esta é parte da cidade que assistira ao “bota-abaixo” empreendido principalmente pela administração do Sr. Vergniaud Wanderley nos anos 1940. A torre da catedral, de onde fora realizada a fotografia da década de 1920 (Fig. 2) e esta dos anos 1940 (Fig. 7), presencia um cenário bastante diferente. A própria torre já não se impõe absoluta na paisagem urbana da colina onde está situado o Centro.¹⁰² Vemos na imagem, com destaque à esquerda, o prédio com maior número de

102 CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande: EDUFCEG, 2009, p. 62.

pavimentos da cidade (cinco), o Grande Hotel, inaugurado em 19 de abril de 1942; e ao lado direito, o Palacete da Prefeitura, com quatro pavimentos, inaugurado em 24 de maio do mesmo ano.¹⁰³

Já não faz parte da paisagem urbana mais de duzentas casas demolidas para o alinhamento e alongamento da Avenida Floriano Peixoto. O caso mais emblemático do “bota-abaixo” foi a demolição completa da Igreja do Rosário em 1940.¹⁰⁴ A cidade respira novos ares de progresso, e parcela significativa da população se vê participante deste processo.

Enfim, chegamos ao término do nosso passeio pelo espaço físico e simbólico construído a partir das ruas de Campina Grande. Podemos compreender que, nos anos finais da primeira metade do século XX, a cidade já se mostrava bem diferente do início do período estudado. Se, no fim do século XIX, a “cidade pobre” era sinônimo de lugar de “passagem”, onde se ficava por alguns dias em virtude de festejos religiosos ou se buscava a compra e venda de suprimentos básicos, já que a urbe era sinônimo de “rua” em contraposição a “fazenda”, local de moradia fixa, temos agora toda uma mudança na estrutura física e nos hábitos dos moradores, sendo visíveis as transformações urbanas e simbólicas na cidade.

Em Campina Grande, há nos anos finais da década de 1940, o desenvolvimento de uma vida urbana, se não com a pressa e o burburinho das ruas de metrópoles nacionais e regionais, mas diferenciada das demais localidades do interior paraibano. O crescimento material, as indústrias locais, a expansão territorial, a divisão social do espaço urbano são observáveis no cotidiano, se não na proporção decantada pela elite financeira e intelectual, mas no

passo possível para um aglomerado urbano do interior do norte do país, com as dificuldades inerentes a esta realidade geográfica.

Ao longo de cinquenta anos, percorremos pelas fontes disponíveis, de início, ruas empoeiradas, mas ao final do período, encontramos o espaço central da cidade com meio-fio, calçamento, praças e jardins, mesmo que nos subúrbios continuassem aqueles cenários de capoeiras e campinas do século anterior. Mas não só mudanças físicas foram perceptíveis. Toda uma rede de sociabilidade foi vivenciada ao longo desse tempo. Encontrar os usos, costumes e territórios construídos nesse espaço pelos indivíduos é o foco que norteará o próximo capítulo.

103 CÂMARA, Epaminondas, *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravelas, 1998, p. 139-140.

104 *Ibid.*, p. 135.

CAPÍTULO 2

A RUA E OS SENTIDOS: UMA INTERPRETAÇÃO DA DINÂMICA URBANA DE CAMPINA GRANDE - PERCURSOS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS

O flâneur é ingênuo quase sempre. Para diante de rolos, é o eterno “convidado do sereno” de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal), acaba com a vaga ideia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio.

(João do Rio)

A RUA E OS SENTIDOS: UMA INTERPRETAÇÃO DA DINÂMICA URBANA DE CAMPINA GRANDE - PERCURSOS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS

Caminhando pelas ruas centrais de Campina Grande na atualidade, certamente poucos param para refletir ou se questionar acerca da forma como tais espaços foram construídos arquitetônica e simbolicamente. Aqueles que ainda possuem a sensibilidade, ou mesmo, o “tempo disponível” de parar e sentar em um dos bancos da praça da Bandeira, da praça Clementino Procópio ou mesmo no Calçadão da “Cardoso Vieira”, podem fixar os olhos nos edifícios e casas comerciais e observar frontões da primeira metade do século XX, muitas vezes escondidos e “sufocados” por trás de placas publicitárias, emaranhados de fios elétricos e tantas outras coisas que encobrem aquelas fachadas que um dia foram edificadas para mostrar suntuosidade e trazer a sensação de que a cidade acompanhava *pari passu* as mudanças do mundo moderno.

Olhar para tais edificações pode trazer à tona uma série de memórias e recordações que podem revelar as vivências e territorialidades dos indivíduos no espaço. Sendo assim, procuramos nas fontes pesquisadas itinerários que poderíamos seguir por algumas das ruas centrais da cidade, tendo em vista que são para estas que os memorialistas voltam mais intensamente sua atenção, afinal, foi nesses espaços onde eles vivenciaram boa parte de suas experiências diárias.

Para compreender as transformações históricas do espaço urbano de Campina Grande na primeira metade do século XX, recorreremos ao método de “flanar” pela cidade, por intermédio das fontes. “O *flâneur* ou o ato de flanar como método e metodologia de análises

dos espaços urbanos revela uma postura de análise miúda, em que o centro de preocupação está estabelecido nos processos cotidianos e na percepção diretamente vinculadas àqueles que vivem na cidade”.¹⁰⁵

Assim, encontramos em Walter Benjamin e seus estudos sobre Baudelaire aquilo que procuramos compreender acerca deste personagem da cidade, o *flâneur*. Como nos diz Walter Benjamin, citado por Nóbrega:

O *flâneur*, com a sua capacidade de observação, consegue identificar as questões mais diversas na dinâmica da cidade, ele não só a observa, mas interfere astutamente, pois, é frente à cidade um detetive, um investigador ou algo parecido. Os atributos do *flâneur* são de fundamental importância para estabelecer os vínculos, identificar as falhas, ou seja, para recompor, ainda que mentalmente, os diálogos próprios à cidade e ao meio que ela evoca. Justificando um controle social elaborado pelos que a habitam e não por elementos externos ao tecido cotidiano que não entendem os nuances que compõem o mosaico complexo que a cidade enreda.

O observador – diz Baudelaire – é um príncipe que, por toda a parte, faz uso de seu incógnito. Desse modo, se o *flâneur* se torna sem querer detetive, socialmente a transformação lhe assenta muito bem, pois justifica a sua ociosidade. Sua indolência é apenas aparente. Nela se esconde a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor. Assim, o detetive vê abrirem-se à sua autoestima vastos domínios. Desenvolve formas de reagir convenientes ao ritmo da cidade grande. Capta coisas em pleno vôo, podendo assim imaginar-se próximo ao artista.¹⁰⁶

105 NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. *Antigos lugares, novos temas: os sinais do tempo no bairro da Boa Vista*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p. 166.

106 BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras Escolhidas; v. 3), p. 38 *apud* NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. *Antigos lugares, novos temas: os sinais do tempo no bairro da Boa Vista*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p. 164-165.

Portanto, estamos neste momento assumindo a postura do *flâneur* com o objetivo de apreendermos um pouco da dinâmica das ruas campinenses. Seguimos, dessa forma, os passos de cronistas como João do Rio ou Lima Barreto, que com sua caderneta e lápis na algibeira saía às ruas e subúrbios do Rio de Janeiro para captar essa espécie de pulsação da cidade.¹⁰⁷ Também assim o fez Gilberto Freyre quando, ao longo do ano de 1924, percorreu ao lado de seu irmão Ulysses Freyre, montado em sua bicicleta inglesa, boa parte dos logradouros do Recife, procurando “reminiscências mouriscas nas ruas velhas do Recife”.¹⁰⁸ Como destaca Arrais, podemos percorrer a cidade por meio da evocação dos sentidos e, particularmente, do olhar e do olfato para compreendermos o espaço das ruas:

O narrador exercita seus sentidos na contemplação das ruas, dos largos, praças e sobrados e na absorção dos odores que escapam das velhas janelas, impregnam os sentidos e arrancam vagas, mas marcantes “sugestões” daquele que se entrega à experiência de percorrer a cidade.¹⁰⁹

Partindo das memórias de indivíduos podemos traçar diferentes percursos pelo espaço urbano de Campina Grande. E ao caminhar por tais ambientes, presenciamos não só construções físicas, edifícios, ruas e praças, mas passamos a conhecer os diferentes territórios construídos. Como nossa fonte em sua maioria trata-se de escritos de memorialistas, devemos mais uma vez compreender o lugar social da fala destes moradores locais. São geralmente pessoas de elite que rememoram suas experiências vividas nos diferentes tempos e lugares

107 RIO, João do. *A alma encantadora das ruas – crônicas*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007; e BARRETO, Lima. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

108 Informação constatada por: ARRAIS, Raimundo. Possuindo os lugares: Gilberto Freyre e a mobilização dos sentidos na apreensão da cidade. In: *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. MONTENEGRO, Antônio Torres *et al.* Coedição. Recife: Ed. da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008. p. 405.

109 ARRAIS, Raimundo. *Op. Cit.*, p. 404.

da cidade, o que não nos impede de ampliar nossa interpretação e por uma via oposta fazer conjecturas acerca da participação dos indivíduos que consideramos populares nestes mesmos eventos rememorados pelo escritor de uma camada social mais abastada.¹¹⁰

Antes de iniciarmos nosso itinerário pelas ruas campinenses nesta nossa narrativa do passado, faz-se necessário destacar que o faremos a partir das fontes disponíveis pelo método de “flanar” livremente pelas ruas e territórios construídos. Usamos a noção de território porque, como adverte Rolnik, “o território é uma noção que incorpora a noção de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito”.¹¹¹

Significativos são também os usos dos jornais de época, propagandas e memórias para essa visão do passado. Todavia, não percamos de vista as ressalvas no tocante a estas fontes feitas por Sousa:

Os jornais consultados dificilmente escapam do universo (...) referido (bacharéis, médicos, religiosos e letrados diversos, que são também os novos políticos, ligados quase sempre por laços de parentescos ou enlaces matrimoniais aos velhos e tradicionais coronéis e proprietários de terra). Seus proprietários, gerentes, redatores e articulistas faziam parte do mesmo rol: são políticos, proprietários rurais e comerciantes, intelectuais a esses vinculados por laços diversos e deles dependentes na maioria das vezes. Talvez um ou outro não tivesse relação de dependência com os grupos que economicamente dominavam, sendo antes os seus esteios, no sentido de mudar sua mentalidade e comportamento para aproximá-los dos chamados valores modernos.¹¹²

110 Os populares podem ser encontrados também no silêncio das fontes, no não-dito. Ver: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

111 ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? In: *Cidade e história*. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A F. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - ANPUR, 1992, p. 28.

112 SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade*: Campina Grande – 1920-1945. Tese (Doutorado em História) - Campinas, Unicamp, 2001, p. 52

É visível como os jornais campinenses do período investigado são, de certo modo, porta-vozes de alguns setores da sociedade da época. São jornais que, via de regra, estavam vinculados a determinados segmentos políticos e sociais locais. Diante desse quadro, cabe o registro quanto à aparição dos populares nesse tipo de fonte. Certamente não aparecem de maneira direta, mas podemos encontrá-los indiretamente em confrontos com as autoridades ou mesmo desenvolvendo atividades que iam de encontro àquelas desejadas e decantadas por técnicos, políticos e letrados como modernas.

Quanto à noção de memória, recorremos a Lucília Delgado, que considera o conceito de memória como “abrangente e polifônico em todas as suas potencialidades”.¹¹³ Observando Margarida Neves, temos melhor compreensão:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação.¹¹⁴

Por fim, é importante mencionar que fazemos uso da fotografia neste itinerário. O encontro com as diversas imagens da vida de Campina Grande nos levou a uma nova percepção do passado. As crônicas escritas ganharam profundidade e cenários concretos por meio das fotografias. No entanto, é importante fazer determinadas ponderações sobre o uso

113 DELGADO, Lucila de Almeida Neves Delgado. *História Oral* – memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 40.

114 NEVES, 1998, p. 218 *apud* DELGADO, 2006, *op. cit.*, p. 40.

que aqui fazemos desta fonte, afinal, estamos em um outro contexto histórico. Como nos diz Eduardo França de Paiva:

Os contextos diferenciados dão, portanto, significados e juízos diversos às imagens. O distanciamento no tempo entre o observador, o objeto de observação e o autor do objeto também imprime diferentes entendimentos, uma vez que, ... as leituras são sempre realizadas no presente, em direção ao passado.¹¹⁵

A partir das conjecturas que nos é lícito fazer, estamos de certo modo produzindo uma narrativa do passado, que se aproximaria da verossimilhança dos fatos ocorridos.¹¹⁶ Neste caso, faremos determinadas “considerações” para uma melhor compreensão do mundo vivido por nossos personagens. Este percurso “imaginário” será baseado nas fontes disponíveis e metodologia já citada, seguindo também o estilo de escrita de Fraya Frehse.¹¹⁷

A seguir, passamos ao nosso “passeio imaginário” pelas ruas centrais de Campina Grande na primeira metade do século XX, pois, obviamente se trata de um passeio “imaginário”, tendo em vista que não vivenciamos de maneira concreta os fatos que estamos a narrar. Entretanto, das fotografias, dos jornais de época, dos escritos de memorialistas e vozes de lembranças passadas, podemos encontrar personagens e acontecimentos que estão a chamar nossa atenção ao longo da caminhada. Neste caso, faremos determinadas “considerações” para uma melhor compreensão do mundo vivido por nossos personagens.

115 PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006. p. 31.

116 Sobre o conceito de verossimilhança, ver: GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

117 FREHSE, Fraya. Da várzea ao colégio, e pela Paulicéia toda. In: FREHSE, Fraya. *O tempo das Ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 93-152. Esta autora estuda, a partir da antropologia, os comportamentos dos indivíduos, o que nos diferencia, tendo em vista a nossa percepção histórica do vivido.

O “OLHO DA RUA”- SOCIABILIDADES E VIVÊNCIAS EM CAMPINA GRANDE NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX

Começando nossa caminhada pelo “percurso imaginário” que estamos dispostos a fazer pelas ruas de Campina Grande, encostamos à sombra das gameleiras da Rua Grande (hoje Rua Maciel Pinheiro). Logo nosso colaborador Cristino Pimentel nos diz em sua narrativa que o leito deste logradouro, com suas gameleiras poeirentas, com cavalhadas, topadas de boi, entrudos, feiras, cinemas, procissões, retretas, carnavais e comícios, foi testemunha de tudo que aconteceu em Campina Grande no início do século XX.¹¹⁸

Estamos com sorte! Nossa porta de entrada da rua é justamente um dia de festa no longínquo ano de 1912:

FOTOGRAFIA 8- IMAGEM DE PROCISSÃO EM 1912 NA RUA MACIEL PINHEIRO



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

118 PIMENTEL, Cristino. Rua Maciel Pinheiro. In: *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956.

O leitor mais atento, certamente, perceberá que a rua ainda não era calçada e havia a demarcação de locais na procissão, com mulheres nas fileiras e parte dos homens fora da fila, mostrando um pouco dos lugares diferenciados ocupados pelos indivíduos naquela procissão religiosa. Também é perceptível a presença de crianças, o que certamente indicaria o ensinamento desde cedo das doutrinas e tradições cristãs. Neste momento, “falando baixo”, em respeito ao cortejo que passa, nos pede a palavra Hortênsio de Souza Ribeiro para melhor explicar esta imagem:

A banda musical “União”, com seus instrumentos reluzentes, os músicos metidos nas suas fardas bem engomadas, enchia os compassos das suas marchas harmoniosas os ares campinenses, enquanto longas filas de irmandades, de cruz alçada, abriam o grande préstito, que era ladeado por Vicente Correia, Jesuíno e João Ribeiro, sob a direção quase prussiana do Vigário Sales.

Ao entardecer, recolhia-se a procissão, havia *te Deum*, e logo mais a noite se queimava em vistoso fogo de artifício... no Paço Municipal, tinha lugar o leilão em benefício do término das obras da Matriz.¹¹⁹

Conjecturamos que este era um dia atípico, com tamanha aglomeração de pessoas. Não temos como precisar qual seria a comemoração religiosa daquele momento, mas, para ser registrada pela lente do fotógrafo, é bem provável que estivéssemos a assistir uma das procissões da Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, realizada todo dia 08 de dezembro.

“Respeitosamente” nos pede a palavra Epaminondas Câmara para questionar se realmente tal imagem seria de 1912, como está exposto no Museu Histórico de Campina Grande. Segundo ele, as

119 Velhas Histórias IN: *Jornal Voz da Borborema*, 10/12/1938. IN: RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979, p. 198.

brigas e os assassinatos, inclusive um na porta da casa do “prussiano” Vigário Sales, em 1904, situada na esquina do Largo da Matriz com a Rua Maciel Pinheiro, fizeram com que fossem suspensas naquele ano as festas religiosas da Semana Santa e da padroeira em 08 de dezembro, só voltando a ser realizada em 1914, dez anos depois, em 23 de dezembro.¹²⁰

Neste momento intervimos na discussão dos memorialistas para esclarecer que a datação exata da fotografia neste instante é impossível de fazê-la, tendo em vista não haver pistas do fotógrafo e do período exato de sua obra. Entretanto, isso não diminui ou não é empecilho para que compreendamos o passado que nos é possível conhecer a partir das fontes. Nesse sentido, como estamos seguindo as evidências, nos é lícito conjecturar que o passado poderia ter sido da forma como nossos memorialistas estavam a narrar.¹²¹

Ao passo que a banda A União diminui a intensidade de seu som e a procissão segue, junta-se a nossa “conversa” o memorialista Antônio Pereira de Moraes, que nos apresenta o território construído da “Festa da Padroeira”. Eis o relato:

Nas décadas de 20 a 30 as festas de fim de ano eram realizadas em homenagem a padroeira da cidade, N. S. da Conceição. Estendia-se a festa, desde a frente da matriz até parte da Rua Maciel Pinheiro, dobrando pela casa da esquina, que era a residência de Monsenhor Sales, e ia até a esquina da Simeão Leal. Aquele trecho que sai para a Peregrino de Carvalho, ainda não existia, era completo de residências (...) Uma parte bem interessante e curiosa da festa era a famosa Lagoa de Roça aos lados da igreja. Eram barracas feitas de palhas, onde serviam comidas e bebidas. Os frequentadores eram, na maioria,

120 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998, p. 86.

121 DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

boêmios e gente de menor nível econômico. Quando se via gente mais importante em Lagoa de Roça, era para o encontro de algum amor clandestino. A elite da cidade frequentava os pavilhões localizados no centro da rua principal, aquém da matriz, feitos a capricho, forrados de tabuas e cercado de gradis e bem cobertos (...) Da matriz até o grupo escolar Sólton de Lucena (hoje reitoria), ficavam as barracas com prendas e sorteios, roletas e jogos com prêmios em mercadorias (...) Terminada a novena, na matriz, ficava o povo no passeio, que ia desde a frente da igreja até o Palace Hotel, duas casas depois da residência do Dr. Acácio de Figueiredo.¹²²

Sobre esta festa religiosa em sua gênese, o autor nos mostra que havia a “famosa Lagoa de Roça” aos lados da igreja, sendo frequentada por “boêmios e gente de menor nível econômico”.¹²³ A elite frequentava os “pavilhões”, localizados no centro da rua principal. O autor traça toda uma descrição da ocupação e das hierarquias dos espaços da festa, mas não deixa de transparecer que “gente importante na lagoa de roça” ia para o “encontro de algum amor clandestino”. Cremos que tal passeio e romance era percebido e censurado pelas camadas mais altas da sociedade.

Entretanto, se o autor narra essa possibilidade, podemos ampliá-la e imaginar que o inverso ocorreria, com populares “perturbando” a “tranquilidade” dos pavilhões. Num espaço da frente da matriz até parte da Rua Maciel Pinheiro, “dobrando” na esquina da residência de Monsenhor Sales e indo à esquina da Semeão Leal, muitas vidas e histórias se cruzavam, independentemente da vontade de uma determinada camada social.

122 MORAES, Antônio Pereira de. *Vi, ouvi e senti*. Crônicas da vida campinense e outras narrativas- versinhos de ontem e de hoje. Campina Grande: s. e., 1985. p. 42-43.

123 Expressão utilizada por: MORAES, Antônio Pereira de. *Vi, ouvi e senti*. Crônicas da vida campinense e outras narrativas- versinhos de ontem e de hoje. Campina Grande: s. e., 1985. p. 42-43.

Circulando entre os pavilhões ornamentados e fazendo várias pontes junto a “lagoa de roça”, acabamos por amanhecer o dia em tais divertimentos. Como um *flâneur* pela cidade, ao que tudo indica, demorará um pouco até compreendermos melhor os territórios construídos por seus moradores, por isso procuremos hospedaria naquela Campina Grande de início do século XX.

O redator do jornal O Campina Grande nos sugere o “hotel dos viajantes”, do “digno major João Ribeiro”, que acabava de “dotar esta cidade de uma ótima casa de pasto (...) localizado na praça do Commercio (atual Maciel Pinheiro) em higienico e confortável sobrado de sua propriedade”.¹²⁴ Apesar das boas referências do redator, nos chama a atenção o cronista Cristino Pimentel, que poderíamos encontrar um ambiente mais popular, no Beco de Zé Bernardino (atual Rua Monsenhor Sales). Explica-nos o autor de *Abrindo o livro do passado*:

José Bernardino (...) Seu hotel era o mais popular e conhecido da cidade, e a sua verve também. Chegou a se popularizar pela sujeira e pelo trato original que dava aos hóspedes. No seu hotel os porcos e as galinhas comiam por debaixo da grande mesa, beliscando os pés dos comensais, e seu cachorro cinzento tinha regalia de hóspede, ao seu lado. A cozinha era tão perto das cocheiras de animais que os cavalos metiam as cabeças pela janela para darem um bom dia a dona Dondom, de boa natureza, igual ao marido.¹²⁵

Pois bem, se estamos procurando a pulsação popular das ruas de Campina Grande, cremos que estamos bem localizados, afinal, tamanha “interação” com a natureza e os animais não encontraríamos

124 O CAMPINA Grande, 02/05/1909, nº 28, Ano II, p. 4.

125 PIMENTEL, Cristino. Rua Monsenhor Sales. In: *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956. p. 88.

naqueles idos de fins da primeira e início da segunda década do século XX. Aproveitando esse clima amistoso, “senta-se” à grande mesa da cozinha do Hotel de José Bernardino, o senhor Hortênsio de Souza Ribeiro e nos narra as peripécias do Dr. Maranhão, alcunha do rábula “excêntrico” que militava nos ambientes jurídicos da época:

Raro foi o homem de destaque da sociedade campinense que não experimentasse as ferretoadas agudas da língua do capitão Maranhão. Possuía um modo particular de achincalhar o indivíduo que lhe decaía da simpatia: deixava sistematicamente de o chamar pelo nome próprio e, estivesse onde estivesse, só lhe declinava o nome substituindo-o pela alcunha mais antipática.

Algumas amostras dos seus epítetos depreciativos: o chefe político Cristiano Lauritzen era o “cara de cifrão”; o juiz da comarca, Dr. Paulo Hipácio da Silva, o “tripeiro podre”; o vigário da freguesia, monsenhor Luiz Francisco de Sales Pessoa – “cabeça de zero”; o coronel João da Silva Pimentel, abastado comerciante naquela cidade – “pimenta buena”; o notável advogado João Antonio Francisco de Sá – “joça-sapo”, vulgo “João Timbau”, o cel João Lourenço Porto, antigo chefe do partido liberal – “João Égua”; o delegado de polícia João Porto – “João Porco”; o presidente da comarca e capitalista Lino Gomes da Silva – “bigode de pau”; Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, afamado médico campinense – “doutor Chabau”; o professor Clementino Gomes Procópio – “frasco de veneno”; o secretário da Câmara major José Martins Guimarães – “João bodão”; o Dr. José Honorato da Costa Agra – “fuso doido”; o cel. Francisco Afonso de Albuquerque – “perua preta”, etc. etc.¹²⁶

A lista que o memorialista nos traz é enorme e bastante peculiar. Não seria exagero afirmar que ela é muito interessante no sentido de termos

126 RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. O advogado Maranhão. *In*: RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979, p. 232-233.

outra porta de entrada naquela sociedade tão “sisuda” dos “livros e fotos oficiais”. Apesar dos risos que não conseguimos esconder, Hortênsio lembra-nos que o “advogado” faleceu em 1924 na “mais extrema pobreza em Campina Grande, e jaz hoje, numa tumba desconhecida”.¹²⁷ Não seria de se prever destino diferente para quem, por mais “verdadeiro” que fosse, desagradasse a tantos “ilustres” campinenses.

Já que estamos próximo da “Barbearia Lucena”, aproveitemos para dar uma passada nela, afinal o anúncio de seu proprietário nos chama a atenção:

O proprietário deste bem montado estabelecimento sita a travessa da Independência nº 1 avisa aos seus bons frequentes e assignantes, que acaba de receber belíssimo sortimento de perfumarias e algumas machinas modernas para sua arte e dispondo d’um pessoal habilitado encarrega-se com toda perfeição de pentiados para homens e senhoras. Campina Grande. Manoel Lucena.¹²⁸

Não se preocupe o nobre leitor com a temporalidade. Nosso Manoel Lucena configuraria com sua barbearia por muitos anos nos anúncios de jornais campinenses, como nos informa Euclides Villar, que ainda o citaria no Almanaque para o ano de 1932, atendendo no mesmo endereço da Rua da Independência, hoje Rua Monsenhor Sales. “Sentado” conosco nos bancos da barbearia, Epaminondas Câmara “puxa” assunto acerca do que se falaria naqueles ambientes do fim do século XIX e início do século XX:

Só se ouvia falar de tempestades que arrombavam açudes; em chuvas de pedra que matavam rebanhos; em coriscos que cortavam baraúnas e matavam vaqueiros; em onças que devoravam caçadores; em caboclos que se escondiam nas camarinhas; em

127 RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *op. cit.* p. 233.

128 O CAMPINA Grande, 31/01/1909, nº 15, Ano II, p. 4.

salteadores que se emboscavam nas estradas; em almas penadas que mostravam botijas de dinheiro ou pediam orações, no espírito maligno – satanás, que se escondia no interior das casas, disfarçados num bode ou num cachorro; (...) em ladrões de cavalos que assaltavam os almocreves; em capangas que matavam à traição; nas epidemias que dizimavam famílias inteiras; no horror das secas; na falta d'água para o gado (...) na carestia da vida (...).¹²⁹

Analisando atentamente o memorialista, podemos ter pistas para compreender o que se conversava no dia a dia destes ambientes na cidade. O autor está inserido em seu tempo, anos 1940, e rememora o que as pessoas em outras temporalidades vivenciaram. Com certeza, muito do presente foi transposto para preencher as lacunas do passado. Todavia, a livre imaginação dos campinenses em relação ao sagrado ainda perduraria bastante, antes da efetivação do serviço de luz elétrica na sede do município. Porém, antes de visitarmos este evento, façamos uma caminhada em linha reta ao poente, saindo desta Rua da Independência para a Rua Felizardo Leite, atual Rua João Pessoa.

Paremos no ano de 1913, no dia de São João, 24 de junho, pois uma novidade estava levantando poeira naquela parte da cidade, e não era fogueira, mas uma partida de *football*.¹³⁰ Passemos a palavra para que Mário Vinicius nos explique melhor o que estava acontecendo:

Na manhã do dia 24, ele [Bióca] e mais um grupo de amigos, entre os quais Tertuliano Souto, Severino Almeida (Cabeçada), Venâncio e José Eloy, dentre outros, realizaram o primeiro treino de futebol em

nossa cidade, na Rua Felizardo Leite, atual Rua João Pessoa, em frente ao hotel do Sr. Sulpino Colaço (posteriormente, neste local seria construído o Edifício pernambucano) (...) O entusiasmo dos jovens era evidente, muito embora a habilidade no jogo deixasse muito a desejar. (...) De repente, surge o delegado da cidade, o Alferes Joaquim Henriques, seguido de uma patrulha. Sob a alegação de que não admitia ninguém nu pelo meio da rua (os rapazes usavam calções um pouco acima dos joelhos), o responsável pela ordem, que era temido por sua valentia, toma um sabre das mãos do cabo da patrulha e fura a bola, determinando que o pessoal se dispersasse.¹³¹

O delegado não estava para brincadeira naquela manhã de junho. Mesmo que Bióca não tenha desistido de levar o futebol à frente em Campina Grande, muitos outros embates entre os praticantes do esporte bretão e autoridades existiriam ao longo dos anos. “Chegamos” aos ouvidos os fortes reclames da redação do jornal O Século, sobre o “*Football nas ruas*”, já no ano de 1928. Vejamos o que reclamam os articulistas:

As ruas da cidade estão se transformando em campos de *football*. Em todas as nossas ruas, mesmo nas mais movimentadas, os improvisados amadores do belo jogo bretão batem bola, quebram vidraças, rebentam telhados e, melhor ainda, desrespeitam as famílias com dietérios e palavrões, capazes de provocar terremotos e outros perigosos phenomenos seismicos... A polícia (...) A Prefeitura (...), esses dois intangíveis poderes temporaes deviam ver a arraia meuda estragando na rua todos nossos fóros de cidade culta, com semelhante atentado à ordem pública e as póstumas municipais (...) Temos recebido aqui constantes pedidos para que se faça esta reclamação, apelando ao mesmo tempo as

129 CÂMARA, Epaminondas. *Os alicerces de Campina Grande*. 3. ed. Campina Grande: Ed. Caravela, 2006. p. 93.

130 Segundo Mário Vinicius, em 1910, chegou uma bola de borracha à Campina Grande, mas se realizou apenas um “animado jogo no Colégio do Professor Clementino Procópio”, sem obedecer a nenhuma regra do esporte. Ver: MEDEIROS, Mário Vinicius Carneiro. *Treze Futebol Clube: 80 anos de história*. João Pessoa: União, 2006, p. 30.

131 MEDEIROS, Mário Vinicius Carneiro. *Op. Cit.* p. 30-31.

autoridades, a fim de que seja tomada u'a medida repressiva à prática do *football* nas ruas (...).¹³²

Esperamos que o “pacato leitor” não tenha ficado “corado” de vergonha por o termos convidado a presenciar tal insatisfação do repórter do jornal O Século. Temos aqui uma pista do que seria uma diversão popular naqueles anos iniciais do século XX. Estaria o articulista do jornal realmente falando em nome dos cidadãos ou, na verdade, de certa camada social dominante que não aceitava que aquela diversão popular tomasse conta das ruas? O que, para o repórter, seria a “arraia miúda” que estaria estragando “nossos foros de cidade culta”? Perguntas difíceis de ter uma resposta única, entretanto, que nos levam a questionar acerca dos territórios que estavam sendo construídos e confrontados no cotidiano da cidade no período analisado.

Depois de uma jornada futebolística tão acirrada, busquemos uma nova posição nos bancos das gameleiras da Rua Grande. Enquanto o futebol engatinhava na ‘Rainha da Borborema’, não nos esqueçamos que o mundo enfrentava na segunda década do século XX a Grande Guerra, posteriormente nomeada de Primeira Guerra Mundial. “Apontando” para a fachada do Cine Apolo, Epaminondas Câmara nos convida a contemplar a multidão que tomou conta das ruas de Campina Grande, no dia 11 de outubro de 1918, para celebrar o fim daquele conflito:

Regozijados pelo término da Guerra Mundial, os habitantes da cidade percorreram as ruas da cidade em passeata, acompanhados pelas bandas de música locais – Filarmônica “Epitácio Pessoa” e Charanga “Afonso Campos”, - discursando durante o percurso o senhor Ernani Lauritzen, Lino Fernandes, Gilberto Leite, José Faustino Cavalcanti e Lino Gomes da Silva. O comercio fechou as portas e à noite houve animado baile no cinema Apolo.¹³³

132 O SÉCULO, 27/10/ 1928, Ano I, nº 14, p. 4.

133 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 89.

Os acontecimentos e as notícias da guerra levavam as pessoas a ocuparem a rua, quebrando a monotonia do cotidiano. Interessante dessa passagem do memorialista é a lembrança da animação da caminhada feita pelas duas bandas musicais, que geralmente viviam em disputa, haja vista cada uma pertencer a um partido político diferente da cidade. O autor não nos mostra as ruas da caminhada, ou mesmo nos indica as palavras dos populares, mas certamente não coube apenas aos homens das letras citados, a agitação e empolgação pelo momento vivido naquela tarde e noite de outubro de 1918.

Nas três primeiras décadas do século XX, não precisamos fazer grandes caminhadas pelo Centro de Campina Grande. Ficamos na Rua Grande, atual Maciel Pinheiro, já era garantia de ver “tudo” que haveria de mais dinâmico na urbe. Desta forma, “encostado” em um dos casarões do século XIX ainda existente neste logradouro antes das reformas empreendidas nas décadas de 1930 e 1940, contemplemos a imagem:

FOTOGRAFIA 9 - CHEGADA DA ENERGIA ELÉTRICA EM CAMPINA GRANDE NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1920



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

Praticamente toda a população presente ao evento foi “enquadrada” na lente do fotógrafo que nos legou esta imagem. Não temos dúvida de que este foi um dia de alegria para a população campinense, que certamente assistiu a toda uma programação social para acolher a chegada deste equipamento de conforto. Todavia, foi uma melhoria “do mundo moderno” que não atingiu todas as camadas sociais. Percebemos, além dos ternos brancos e das fardas impecáveis dos soldados, tipos populares, com roupas mais simples, inclusive crianças e adolescentes de pés descalços, que fazem parte do cenário. A “sensibilidade” dos indivíduos certamente não era a mesma, afinal este símbolo do moderno não chegaria a todos os lugares de imediato. Os habitantes do perímetro urbano mais afastado não tinham as condições necessárias para a aquisição, ou mesmo não possuíam meios de exigir das autoridades e verem atendidos os seus pedidos de melhorias na iluminação de suas residências e ruas.

As condições materiais do atendimento do serviço de energia passam, a partir de então, a fazer parte das conversas diárias dos moradores da urbe. Contudo, naquela tarde e noite, muito se confraternizou na cidade como nos diz a sra. Elvira Carlos do Nascimento: “A luz chegou em Campina Grande em 1920. Eu *tava* com 08 anos de idade. Foi muita festa, muito foguetão. Foi bonita a festa”.¹³⁴

Mal passou a euforia inicial da chegada da luz elétrica, em 1920, já temos os redatores do jornal *A Gazeta do Sertão*, de 1923, nos falando de uma mudança de atitude nos costumes locais. Vejamos:

Queremos alludir ao facto, injustificável deveras, de não estar sendo obedecida a lei que determina o fechamento do comércio, às 7 horas em ponto. Obs. “os rapazes” que trabalham reclamam que prejudica seus estudos a noite o fator do comércio não fechar

134 Depoimento da sra. Elvira Carlos do Nascimento, aposentada, para o documentário *Campina Grande ontem e hoje, você faz parte dessa história*. Diretor: Carlos Alberto Xapeu. Campina Grande, 2010.

às 7 horas. Além disso é um descumprimento a lei que reconhece “os declináveis direitos da laboriosa classe caixeiral”.¹³⁵

As camadas abastadas da sociedade e os cronistas podem ter saudado a chegada da luz elétrica como um passo importante de Campina Grande no sentido de modernização, contudo, para os trabalhadores, mais iluminação passou a significar mais horas de trabalho, sendo desrespeitados os “declináveis direitos da laboriosa classe de caixeiros”.¹³⁶ Também o estudo à noite passa a ser uma realidade naquela sociedade que, até alguns anos, “dormia” logo nas primeiras horas da noite, após o pôr do sol.

Igualmente ao *flâneur*, encontramos diferentes transeuntes no espaço da rua. É interessante observarmos como os poetas populares passam a inserir o mote da péssima qualidade da luz em sua poesia. Os redatores do jornal *O Rebate* “nos chamam” para denunciar a precariedade da luz em Campina Grande.

No motor da luz, a luz
nem a fogo vem a furo,
pois já sumiu-se no escuro
o fabricante de luz!
Só mesmo papae Adão
com seu formidável “quengo”
dará um jeito no monstrengo
acabando a escuridão!¹³⁷

O humor de “Zé Campina” não deixa de expor a situação precária da luz na cidade. Observando que a fórmula de criticar a empresa de luz tem repercussão junto à população, os redatores de *O Rebate* nos apresentam o seguinte mote: “No mundo tudo melhora, menos a luz de Campina”, assinado por “K.H. Fogo”.¹³⁸ Eis os versos:

135 *A GAZETA do Sertão*, 08/12/1923, Ano I, nº 2, p. 2.

136 *Idem*.

137 *Zé Campina em: O Rebate*, 22 de outubro de 1932, ano I, nº 4, p. 6.

138 Em uma sociedade diminuta, onde as perseguições aos adversários políticos e críticos

Com a crise tudo chora
é um verdadeiro inferno
mas vindo cedo o inverno
tudo no mundo melhora;
os flagelados, que outrora
se maldesiam da sina
seguindo a sua rotina
vão procurar o seu lar,
Tudo pode melhorar
Menos a luz de Campina.¹³⁹

Muitos outros versos poderiam ser mostrados para ilustrar essa forma irônica de o jornal *O Rebate* requerer melhorias para um dos equipamentos de conforto, símbolo do mundo moderno, que é a luz elétrica. Entretanto, enquanto um *flâneur*, nos deleitamos com esse jeito popular de se requerer mudanças para a cidade. Atentos aos acontecimentos, nosso poeta nos apresenta mais este poema que faz relação entre uma melhoria sanitária, que foi a desativação do cemitério das Boninas, com a falta de empenho das autoridades em resolver o problema da luz elétrica:

Houve mudança de hora
deslocando o próprio astro,
o banco com seu lastro
tudo no mundo melhora.
Naquele tempo de outrora
lá na rua da Bonina
cumpriram com o rigor da sina
foi um caso muito sério
transformaram o cemitério,
menos a luz de Campina.¹⁴⁰

da administração poderiam ser facilmente realizadas no cotidiano, com certeza o uso de “pseudônimos” era uma interessante tática de denúncia das condições do oferecimento dos serviços públicos, como a luz elétrica, por exemplo, resguardando assim a identidade do cidadão crítico.

139 K. H. Fogo, *O Rebate*, 12 de novembro de 1932, ano I, nº 7, p. 1.

140 H. P. *O Rebate*, 03 de dezembro de 1932, ano I, nº 10, p. 1.

Já sabemos: o nobre leitor está se perguntando se as sensibilidades de Campina Grande nos anos iniciais do século XX giravam em demasia sobre os equipamentos de conforto, como a luz elétrica. A julgar pelas inúmeras reportagens dedicadas à temática nos diferentes jornais, de épocas distintas, podemos conjecturar que, nos bancos de praças, nas mesas de bilhares, nos escritórios e em outros pontos de sociabilidade, certamente, seria um dos principais motes das conversas, pois parte das camadas abastadas da população estava sempre a questionar se a luz da cidade estaria à “altura” de seu desenvolvimento.

Aproveitando que “estamos” refletindo sobre as sociabilidades campinenses no período estudado e situados na Rua Maciel Pinheiro, procuremos compreender como este logradouro abrigava as casas de projeções da “sétima arte”. Neste momento, Antônio Pereira de Moraes nos convida a entendermos como eram as entradas no Cine-Fox nas décadas iniciais do século XX:

No Cine-fox havia primeira e segunda classes. A primeira entrava pela frente do cinema, na rua Grande (Maciel Pinheiro), quase em frente a residência de Monsenhor Sales. A segunda classe entrava por trás, onde corresponde hoje, ao centro de saúde. Tinha um portão no final do muro, junto ao posto telefônico, que era dirigido por Zé Telefone. No muro ficava a casa do motor que fornecia energia para o cinema. Não havia ainda a luz elétrica por toda a cidade.¹⁴¹

O memorialista nos deixa pistas que levam a compreender as tentativas de divisão social no tocante ao acesso aos ambientes privados e públicos. Nesta memória sobre o “Cine-Fox” é interessante não só a descrição do espaço físico, mas também a chamada que o autor faz

141 MORAES, Antônio Pereira de. *Vi, ouvi e senti*. Crônicas da vida campinense e outras narrativas- versinhos de ontem e de hoje. Campina Grande: s. e., 1985. p. 38.

sobre as entradas no cinema. Aqueles da primeira classe entravam pela frente, na Rua Grande (Maciel Pinheiro), os da segunda classe entravam por trás, por um portão no final do muro, onde depois foi construído o Centro de Saúde. O autor não especifica se a primeira e a segunda classe eram divididas pelo preço do ingresso ou pelo conforto oferecido no cinema.

É lícito conjecturar que, dependendo da condição social do indivíduo, este teria que seguir itinerários diferentes para chegar à sala do cinema. Note-se que a entrada da “primeira classe” era justamente pela Rua Grande, que as elites campinenses mais identificavam como sendo um território próprio para morar, se divertir, fazer compras, passear, enfim, “teatralizar” seu poder. Já a segunda classe entrava no cinema pela Rua Venâncio Neiva, que, à época, não seria mais que um “beco apertado e sujo”, que os populares conheciam como “Beco da Merda”.¹⁴² Não seria este o itinerário mais apropriado para as camadas abastadas da urbe chegar ao cinema. Por isso, a “primeira classe” entraria pela Rua Maciel Pinheiro.

Continuando a observar as narrativas do cronista Francisco Maria por este “passeio imaginário” no centro de Campina Grande, ele nos apresenta mais pistas de como as camadas abastadas desenvolviam suas territorialidades na Rua Maciel Pinheiro. O memorialista relata de forma saudosa suas idas à loja “Modas e Confecções Rocha”, nesta rua, onde fazia sua roupa de linho branco sob medida, “condição essencial para o jovem se considerar elegante”. Neste local, jovens da mesma condição social punham em dia as conversas e faziam os planos para as “matinais do 31, na retreta do Esial”.¹⁴³

O passeio perscrutador está há um bom tempo “parado” na Rua Maciel Pinheiro. Sabemos. E já estamos escutando rumores

142 RUAS de Campina: Venâncio Neiva (I) *Revista Tudo*, Suplemento dominical do Jornal Diário da Borborema, 24/10/1983, p. 6.

143 MARIA FILHO, Francisco. Rocha, o alfaiate. In: *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978, p. 75-76.

e palavras de questionamento: onde estariam os populares neste nosso caminhar? Pois bem, prezado leitor, nossa fonte é escassa para contarmos uma história daqueles que não frequentavam cinemas, não tinham condições monetárias de fazer compras nas lojas mais refinadas da Rua Grande ou mesmo não eram alfabetizados para participar dos círculos restritos que produziam e consumiam os jornais da época. Entretanto, nas conjecturas que podemos fazer, encontramos determinados sujeitos históricos que popularizavam o espaço urbano.¹⁴⁴

Ao presenciar tal afirmativa, nos “grita ao pé do ouvido” Manoel Vieira, conhecido por Manuel Carga d’água. Este não caiu no esquecimento, mesmo sem termos uma só palavra sua no jornal O 15 de Novembro, de 1908. No dia 11 de dezembro, Manoel Vieira foi acusado de “vibrar diversas punhaladas” em seu cunhado, que aparece apenas com o nome ‘Jovino tal’. O fato aconteceu nas proximidades do Açude Velho.

Não há dúvida de tratar-se de uma contenda entre populares, quer seja pelo subúrbio onde residiam, quer seja pelos seus nomes, identificado com o trabalho (Manoel carga d’água), ou mesmo desconhecido o sobrenome (Jovino tal). Com a morte de Jovino, Manoel foge e, apesar de o repórter mencionar que “seja capturado, são os nossos votos”, até agosto de 1909, último número do jornal a que tivemos acesso, ele ainda estava a levar a vida como foragido.¹⁴⁵

Se estamos dispostos a encontrar populares, vamos continuar a percorrer caminhos e ruas adjacentes ao centro da cidade. Assim, mesmo com nossas “roupas empoeiradas”, façamos uma visita ao “Caminho da Estação”, conhecido posteriormente por Rua Irineu

144 Várias pesquisas têm recorrido aos processos-crimes para completar tal lacuna da história. Contudo, este não foi o *corpus* documental que pesquisamos para a produção da presente interpretação histórica. Sobre o uso de processos-crime, ver: SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História - Campinas, Unicamp, 2001.

145 O 15 DE NOVEMBRO. 20/12/1908. Ano I, nº 9, p. 3.

Joffily. Embora tenha sido nela instalada, em 1926, uma linha de bondes para carregar passageiros e, principalmente, algodão das Ruas das Areias (João Pessoa) e dos Armazéns (Marquês do Herval) para a estação de trem, a maquinaria e os trilhos foram retirados em 1927 e a rua continuou sem os benefícios de conforto do mundo moderno.¹⁴⁶ Observemos a imagem seguinte:

FOTOGRAFIA 10 – IMAGEM DA RUA IRINEU JOFFILY



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

Não resta dúvida de que estamos circulando agora por um espaço popular. A rua sem calçamento, profundas valas nas portas dos moradores e as fachadas e calçadas das casas dispostas de maneira irregular são o cenário. Não adianta “chamar” pelo popular que está nesta imagem, pois ele está com “pressa”. Seria um trabalhador em direção ao serviço? Seria uma visita de cortesia em dia de domingo? Infelizmente não temos como responder. Será que nosso transeunte estaria descuidado e não percebeu o momento de registro fotográfico

¹⁴⁶ Informações apresentadas por: CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 103-104.

na rua, ou fez questão de não aparecer “de frente” neste registro? O personagem da imagem não parece interessado em posar para uma foto em rua tão descuidada pela administração municipal.¹⁴⁷

Após encontrarmos esses fragmentos de vida dos populares, nos reportamos ao “andarilho” leitor, para que, de onde nos encontramos neste instante, “caminharmos em linha reta” com direção ao nascente para observarmos a tranquila praça Clementino Procópio em fins da década de 1930:

FOTOGRAFIA 11: PRAÇA CLEMENTINO PROCÓPIO (1936-1940)



Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande¹⁴⁸

¹⁴⁷ É importante destacar que, no canto inferior direito, há uma inscrição provável da data da fotografia. Ilegível, conjecturamos ser 8, ou seja, agosto de 930 ou 936, o que indicaria o ano 1930 ou 1936. No Museu Histórico e Geográfico, encontra-se, além desta imagem, outra de um período próximo com a rua já devidamente calçada. Optamos por esta por compreendermos que explicita melhor a situação das ruas adjacentes ao centro da rua Maciel Pinheiro no período estudado.

¹⁴⁸ Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/12/praca-clementino-procopio-antiga-praca.html#.XvpK2ed7m00> . Acesso em 29 jun. 2020.

“Sentemos” nos bancos do pitoresco coreto central. Logo de saída, Epaminondas Câmara se prontifica a nos informar detalhes dessa praça, que estava tão bem cuidada no momento da fotografia, dizendo que ela foi inaugurada em 25 de janeiro de 1936, tendo, para isso, sido demolida a “Cadeia Nova” que existia no lugar.¹⁴⁹ “Participando eufórico” desta conversa, Cristino Pimentel saúda o prefeito e nos afirma que aquela paisagem foi, de certo modo, fruto de uma intensa campanha realizada pelos letrados locais por meio dos jornais. Ao longo dos anos, os reclames só aumentavam no sentido de se exigir que fosse feita tal obra para aquele espaço do centro da urbe. Diz-nos Cristino:

Bravo Dr. Pereira Diniz! Muito Bravo! (...) pela bela solução dada ao caso da área da cadeia. O seu ato só podemos classificar de justo, enquadrou-se perfeitamente nas aspirações dos cidadãos que desejavam e ansiavam por um “cantinho” aprazível para tomar seu salutar banho na piscina da alegria (...) como fazem os venturosos habitantes das capitais e de algumas cidades nossas vizinhas que possuem logradouros.¹⁵⁰

Contemplando a paisagem, vemos à esquerda o templo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que viria a ser demolido na década de 1940. É uma praça que se encontra, a princípio, vazia. Seria este o motivo que estaria levando o arrendatário do pavilhão localizado no centro dela a querer “transpassá-lo a quem desejar fazer negócio com o mesmo”? De qualquer forma, o leitor que se interessasse em “fazer

149 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 124.

150 PIMENTEL, Cristino. *Cousas da Cidade*, *slj.*, *s/d.*, *s/p*. Determinadas crônicas, a exemplo desta, foram pesquisadas e fotocopiadas pelo historiador Fábio Gutemberg a partir do acervo particular do próprio cronista e dispostas no SEDHIR/CH/UAHG/UFPG. Dessa forma, encontramos recortes de jornais em que, muitas vezes, não é possível identificar qual o órgão que o publicou ou mesmo as referências em relação à datação, por isso, as abreviaturas *slj* – sem jornal; *s/d* – sem data; *s/p* – sem página.

negócio” poderia procurar o proprietário “todos os dias, das 9 às 11 e das 2 às 22 horas, no referido pavilhão”.¹⁵¹ Temos aí uma pista do período de andança e ocupação de tal espaço pelos moradores de Campina Grande, inclusive, adentrando o período da noite até as 22 horas, com o pavilhão aberto.

Por ora, neste instante “congelado” pelo fotógrafo na praça, só observamos um transeunte no passeio e um casal no coreto (estariamos a atrapalhar a conversa?). Esse casal certamente poderia servir de inspiração para nosso combativo cronista Cristino Pimentel. Este observava que aquele espaço era “onde costumava a mocidade em todas as tardes e noites alegres cochichar com as namoradas catitas, a vista dos focos elétricos”.¹⁵²

Gostaríamos de aproveitar mais esse “clima de romance”, observado por nosso cronista, todavia a percepção da mesma cena em tempo diverso poderia ter outra conotação. Se, no momento próximo à inauguração, há benevolência do memorialista em saudar “o cochichar” dos namorados sob a “vista dos focos elétricos”, cerca de uma década depois, observando o mesmo cenário, porém “deteriorado” pela ação do “tempo” e dos “costumes”, encontramos o “indignado” editor do jornal *O Momento*, que nos faz a seguinte reclamação:

Enquanto não se inaugura a chamada praça da Fonte Luminosa e sua respectiva iluminação, os namorados indecorosos continuam “agindo” na velha praça Clementino Procópio, onde as cenas de “democracia do amor” são praticadas abertamente num flagrante desrespeito às famílias e sob a protetora fiscalização da polícia.¹⁵³

A praça era a mesma, porém os territórios e costumes mudaram bastante com o passar dos anos. Já não observamos o mero “cochicho”,

151 Anúncio do jornal *Voz da Borborema*, de 06/10/1937, nº 24, ano I, p. 5.

152 PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da história de Campina Grande* (2º volume de Abrindo o livro do passado). Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958. p. 251.

153 ISTO acontece em Campina Grande. *O Momento*, 24/09/1950, nº 2, ano I, p. 7.

mas cenas de “democracia do amor” que eram protagonizadas pelos casais que usavam tal espaço. Esta não seria uma imagem adequada de uma cidade “progressista” e “dinâmica”, na visão do editor do jornal O Momento e de mais alguns membros das camadas mais ricas da sociedade.

Por enquanto, “descansemos” um pouco nos bancos da praça jardinada de 1936 que tanto encantava os letrados da época, afinal, acabamos de fazer uma longa caminhada histórica por mais de três décadas do passado campinense.

Retomemos, em seguida, o “fôlego” para continuarmos nossa jornada.

O “PROLONGAMENTO DA RUA”: EXPANSÃO TERRITORIAL E SOCIABILIDADES EM CAMPINA GRANDE NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Campina Grande passa por intensas transformações nas décadas de 1930 e 1940. A riqueza do “ouro branco” (algodão) traz importantes divisas econômicas para uma determinada parte da sociedade, segregando outras tantas camadas sociais. Nesse “prolongamento da rua”, assistimos à expansão territorial da cidade para longínquos subúrbios à época, como os bairros de São José, Prata, Bodocongó, José Pinheiro. Nosso ato de flunar exige, neste momento, um pouco mais de fôlego, certamente “a bicicleta” que Gilberto Freyre¹⁵⁴ usava em Recife nos seria bastante útil para vencer os pouco mais de “quatro quilômetros quadrados de edificação compacta, em forma de triângulo, de cujos lados partem, como compridas excrescências, bairros e ruas em todas as direções. Esta a razão por que ela tem sete quilômetros de nascente ao poente e cinco de norte a sul”.¹⁵⁵

154 ARRAIS, Raimundo. Possuindo os lugares: Gilberto Freyre e a mobilização dos sentidos na apreensão da cidade. In: MONTENEGRO, Antônio Torres *et al.* *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008. p. 405.

155 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 155.

Seria impossível darmos conta deste recorte territorial e temporal tão imenso. Entretanto, com as seleções que fazemos, cremos ser possível apresentar ao leitor um panorama das teias de relações que se constituíam nas décadas de 1930 e 1940. Não percamos de vista a nossa procura pelas novas sensibilidades e sociabilidades que se constroem nesse período, ao passo que a própria urbe também se modifica.

Dessa forma, “levantemos” do confortável banco da praça Clementino Procópio e recomeçemos o nosso “passeio imaginário”. Caminhando em linha reta para o poente, já é possível “ouvirmos” as máquinas trabalhando, contudo é bom nos protegermos, pois a “poeira” originária da fábrica do Sr. Brito Lyra vem causando grandes transtornos para os moradores de diversas ruas adjacentes à Rua Irineu Joffily. O redator do jornal Voz da Borborema nos pede a palavra para explicar melhor o que estava se passando naqueles dias de 1937:

O conhecido industrial Brito Lyra, tem instalado em prédio da Rua Irineu Joffily, um maquinismo de beneficiar o sub-produto do algodão, aos quaes a gyria do comercio denomina “bezouro” e “piolho”, respectivamente (...) Todos os operários empregados no penoso serviço dessas machinas progressistas, porém, mortíferas, são geralmente atacados do mal de consupção. É raro o trabalhador de bezouros, que não termine tuberculoso (...) Pobres operarias, lavadeiras e engomadeiras, residentes em casebres localizados na Rua que fica por traz do referido bezouro, estão impossibilitados de ganhar o pão quotidiano, porque não podem trabalhar no seu mister, com a poeira intensa que se despende do bueiro da fábrica, sujando de maneira impiedosa o seu mortificante serviço. Os habitantes das Ruas 13 de Maio, Tiradentes, Irineu Joffily, Solon de Lucena e Otacílio de Albuquerque, vivem atacado de u’a gripe permanente, a tossir de rebentar, com o algodão desfeito em pó a se infiltrar por toda parte danificando ainda moveis e utensílios das residências (...).¹⁵⁶

156 VOZ da Borborema, 06/10/1937, nº 24, ano I, p. 3. Citação também feita por:

Deixamos o repórter à vontade para fazer esta longa explanação sobre o problema do “besouro” do industrial Brito Lyra, porque, além das informações de ordem clínica e prática da questão, ele acabou por nos oferecer importantes cartografias da ocupação dos moradores dessa região da cidade. Encontramos um mundo de populares formados não só por trabalhadores prestes a contrair tuberculose, em virtude do beneficiamento do “subproduto” do algodão, mas também “operárias, lavadeiras e engomadeiras” constroem aí seus territórios e buscam sua sobrevivência junto das águas dos Açudes Velho e Novo. Esta “parada na caminhada” foi bastante significativa para compreender um pouco do mundo de vivências dos populares em Campina Grande no período visitado.

“Deixando”, por ora, o mundo do trabalho, um dos jornalistas locais nos chama atenção que um cortejo fúnebre estava passando naqueles idos de 1937. Nos “recolhamos” ao batente de uma das calçadas da Rua Vidal de Negreiros e fazemos a leitura da nota do jornal *Voz da Borborema*, do dia 04 de agosto de 1937:

Falece repentinamente, a jovem professora Normanda Henrique.

(...) O cortejo fúnebre, saindo da casa onde se deu o óbito, à rua Vidal de Negreiros, dirigiu-se para nossa matriz, onde o Cônego Delgado, vigário da paróquia fez a encomendação do corpo. Dai, a carreta foi conduzida até o cemitério do Carmo por jovens estudantes do Instituto Pedagógico.¹⁵⁷

Esta nota, a princípio, poderia passar despercebida em uma leitura apressada, contudo este não foi um acontecimento qualquer para àquela sociedade. “Aproxima-se” de nosso meio Hortênsio de Sousa Ribeiro, que nos relata sua crônica publicada no número seguinte do jornal *Voz da Borborema*. Com tais informações, poderemos

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História*. Campina Grande: EDUFPG, 2009. p. 110.

157 *VOZ da Borborema*, 04/08/1937, nº 6, ano I, p. 6.

encontrar alguns territórios e ruas que foram usadas por uma parcela da população campinense naquela tarde de agosto de 1937.

“Nota do dia”

A luz de inverno da tarde que desce, fico a olhar o enterro de Normanda Joffily, da Avenida João da Mata, uma das ruas mais lindas de Campina Grande. Enquanto a nossa vista condoída se estende pela fila extensa de crianças das escolas e senhoritas da sociedade campinense que vão conduzindo a pequena morta (Normanda tinha apenas 17 anos!) para o cemitério do Carmo, (...)

O dia findava (...) o cortejo mortuário longamente desfilou pela praça onde está agora a estátua de João Pessoa, estendeu-se pela rua Vidal de Negreiros, endireitou pelo flanco da Praça Clementino Procópio, Praça do Rosário, e finalmente guiou através da rua João Pessoa em demanda do campo Santo. O esquife branco era conduzido à mão por entre alas de alunas e colegas de Normanda (...) naquele último passeio através das ruas de Campina Grande (...) ¹⁵⁸.

Seguindo os passos do cortejo da jovem Normanda “naquele último passeio através das ruas de Campina Grande”, podemos encontrar algumas peculiaridades.¹⁵⁹ Conjecturamos que boa parte da população campinense acorreu ao local onde ela morava, a rua Vidal de Negreiros, o que pode nos indicar que a condição social de Normanda era elevada, haja vista não só o local de sua residência, mas ainda o fato de seu corpo ter sido levado para a Igreja Matriz. Outra pista da condição social da jovem professora foi a longa crônica que recebeu na primeira página do jornal.

158 *VOZ da Borborema*, 07/08/1937, nº 7, ano I, p. 1.

159 É importante destacar que o velório aconteceu na rua Vidal de Negreiros e foi acompanhado a certa distância por Hortênsio Ribeiro, que ficou “a olhar o enterro de Normanda Joffily, da Rua João da Mata”, que faz esquina com a referida Rua Vidal de Negreiros, não havendo, dessa forma, contradição no ambiente em que se desenvolveu o episódio naquela tarde de 1937.

Quando o autor se refere àqueles que seguiam o cortejo, faz questão de destacar a “fila de crianças das escolas e senhoritas da sociedade campinense”.¹⁶⁰ Certamente Normanda tinha relacionamentos estreitos nas camadas mais elevadas da sociedade, afinal ela teve uma educação que lhe permitiu ser professora tendo menos de 17 anos de idade. Não podemos deixar de enfatizar que o cortejo seguiu pelas principais ruas da centro, por entre praças, despertando a atenção daqueles que estavam a desenvolver suas atividades por estes locais, mas não tinham o tempo, a permissão ou o desejo de acompanhar este “passeio” fúnebre. O espaço onde se desenvolve a ação é o mesmo, todavia a percepção dos indivíduos e os territórios construídos por estes, certamente, são diferentes.

Para ampliar nosso campo de visão desse evento, observemos uma imagem da rua onde se deu o encontro da “sociedade” campinense naquela tarde de agosto de 1937:

FOTOGRAFIA 12 – IMAGEM DA RUA VIDAL DE NEGREIROS



Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande¹⁶¹

¹⁶⁰ *Idem*. Expressão usada na citação do jornal *Voz da Borborema*, 07/08/1937, nº 7, ano 1, p. 1

¹⁶¹ Disponível em: <http://cgrethalhos.blogspot.com/2012/08/rua-vidal-de-negreiros-ontem-e-hoje.html#.XvpX9Od7m00> . Acesso em 29 jun. 2020.

Infelizmente não temos imagens do cortejo fúnebre da jovem professora, no entanto, nos é lícito imaginar que a tranquilidade da recém-calçada rua Vidal de Negreiros foi quebrada naquela tarde, acorrendo para o local um grande número de pessoas que foram prestar sua homenagem à família. Conjecturamos que o choro e a tristeza inerentes à morte se ampliam neste caso, haja vista a pouca idade da falecida. Com certeza, toda uma rede de solidariedade se construía nesse momento de dor da família. Não temos precisão em relação ao horário que a imagem foi registrada (Fig. 12), contudo o ar pacato era algo rotineiro naquela rua residencial de Campina Grande, sem grandes números de casas comerciais, como era o caso da rua Marquês do Herval e rua João Pessoa, ambas localizadas ao Noroeste do logradouro.

Com pesar, vamos “deixando” o cortejo fúnebre da jovem professora e continuamos nossa caminhada pelas ruas campinenses. Afastando-nos do Centro, passemos a acompanhar de maneira panorâmica mais uma multidão reunida nas artérias da cidade, desta feita seguindo uma romaria. Eis o relato de Hortênsio Ribeiro:

Frei Damiano

Da janela de casa onde presentemente estou residindo (rua 13 de maio, nº 78), em Campina Grande, eu contemplo, na companhia de alguns amigos, a multidão devota que, seguida de Frei Damiano, serpêa e se desdobra, numa massa compacta, inflectindo por cima do talude do açude Novo, em demanda do santuário de N.S. da Guia, onde suponho se realizou a pregação da tarde de domingo ultimo.

Quase tudo mulheres (...).

Vai para muitos anos que os olhos de Campina Grande não contemplam cena mais empolgante que a da tarde de domingo, em que tantos olhares

materialistas admiravam conosco um povo imenso a caminhar, sob um sol inclemente asphyxiado por nuvens de poeira, agitando bandeirolas brancas ao ar livre, guiados por um pobre frade mendicante, a entoar louvores a Deus, num coro uníssono que acordava nos nossos ouvidos desiludido os ecos longínquos da infância maravilhosa do cristianismo¹⁶².

O ato de flunar nos permite apreender as diferentes sensibilidades do mundo urbano. Se antes presenciávamos uma multidão que, de forma “triste”, levava o corpo de uma jovem professora à matriz e, a seguir, para o cemitério, agora encontramos outra multidão, provavelmente, com pessoas comuns àquela do cortejo fúnebre, mas com outra motivação, “entoando louvores”, que, neste caso, são de esperança, pois “empolgam” aquela tarde de domingo.

Como estamos “dispostos” a caminhar, neste percurso tomamos outro rumo. Seguindo uma das muitas romarias de Frei Damião¹⁶³ pela cidade de Campina Grande, o encontramos aqui passando pela rua 13 de Maio, seguindo por sobre o “talude (parede) do Açude Novo” em direção à igreja de Nossa Senhora da Guia, no “distante”, à época, bairro de São José. Contemplemos uma imagem que bem poderia nos dar a dimensão visual desse percurso:

162 VOZ da Borborema 22/09/37, p. 1, ano 1, nº 20.

163 O Nordeste brasileiro sempre foi profícuo para a religiosidade popular e o seguimento de líderes religiosos, cada um com suas especificidades, a exemplo do Padre Ibiapina, Antônio Conselheiro, Padre Cícero, etc. Batizado com o nome de Pio Gionnoti, “Frei Damião” nasceu em Bozzano, município de Massarosa, província de Lucca, Itália, em 05 de novembro de 1898. Veio para o Brasil em 1931, sendo eleito Assistente (Conselheiro) da então Custódia Geral dos Capuchinhos de Pernambuco. Esteve à frente das Santas Missões durante 66 anos, até 1997, ano de seu falecimento, em Recife-PE. Informações sobre a biografia de Frei Damião, ver: <http://franciscoguiacm.blogspot.com.br/2013/11/frei-damiao-115-anos-o-santo-do-nordeste.html>. Acesso em: 16 abr. 2018.

FOTOGRAFIA 13 – IMAGEM DA RUA 13 DE MAIO



Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande¹⁶⁴

Nesta fotografia, feita a partir da rua 13 de Maio, temos uma noção do caminho descrito por Hortênsio de Sousa Ribeiro. Os famosos coqueiros de Zé Rodrigues e o balde do Açude Novo ligavam o centro da cidade ao subúrbio do bairro de São José. É possível observar na fotografia, ao fim da estrada de barro, aspectos que lembram a torre e as imediações da Igreja de Nossa Senhora da Guia (seta amarela que inserimos).

O leitor pode encontrar, nesse percurso, uma série de apontamentos acerca do cotidiano campinense. Inicialmente, vemos o caráter mais “popular” da multidão descrita por Hortênsio, haja vista não estar em demanda da Matriz no Centro, mas indo para

164 Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/12/memoria-fotografica-coqueiros-de-ze.html>. Acesso em 29 jun. 2020.

um subúrbio, até então o citado bairro de São José, em um templo que não era dos mais frequentados pelas elites. Outra característica dessa romaria é o fato de as pessoas que a acompanhavam serem, em sua maioria, mulheres. Este relato de Hortênsio Ribeiro pode, de certo modo, nos revelar que homens e mulheres tinham territórios diversos quando o assunto era religião. Passa-nos a impressão de que a mulher seria mais religiosa e não temia enfrentar as adversidades de uma romaria para rezar não só por si, mas, muitas vezes, por filhos e pelos próprios companheiros que ficavam em casa, ou estavam a desenvolver outras atividades.¹⁶⁵

Provavelmente, os seguidores da romaria de Frei Damiano tinham uma condição social mais baixa que os acompanhantes do cortejo da jovem professora falecida pouco mais de um mês antes. É uma multidão a “caminhar sob um sol inclemente, asfixiado por nuvens de poeiras”, agitando bandeiras, de certo modo “clamando aos céus” por suas vidas. Todavia, em uma cidade que possuía toda uma rede de sociabilidades e relações próximas de parentesco e de trabalho, seria possível haver um processo de “circularidade” de culturas, com elementos de uma determinada camada, sendo abstraído e ressignificado por outra. Não seria regra termos de forma tão rígida uma diferenciação social que não permitisse o contato e as vivências entre diferentes membros da sociedade.¹⁶⁶

Agora, atravessemos o talude do Açude Novo e observemos o templo que seria o provável destino da procissão liderada por Frei Damiano naquela tarde de domingo:

165 Sobre a condição feminina na sociedade campinense da primeira metade do século XX, há vários trabalhos entre os quais cito o capítulo 2 da seguinte tese de doutorado: SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. *Cartografias das mulheres na cidade: Campina Grande (1930-1940)*. Tese (Doutorado em História) - Campinas, Unicamp, 2001; CAVALCANTI, Silêde Leila O. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas*. Dissertação (Mestrado em História) - Recife, UFPE, 2000.

166 Sobre o conceito de circularidade de cultura, ver: GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

FOTOGRAFIA 14 – IMAGEM DA IGREJA DA GUIA NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ



Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande¹⁶⁷

O templo da Igreja da Guia, localizada hoje na praça do Trabalho, no bairro de São José, foi construído em 1917 e, segundo relatos de moradores antigos da localidade, foi um fator de atração e de convívio social nas suas imediações, que ajudou a criar as vivências em torno daquele subúrbio campinense. O estilo do templo era pobre, com paredes grossas e imediações em terra.¹⁶⁸ Os frequentadores seriam menos abastados, como vemos na imagem, na qual se destaca um homem simples, com seu animal de carga nas proximidades da capela,

167 Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/02/reminiscencias-igreja-de-nossa-senhora.html>. Acesso em 29 jun. 2020.

168 Informações prestadas pelo colaborador Jobedis Magno de Brito Neves em entrevista. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/02/reminiscencias-igreja-de-nossa-senhora.html>. Acesso em: 29 jun 2020.

nos mostrando o caráter popular dos territórios construídos pelos moradores do lugar em torno daquela igreja do subúrbio.

Indiretamente, podemos perceber que o calçamento, uma das modernidades urbanas, não chegou nessa parte de Campina por onde caminhavam os fiéis que seguiam Frei Damião. Possivelmente, as autoridades municipais ainda não viam essas ruas como fundamentais para marcar as impressões que os viajantes e visitantes deveriam construir da cidade.

Por ora, cuidemos de “voltar” ao centro da urbe. Mesmo “empoeirada”, “continuemos” com nossa roupa atual, não temos tempo para “parar”, pois poderemos não encontrar mais a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Este era um templo católico que estava com os dias contados nos anos finais da década de 1930.

FOTOGRAFIA 15 – CELEBRAÇÃO CAMPAL NO LARGO DO ROSÁRIO



Fonte: Site Retalhos históricos de Campina Grande¹⁶⁹

169 Disponível em: <http://cgetalhos.blogspot.com/2016/03/semana-santa-2016-domingo-de-ramos-1930.html>. Acesso em 29 jun. 2020.

Por meio da lente de “seu” Siqueira, o leitor acompanha a multidão concentrada na rua Marques do Herval, em seu final na direção sul, onde se localizava o Largo do Rosário. Estamos em frente à igreja cuja lateral nascente vimos na imagem da praça Clementino Procópio (Fig. 11). Já temos a referida praça, como observamos o Pavilhão Central à esquerda desta fotografia, o que significa conjecturar que estávamos próximo do período da demolição do templo para dar passagem “ao progresso”, ou melhor, à Avenida Marechal Floriano Peixoto.

Como este era um dia atípico, situado entre 1936 e 1940, encontramos o que estamos denominando de “multidão” nas ruas da cidade. A aglomeração de pessoas em frente à antiga Igreja do Rosário, que viria a ser demolida em 1940, nos mostra a quebra da rotina do cotidiano. Trata-se de uma celebração religiosa com grande participação dos moradores, o que a levou a ser realizada de forma “campal”, com os fiéis ocupando os espaços fora do templo, no Largo do Rosário e nas imediações, pelas ruas Irineu Joffily, à direita da imagem, e praça Clementino Procópio, à esquerda.

Porém, com tantas pessoas nessa celebração, o povo campinense estaria mais religioso? Ou seria esta uma das últimas celebrações nesse templo, o que certamente levaria uma multidão de curiosos para participar “de atos finais” de uma igreja que existia desde o século XIX na paisagem urbana do centro da cidade? Infelizmente, só podemos lançar perguntas, afinal a imagem nos permite essa possibilidade, mas por outro lado, seu silêncio não consente que “fechemos” a questão.

Tudo bem. Não precisa o leitor “não tão devoto” se irritar com nossa insistência em “pararmos” em eventos religiosos. Porém, não nos esqueçamos que parte da vida das pessoas girava em torno do sagrado e da participação nesses eventos, que traziam consigo também o viés dos laços de solidariedade no tempo vivido. Mudaremos nosso itinerário neste instante, mas cremos que seja melhor “taparmos” os olhos (ou abrímos mais?), pois, da redação do jornal O Momento,

nosso ardoroso repórter defensor da moralidade está por falar alto. Vejamos de que se trata:

Isto acontece em Campina Grande (...)
Menores entre 16 e 18 anos, todos os domingos,
banham-se em plena nudez nas mansas águas do
Açude Velho (...)¹⁷⁰

Creemos que o repórter não estava a exagerar nas suas considerações acerca dos usos dos jovens das “mansas águas” do Açude Velho, pois encontramos um poeta dando sustentáculo ao que ele afirmava. Vejamos a “inocente” quadrinha de época, de autoria de M. Lyra Torres, parte de um folheto de 1941 intitulado “A morte do coronel Salvino”, descrevendo a “entrada no céu” deste coronel:

(...)
Do fundo do Açude Velho
Muitas almas tem subido
P’ra contar aqui no céu
O que ali tem sucedido:
Quantos seres inocentes
Têm ali submergido.
E muitas moças bonitas
Que se fingem de donzelas
Têm posto naquele açude
O fim das suas novelas
Deixando, ali, sob as águas
Muitas criancinhas belas (...).¹⁷¹

Ao que as fontes indicam, fizemos um itinerário que acabamos por encontrar um dos lazeres proibidos, mas que era bem frequentado pelos moradores da cidade, inclusive, para encontros “secretos”, pois

170 O MOMENTO, 08/10/1950, Ano I, nº 4, p. 2.

171 SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília: Senado Federal, 1993. p.19.

muitas “moças bonitas que se fingem de donzelas” têm posto “naquele açude o fim das suas novelas”, e aí o leitor compreenderá que nem sempre tais “novelas” tiveram um “final feliz”.¹⁷²

Por este ambiente campinense, próximo à estação de trem, teríamos um bom espaço de sociabilidade, em especial, após a inauguração do cais em que ele circula a partir de 1942.¹⁷³ Teriam passeado, à luz do dia, algumas daquelas “moças bonitas que se fingem de donzelas” e dão novo significado às águas do Açude Velho?¹⁷⁴ E os populares, como utilizariam tal espaço? Mais uma vez, lançamos nossas perguntas. “Rachando as palavras”,¹⁷⁵ temos uma voz que nos pede permissão para traçar um possível cenário daquela região no período. Escutemos:

Desde 1930 que eu cheguei em Campina Grande até hoje e aprendi a nadar naquele Açude Velho com 16 anos, que eu ia morrendo afogado quando tava aprendendo a nadar. Também depois que aprendi a nadar atravessava ele duas vezes por dia. A água ali chegava a esse meio de rua todo. Ali foi aterrado pelo Dr. Vergniaud Wanderlei, um prefeito que teve em Campina Grande. Ali na Caranguejo passava um carro pelo outro apertado. Tudo aquilo foi aterrado. Ele fez o cais. Hoje tem uma estátua dele lá em frente ao São Vicente de Paula. A lavadeira de roupa lavava roupa na porta da CAVESA, dali

172 SYLVESTRE, Josué. *Op. Cit.*, p.19.

173 Para melhor compreensão dos usos deste espaço do Açude Velho, ver: CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande: EDUFCEG, 2009. p. 67-69.

174 Expressão usada por M. Lyra Torres em panfleto de 1941. Ver: SYLVESTRE, Josué. *Op. Cit.*, p.19.

175 Os relatos orais de memória de que fazemos uso neste trabalho têm seu significado histórico, tendo em vista que nos auxiliam a construir nossa narrativa do passado, a partir das imagens, percepções e experiências acumuladas pelos indivíduos que fazem suas narrativas. Esta metodologia tem sua importância e validade histórica, obviamente, feitas as ressalvas necessárias, “rachando as palavras” ditas. Sobre esta questão, ver: MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

da CAVESA até Zé Pinheiro tudo era mata, tinha uma parte lá embaixo que tomava banho despido, aonde tem as estátuas de Luiz Gonzaga. Ali era uma verdadeira praia no dia de domingo. Todo mundo tomando banho lá, despido no açude. Nesse tempo a água era limpa porque não entrava esgoto da cidade, era água limpa que corria das chuvas e entrava no Açude Velho¹⁷⁶.

O que hoje o Sr. Manoel Francisco de Menezes diz que era uma brincadeira salutar naquelas tardes de domingo dos anos 1930 e 1940, à época, era motivo de reclamação por parte da imprensa, como observamos na reportagem do jornal O Momento. Dessa forma, cruzamos várias visões acerca do mesmo espaço físico. Para o Poder Público, este é um local de investir em seu embelezamento, com a construção do cais, pois o visitante que chegava à estação de trem ou mesmo da capital passaria por tal ambiente. Para lavadeiras, era o local de ganhar o pão com suas lavagens de roupas. Para determinados jovens, era o ambiente da diversão semanal com banhos ao ar livre; já para o letrado e colunista, aquele era um espaço que mereceria uma maior intervenção moral por parte das autoridades no sentido de coibir as práticas não condizentes com o que eles compreendiam como costumes “familiares”. Mais uma vez, o espaço é o mesmo, mas os territórios construídos são bastante díspares.

Antes de continuarmos nosso “passeio imaginário”, aproveitemos as margens do Açude Velho, onde diversas pessoas certamente passavam um bom tempo a conversar descontraídas. “Circulando” entre os transeuntes, procuramos apurar os nossos ouvidos de *flâneur*. Cristino Pimentel “nos pede” um instante de atenção para nos explicar que por esses ambientes públicos poderíamos flagrar o momento de “cavaqueação” na cidade:

176 Depoimento do Sr. Manoel Francisco de Menezes, aposentado, para o documentário *Campina Grande ontem e hoje, você faz parte dessa história*. Diretor: Carlos Alberto Xapeu. Campina Grande, 2010.

Na vida, nessa borborinhada vida do século vinte, fantasiada e cheia de maravilhas: rádio, cinema (...), não há quem não tenha e não dê ‘cavaco’. Cavaqueia-se com tudo. Então nessa Campina Grande, talvez por ser uma cidade cosmopolita, o ‘cavaco’ é mais sério do que se imagina. Até duas compridas unhas que seu Getúlio do cinema conserva serve para cavaqueação (...). Em outro grupo o ‘cavaco’ era com as cousas da cidade; com seus melhoramentos, inclusive o miquitório (...). Falaram de um triângulo descalço existente em frente ao ‘31’. Sabiam eles, até, que aquilo tem dado tratos à bola dos prefeitos (...). Cavaqueavam, também, com o cais e a imundice do Açude Velho; com os jardins da rua Afonso Campos, e com a iluminação. Ah! A nossa luz (...).¹⁷⁷

“Observando” que estamos a flunar entre tantas “cavaqueações”, ou seja, as fofocas cotidianas da cidade, J. Guimarães nos diz que isso, na verdade, era um ato corriqueiro, tratando-se de “costumes do nosso povo”. E completa:

Há nesta terra, como em todas as terras, um público que sabe de tudo que se passa, desde o cenário da sociedade aos recessos mais íntimos do lar (...) já houve quem designasse esse público de “tesoura social” (...) esse “público gazeta” “corta” a pele de todos que perambulam por esta cidade afora (...). Deste modo sabe-se o Manoel quantas calças tem, quantos paletós e quantos chapéus possui; o Alfredo quanto deve no estabelecimento do Severino, o que come e o que bebe o pobre Jeremias; o Joca quantas namoradas arranjou no Parque Changai, com qual delas vai casar, o dia do casamento, o figurino do vestido de noiva, o estilo da cama, se o colchão é de molas, se tem cortinado, a comodidade dos aposentos da casa onde irá residir, enfim, todo esse público conhece e advinha (...). É um público

177 CAVAQUEAÇÃO. In: PIMENTEL, *Cousas da Cidade*, s/j.,s/d.,s/p.

assombroso, arrasador e mexiriqueiro. Um público que fala. Que só sabe falar.¹⁷⁸

É visível que este nosso ato de flunar por entre conjecturas permitidas pelas fontes é bastante revelador no tocante às vivências e sociabilidades construídas dia após dia na cidade “cosmopolita” de Campina Grande na primeira metade do século XX. Entretanto, apesar do adjetivo grandioso em relação ao progresso material da urbe, compreendemos que esta continua com seus hábitos de longas datas anteriores, de “cavaqueação” por intermédio da “tesoura social” dos habitantes locais.

Certamente, em outros ambientes também encontraríamos este tipo de comportamento social. Por isso, o leitor deste nosso “passeio imaginário” pelas ruas campinenses não irá agora dispensar um breve descanso nos “bares da cidade”. Como estamos iniciando nossa passagem por esses recintos, vamos “gastar” inicialmente nossos recursos em um ponto chique. “Rumemos” em direção ao Centro, especificamente, no Largo do Rosário, adentremos a Confeitaria Petrópolis e escutemos o repórter da Voz da Borborema explicar como foi sua inauguração em 1937:

Sua inauguração domingo passado nesta praça (...) A hora aprazada, centenas de espectadores e famílias de nossa elite social ali afluíram, para assistir à estreia da “Petrópolis” que vai ser um ponto chic de reunião do que melhor possui a sociedade campinense.¹⁷⁹

Local onde deveria se encontrar o que de “melhor existia na sociedade campinense”? Conjecturamos que gente mais humilde não seria bem-vinda? Ao que entendemos, a afirmativa do repórter da Voz da Borborema foi cumprida, pois este passou a ser um ponto

178 CLARO-ESCURO. *O Momento*, 24/09/1950, ano I, nº 2, p. 5.

179 VOZ da Borborema, 18/08/1937, ano 1, nº 10, p. 3.

de encontro preferido dos mais abastados do lugar, inclusive, com as suas portas sendo abertas para autoridades e políticos de passagem por Campina Grande. Aproveitemos que estamos bem instalados em uma das mesas deste ponto chique e peçamos uma garrafa da “rainha das cervejas”, a “cerveja Petrópolis”.¹⁸⁰ Se não tomar álcool, peça algum produto da “Companhia Antártica Paulista”, que tem a “supremacia na venda de cervejas e bebidas sem álcool”.¹⁸¹ Com nossas bebidas, apreciemos a narrativa do redator da Voz da Borborema:

O governador Raphael Fernandes [do Rio Grande do Norte], em companhia do governador Argemiro de Figueiredo [governador paraibano], visita Campina Grande. (...) A despeito da má luz que a Empresa nos ofereceu, S. Exia mostrou desejo de fazer um passeio a pé pela cidade. Acompanhado do governador Argemiro de Figueiredo e de numerosos amigos, o nosso ilustre visitante percorreu diversas das nossas principais artérias, havendo tomado democraticamente uma chicara de café na confeitaria Petrópolis, que há esta hora estava repleta dos mais prestigiosos elementos da sociedade local (...).¹⁸²

Infelizmente neste itinerário não podemos seguir todos os passos dos governadores e comitivas, tendo em vista que o autor da nota não nos ofereceu o nome das ruas por onde caminharam as autoridades. Contudo, pelo desfecho que teve tal caminhada, feita “à noite” e “a pé”, com as limitações impostas pela qualidade da luz da cidade, podemos antever que foi um passeio breve e, possivelmente, apenas pelas artérias mais urbanizadas do centro da cidade.¹⁸³

180 Propaganda no jornal *A Batalha*, 04/04/1935, s/a. p. 2.

181 Propaganda no jornal *O Século*, 19/10/1928, s/ a. p. 3.

182 VOZ da Borborema, 25/09/37, p 1, nº 21.

183 Sobre a qualidade da luz em Campina Grande, há inúmeras reclamações por parte dos letrados em suas crônicas e reportagens locais. Para compreender melhor o que se passaria em Campina Grande em tal época, vejamos o que diz uma das crônicas de Cristino Pimentel: “Quem quer que transite por Campina à noite, boa impressão não terá da nossa iluminação.

A “democrática xícara de café tomada na Confeitaria Petrópolis”, de certo modo, nos dá a pista de quais impressões as elites locais desejavam que o ilustre visitante levasse consigo para o Rio Grande do Norte. Certamente a estética e a higiene de alguns dos bares e casas comerciais da cidade não se enquadravam no perfil do que os indivíduos mais abastados consideravam digno de ser representativo de Campina Grande. O aspecto, o odor e as características mais humildes de algumas das ruas não seriam dignas de serem apreciadas pelos visitantes. Portanto, era melhor evitar tais ambientes, levando o governador e sua comitiva aos territórios que as elites locais construía e julgavam ser o que de melhor representaria a ‘Rainha da Borborema’.

“Puxa uma cadeira” e se junta a nossa mesa o jornalista A. Rodolpho. Eufórico letrado, ele começa a falar de “Campina Grande e o seu desenvolvimento”, dizendo que estava de regresso da capital e, ao voltar a Campina Grande, tinha a “impressão de se encontrar num ambiente de maior movimento e de igual espiritualidade”.¹⁸⁴ É óbvio que ficamos um pouco “desconfiados” com a afirmativa de um membro de uma camada abastada da sociedade que vivia a “enaltecer” e apresentar uma visão pouco crítica da urbe. Todavia, continuando a explicar o “desenvolvimento” da cidade, o repórter arremata sobre o estabelecimento em que nos encontrávamos:

A Confeitaria Petrópolis é um estabelecimento que muito honra a Campina Grande, não só pela sua magnífica instalação, mas especialmente pela sua selecta frequência. Em frente à fachada da Petrópolis divisa-se em elegante cartaz o bem redigido jornal diário ULTIMA HORA órgão informativo de notícias locais, dos estados e de todo o país.¹⁸⁵

Há ruas, como por exemplo, a Peregrino de Carvalho, e a praça Lauritzen que só em a gente passar causa medo, devido a escuridão. Nessa praça pode-se fazer “bicho” sem o perigo de ser descoberto”. In: PIMENTEL, *Cousas da Cidade*, s/j., s/d., s/p. Certamente estas são ruas a que as autoridades locais não levariam visitante tão ilustre.

184 VOZ da Borborema, 26/02/1938, p. 3, s/e.

185 *Idem*.

Percebe-se assim que aquele era um ambiente com uma clientela bem definida: a elite campinense. Por ora, nos afastemos um pouco deste espaço e sigamos em busca de ambientes mais populares, afinal tomar uma “democrática bebida na Confeitaria Petrópolis” poderia não ser nada barato. Caminhemos! Francisco Maria nos “puxa pelo braço” e nos diz ter um bom lugar “popular” para tomarmos outra bebida: no “Beco dos Bêbados”, especificamente na venda de Zé Quinca, que tem um singelo nome popular:

O “sindicato dos bebos” É o refúgio dos boêmios pobres. De vidas sem destino, sem amanhã. A “sede” é a venda de “Zé Quinca”, no “Beco de Zé Barbosa de Menezes”, embora, em suas “andanças” sinuosas, a “organização” ocupe toda a extensão da tradicional ladeira. Ali predominam os pintores de parede. Bebem, brincam, sonham e sofrem (...) O “sindicato” é o mundo de todos. Unidos pela cana. Pelo sofrer. Pelo amor.¹⁸⁶

Estamos mais à vontade, pois nos encontramos na virada da primeira metade do século XX no refúgio dos “boêmios pobres”. Temos aqui um território construído por uma clientela bem “distinta” da sociedade campinense, os populares, os pintores de parede. “Em pé” mesmo, ao “pé do balcão”, passa a nos fornecer informações de sua pesquisa no ano de 1983 o articulista Severino Machado. Após entrevistar o próprio Zé Quinca, “com palavras macias, meio cambaleando, falando compassado, num dos bancos da farmácia Central”, Severino nos dá pistas sobre aquele “sindicato”.¹⁸⁷

186 MARIA FILHO, Francisco. O Sindicato dos Bebos. In: *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978, p. 19.

187 O articulista e professor Severino Machado produziu uma série de reportagens sobre a “origem” e a “história” de algumas ruas de Campina Grande. Pela leitura, percebe-se que ele utilizou fontes por nós também pesquisadas, como as memórias e crônicas de autores como Cristino Pimentel. Todavia, em virtude da proximidade temporal com a primeira metade do século XX, conseguiu informações privilegiadas de moradores destas ruas, como é o caso do próprio Zé Quinca, que se encontrava em idade avançada à época. Ver: Ruas de campina: Trav. Neco Belo. *Revista Tudo*, suplemento dominical do *Jornal Diário da Borborema*, 13/11/1983. p. 7.

Em sua origem, em 1932, a “Casa Feliz” de propriedade de Zé de Quinca vendia tintas, mas, nas palavras de um frequentador, “ora, ali vendia mesmo, pra valer, muita cana e muita gente boa ia tomar sua bicada lá”. A fama do estabelecimento foi confirmada por um “homem das letras”: “Havia sábado que quase não se podia dormir em minha rua, o emboca, com passagem dos bêbados que vinham de lá”.¹⁸⁸ Confirmada a fama do local, só nos resta pedir uma dose da cana “Chora na rampa”, porém, nos adverte Severino Machado ter escutado de Zé Quinca a história do Negro “Caliça”, que:

La comprar um remédio para o filho doente e tendo feito uma aposta que beberia duas garrafas de cana, da marca “Chora na rampa”. E dessa cana braba, morreu... Um dia apareceu, ali, morto e para espanto de seus companheiros, fora embora mais uma vítima da cachaça.¹⁸⁹

Sei que o leitor *flâneur*, parceiro desta longa caminhada, pode ter ficado um pouco pensativo com o destino do negro “Caliça”, contudo não temos tempo para lamentações, “paguemos a conta” e nos despeçamos de Zé Quinca, afinal, o mesmo tem “seu jeito” de cobrar em público, como fez determinada vez com um “advogado importante” que, ao entrar na venda, foi logo interpelado na vista de todos: “Lembra-se que tem uma conta a saldar?”. Envergonhado e chateado, ele retruca: “Pois veja quanto é e aqui não entro mais!”.¹⁹⁰

Os códigos de sobrevivência e de comércio aqui são outros, pois, na “cabeça” de nosso vendedor de tintas e aguardente, quem “deve”, “paga” e não precisa cerimônia nenhuma para se fazer a cobrança, afinal ele já conhecia a sua clientela, que sempre voltaria porque precisava das tintas para os trabalhos e da cana para a embriaguez que

188 DIÁRIO da Borborema, 13/11/1983. p. 7.

189 *Idem*.

190 *Idem*.

os faria “sonhar” com uma vida menos dura que aquela do cotidiano. Para Zé Quinca, não custava cobrar a dívida, pois já era acostumado a lidar com uma clientela bastante importuna, que mais das vezes deixava “no prego” suas contas, sem recordar delas ou de como tinham saído do estabelecimento em direção às suas casas.

Ir a um bar e “perder” o rumo da volta não seria algo tão impossível de acontecer. Nosso “acompanhante” Cristino Pimentel nos pede a palavra e, das suas memórias, nos narra o que “viu” na rua do Açude Novo em sua “meninice”:

Não me sai da lembrança, e a todo momento estou como a escutar, através do fio maravilhoso da recordação, a voz grossa e mal entoada do ferreiro Manoel Grosso, em serenata na porta de sua mulher, depois de uma bebedeira que causou o rompimento, que durou oito dias, num dia de sábado, quando saiu de casa dizendo que ia ao açougue comprar um quilo de fígado para o almoço dos molequinhos, e só voltou 36 horas depois trazendo, de fato, o pedaço de fígado já fedendo. A porta se fechou e o negro velho, bêbado, teve de amargar o chão duro da tenda fazendo da safra travesseiro. E triste, triste cantava:

“Vem vê Candinha cumo a noite é bela
E as estrelas Cuma briam no céu,
E a roseira se cobre de oivaio
Cuma a noite se cobre cu véu...”

A porta tornara-se a abrir no oitavo dia, quando o “cantor apaixonado” comoveu a alma da mulher com essa modinha:

“O pobre tem objeto de ouro
O rico diz que é de cobre,
No mundo vale quem tem
Tu me desprezas meu amor
Porque sou pobre”...¹⁹¹

191 PIMENTEL, Cristino. Rua do Açude Novo. *In: Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956, p. 32.

Como sempre, o informado cronista de boa memória nos traz uma riqueza de detalhes das vivências e das territorialidades do passado de algumas ruas de Campina Grande. Como estamos ‘flanando’ pela urbe por intermédio das reminiscências do que nos foi legado pelos escritos e memórias, observamos que há passagens como esta que não temos como afirmar se ocorreu “tal qual” se narra, inclusive, com os versos decisivos para que o casal “reatasse” sua convivência após oito dias. Entretanto, é provável, e nos é lícito conjecturar, que tal desavença tenha ocorrido, pois não seria nada anormal em uma sociedade marcada pelos embates entre casais.

Nossos cronistas se alongaram tanto nessa conversa “no meio da rua”, após termos pago nossa “cana” no Bar de Zé de Quinca, que acabamos por presenciar um “corre-corre” na citada Travessa Cavalcante Belo, nas proximidades do “Beco dos Paus Grandes”. Ao correremos para o local, os populares já informam o ocorrido e o combativo Cristino resume:

Alguém o encarregara [o ex-cangaceiro Serrote que vivia em Campina] de aplicar uma surra numa pobre mulher da vida, Amélia Mendes. Serrote foi infeliz nesta empreitada: quando subjugava e espancava a mulher, esta vibrou-lhe um “beijo” abaixo do peito esquerdo. Nem sangue saiu do ferimento. A luta teve lugar no “Beco dos Paus Grandes”, a atual travessa Cavalcante Belo, e, finda, Serrote não sentira que estava ferido e foi tombar, para morrer, no “Beco de seu Lindolfo”, arrasado para dar lugar ao prédio onde funciona o Loyde Aéreo, na Maciel Pinheiro. Amélia Mendes foi presa. Os populares lhe deram a alcunha de Amélia de Serrote. Submetida a julgamento, foi absolvida por unanimidade.¹⁹²

Encontramos nesta passagem um pouco das subjetividades da época. Desentendimentos amorosos poderiam “ser comum”, contudo

192 PIMENTEL, Cristino. Amélia de “Serrote”. In: *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956, p. 46.

espancamento de mulher talvez pudesse não ser tolerado. Observa-se que os códigos de comportamento da sociedade de então reconhecem a “legítima defesa” de Amélia e absolvem por unanimidade “aquela mulher da vida”. É plausível que o passado de “cangaço” e os “trabalhinhos” de espancamento feitos por Serrote muito tenham contribuído para que seu assassinato fosse visto como um “alívio” para a sociedade. Todavia, Amélia a partir de então “deixava” de ser “Amélia Mendes” para carregar pelo resto da vida a alcunha de “Amélia de Serrote”. Nas palavras do cronista, “vítima da má sorte e dos homens que a jogaram no prostíbulo, perseguida pelo destino, tomou o caminho dos ignorados, pois não se sabe como, nem onde foi ficar depois de absolvida pelo crime”.¹⁹³

Nos instantes finais de nosso ato de ‘flanar’, nos pede a atenção um dos fotógrafos desconhecidos da cidade para que contemplemos uma visão da saída da Travessa Cavalcante Belo, em confluência com a rua Alexandrino Cavalcanti, o que seria o cenário da antiga “rua dos Paus Grandes”:

FOTOGRAFIA 16: ANTIGA RUA DOS PAUS GRANDES, HOJE RUA JOÃO ALVES DE OLIVEIRA



Fonte: Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

193 PIMENTEL, Cristino. *Op. Cit.* p. 48.

“O silêncio” da fotografia e de nossos informados cronistas não permite que tenhamos maiores informações acerca do panorama da rua, em especial, seu lado esquerdo. Entretanto, não resta dúvida: estamos diante de um cenário de vivência dos populares, com o leito do logradouro descoberto, sem planificação, sem linha d’água, sem calçamento, sem calçadas retilíneas. Em relação às moradias, observamos que as casas são baixas, de “pau-a-pique”, de beira e bica, apenas.

O nosso pensativo *flâneur*, que nos acompanha por tão diversos “caminhos imaginários”, pode conosco fazer a reflexão: teria saído da Venda de Zé Quinca, o “sindicato dos bêbados”, ou de outro bar qualquer, o morador que aparece sentado à esquerda da imagem? Ele apresenta sinais de embriaguez? Está cabisbaixo, pensativo? Ou, assim como nós, ele está a contemplar tal paisagem do subúrbio campinense? Ou não seria nenhuma das hipóteses que elencamos?

Por ora, “sentemos” na calçada, aproveitando a sombra que se projeta das construções à esquerda, vindas do poente, e refletamos sobre este “prolongamento da rua” em Campina Grande. Se, no último período do século XIX e início do século XX, morar na cidade era sinônimo de “viver na rua”, percebe-se agora este “prolongamento da urbe”. Aumenta o espaço físico construído, acompanhado das novas sensibilidades que surgem na cidade, que passa a ter, além do Centro, outros ambientes de convivências e de sociabilidades. Personagens e grupos sociais que aqui encontramos, bem como a própria nomenclatura das ruas da cidade, passam a se modificar.

Não nos esqueçamos de que estávamos à “rua dos Paus Grandes”, nomenclatura popular, que dizia mais sobre as cenas do cotidiano da rua, se perdendo inclusive sua origem: seriam as altas árvores da imagem os tais “paus grandes”? Na dúvida, o poder público intervém e “renomeia” tal logradouro com o pomposo nome de “rua João Alves de Oliveira”, perpetuando a memória de um comerciante do início do século XX que possuiu engenhos e indústrias na cidade, sendo a

sua família a responsável pela doação do terreno para a construção da Igreja do Carmo.¹⁹⁴

Dessa forma, a nomenclatura das ruas passa para o campo de disputa da “memória dominante”, que se apresenta bem concreta na intenção de enaltecer integrantes de uma camada, em detrimento do “esquecimento” de outros tantos personagens e grupos sociais que, das páginas dos jornais e das memórias escritas de cronistas locais, não deixa silenciar sua existência. Esses são os motes que usaremos a seguir, procurando continuar a apresentação das nossas crônicas visuais das ruas de Campina Grande na primeira metade do século XX.

194 RODRIGUES, José Edmilson *et al.* *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996, p. 128.

CAPÍTULO 3

A “RUA DO ESQUECIMENTO”: A MEMÓRIA DOMINANTE NOS
LOGRADOUROS DE CAMPINA GRANDE

*Vista Alegre é rua morta
A Formosa é feia e brava
A Rua Direita é torta
A do Sabão não se lava
(João do Rio)*

A “RUA DO ESQUECIMENTO”: A MEMÓRIA DOMINANTE NOS LOGRADOUROS DE CAMPINA GRANDE

Após conhecermos, por meio das fontes pesquisadas, o desenvolvimento material de Campina Grande desde o período em que os habitantes se referiam ao núcleo urbano como simplesmente “a rua” e percorrermos, por meio de nossos sentidos, diferentes momentos do cotidiano da urbe, chegamos a este capítulo final com o objetivo de compreendermos a disputa simbólica em torno de quais memórias foram “dominantes” por meio da nomenclatura dos logradouros da cidade.¹⁹⁵ É importante mencionarmos que a “memória dominante” diz respeito ao que hoje conhecemos do passado e foi construído no processo histórico, no caso de nosso objeto de estudo, por meio dos nomes atuais das ruas campinenses.

Como afirma João do Rio (2007), há “ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira”.¹⁹⁶ Campina Grande possui, em seu núcleo central, diversos logradouros que poderiam fazer esse papel. Seguindo este caminho de reflexão, observemos, por exemplo, como Cristino Pimentel se refere àquela consagrada como a pioneira rua campinense, no tocante ao seu processo de nomeação e renomeação:

Foram-se construindo os primeiros casebres de taipa, formando uma rua, a que deram os primitivos

195 Sobre a noção de “memória dominante”, Ver: DE DECCA, Edgar Salvadori, *1930 - O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981; e SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. Introdução. In: *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História) - Campinas, Unicamp, 2001.

196 RIO, João do. *A alma encantadora das ruas – Crônicas*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007. p. 27.

nomes de Rua das Barrocas. Até 1954 ainda se viam vestígios dessas casas em ruínas (...). Hoje, as Barrocas, tem o nome de Vila Nova da Rainha. Os tempos se encarregaram dessa transformação, pois, depois de “Barrocas” ela foi conhecida como Rua dos Mulungus e da “Bolandeira”. Havia no sítio muitos pés de Mulungus e uma bolandeira velha, junto a casa onde morou o velho José Galdino de Albuquerque.¹⁹⁷

O núcleo urbano de Campina Grande tem sua origem em torno do sítio das Barrocas. Com o passar dos anos, de maneira lenta, no compasso do desenvolvimento dos vilarejos do interior do país, aquele aldeamento inicial passa a ser ampliado e junto às “Barrocas” se soma às edificações em torno da Igreja Católica que foi erguida na localidade.¹⁹⁸ Já no século XIX, Epaminondas Câmara nos diz que o meio urbano campinense era formado por quatro ruas, oito becos e quatro largos. Este é praticamente o mesmo cenário que encontramos na primeira década do século XX.

Nosso objeto de reflexão, neste capítulo, é procurar compreender como ocorreu o processo de nomeação e renomeação desses espaços, em especial, de parte das ruas do centro de Campina Grande. A primeira rua, a das “Barrocas”, não teve seu nome preservado e hoje os transeuntes a conhecem como a rua Vila Nova da Rainha. Já a rua do “Oitão da Igreja”, posteriormente foi nomeada de rua Bento Viana. Entre ambos os ambientes, a rua do “Meio” tem a nomenclatura de rua Afonso Campos. Já a rua do “Seridó” é a atual rua Maciel Pinheiro. Essas são as quatro artérias mencionadas por Epaminondas Câmara no ano de elevação da vila à condição de cidade, em 1864.¹⁹⁹

197 PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da História de Campina Grande* (2º Volume de Abrindo o Livro do passado). Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958. p. 22.

198 CÂMARA, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande*. 3. edição. Campina Grande: Edições Caravela, 2006. p. 35. A “primeira rua” campinense, a das Barrocas, atualmente é a Rua Vila Nova da Rainha.

199 *Idem*.

Esses ambientes foram construídos não só fisicamente, mas também historicamente e sobre eles podemos lançar nosso olhar. A rua conduz para o passado, para a origem de uma cidade ou região. Refletindo sobre a origem das ruas e o esforço humano implícito neste ambiente, passemos a palavra a João do Rio:

A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas.²⁰⁰

É visível como João do Rio lança seu olhar para o espaço da rua e capta toda uma sensibilidade em sua “origem humana”. Uma rua não é apenas uma criação dos seres humanos sobre um espaço vazio, ladeado de construções. Desde o trabalho de origem, “a rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas”.²⁰¹ Assim, não é de estranhar que João do Rio enxergue “a alma encantadora das ruas”:

Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue.²⁰²

200 RIO, João do. *A alma encantadora das ruas – Crônicas*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007. p. 27.

201 RIO, João do. *Op. Cit.*, p.27.

202 RIO, João do. *Op. Cit.*, p.30.

A rua não só tem “alma”, como tem identidades e estas se portam com características peculiares. Campina Grande sempre despertou atenção de diversos cronistas, letrados e escritores em geral, que lançaram seus olhares para a cidade e mostraram grande sensibilidade ao abordar a vida cotidiana. Entre estes, Cristino Pimentel foi um dos principais. Observemos como este autor se deixa encantar pelas ruas campinenses:

As ruas mudam de aspecto, como os homens, de resolução. Como estes, elas têm suas chagas de coração. Não há uma só rua em Campina Grande que não tenha mudado de roupagem com o surto do progresso que a vem transformando desde 1939, época de seu saneamento. (...) A Rua Maciel Pinheiro, que trago para esta página de saudade, salta à nossa vista como um rasgão de fogo divino em noite de inverno forte. Toda assobradada, embora com iluminação insuficiente e mal disposta, nela a reforma foi total, pouco ou quase nada restando de seu aspecto primitivo. Sempre foi a preferida para os divertimentos da população, agora com mais razão depois que o progresso lhe tirou o roupão de brim ordinário e vestiu-lhe um rico jaquetão de linho bem talhado.²⁰³

Se o cronista carioca João do Rio observava que há ruas “que ficam sem pinga de sangue”,²⁰⁴ o campinense Cristino Pimentel não deixa de registrar que “elas têm suas chagas de coração” e que, com o passar do tempo, o “progresso” acaba lhe dando um novo aspecto, uma nova roupa, como no caso da rua Maciel Pinheiro, que “o progresso lhe tirou o roupão de brim ordinário e vestiu-lhe um rico jaquetão de linho bem talhado”.²⁰⁵ Se observarmos nos dias atuais,

203 PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2ª Edição. Campina Grande: EDU-FCG, 2011, p. 25

204 RIO, João do. *A alma encantadora das ruas – Crônicas*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007, p. 30.

205 PIMENTEL, Cristino. Op. Cit. p 25.

poderíamos lançar nosso olhar para o mesmo espaço e constatar que certamente outras “roupas” e “sentimentos” vestem a rua preferida das compras na Campina Grande do início do século XXI.

O espaço físico das ruas e suas transformações muito encanta os letrados e cronistas, mas não só este aspecto é interessante. Por trás de toda rua, há um jogo de disputa por sua nomeação. Os populares, os administradores municipais, os transeuntes e moradores têm inspirações diferentes no ato de instituir o nome de um logradouro. Características físicas, geográficas, deficiências de serviços públicos ou mesmo aspectos líricos e pitorescos podem estar presentes no momento de “batismo” de uma rua. E muitas vezes a nomenclatura se entranha tanto no cotidiano vivido que gera toda uma construção de identidade para o espaço. É este o mote inicial que abordo no tópico a seguir, para em seguida lançar o olhar sobre o processo de construção da memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande.

NOMEAR É PRECISO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA RUA

No emaranhado de ruas da cidade moderna que esconde todo um mosaico de vivências, com certeza o ato de nomeação do espaço individualiza, torna diferente um território de outro. É nesse sentido que compreendemos a existência de um processo de construção de uma identidade própria que se realiza no ato de nomear a rua. Os embates em torno dessa ação, bem como a compreensão de quais aspectos da memória se tornam hegemônicos, é um dos caminhos que empreendemos na investigação neste tópico. Entender a disputa simbólica por meio da nomenclatura das ruas da cidade é algo importante para compreendermos um pouco da própria noção de uma certa identidade urbana em um espaço.

Nesse sentido, fizemos o movimento buscando compreender o processo de nomeação e renomeação de determinadas ruas do núcleo central da cidade. Os populares “batizam” o espaço com nomes do

cotidiano (“rua Grande”, “rua do Meio”, “rua das Barrocas”, etc.) e o poder público interfere de modo a estabelecer suas diretrizes, deixando aquilo que pretende ser lembrado e expurgando o que almeja esconder ou renegar ao esquecimento. Como nos diz Tríssia Ordovás Sartori:

Para nomear é preciso fazer uso da língua e é através dela que se revelam as facetas do Poder. Segundo Trask (2004, p. 164), a língua pode ser usada como instrumento de pressão política e esse uso está longe de ser raro. Visivelmente, a língua pode ser usada quer para validar um grupo social ou entidade política, quer para negar sua validade.²⁰⁶

Determinadas nomeações das ruas de Campina Grande possuíam este pensamento intrínseco. Ao analisarmos os atos de escolhas de um nome próprio, de um enunciado ou até mesmo de palavras, compreendemos que isso não ocorre de forma aleatória, sempre há desejos e valores, ou seja, “intenções” por trás de cada significado. Procuramos fazer uma leitura desse processo em relação às ruas campinenses. O espaço público, a partir do momento que é nomeado, contém a memória de um grupo que o “batizou” ou de parte dos indivíduos deste grupo que fizeram prevalecer sua vontade, tornando-a “dominante”. Estabelece-se, dessa forma, uma identidade que produz a significação do espaço, cuja denominação de alguma forma está inserida no contexto social, político ou mesmo cultural da urbe.

Segundo Maria Vicentina do Amaral Dick, citando Marx, o nome dos lugares lança luz sobre a “evolução” das cidades e abre novas perspectivas para o estudo da urbanização, da vida e do espaço urbano em geral. A história demonstra a importância dos nomes que se dão aos logradouros públicos. Estes registram no tempo e na memória a

206 SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade- um estudo hodonímico*. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) - Caxias do Sul, UCS, 2010, p. 70.

evolução sociopolítica e cultural de um lugar. São espelhos de uma época, registros da memória.²⁰⁷

É importante mencionarmos que essas disputas no entorno da nomenclatura das ruas é um fenômeno que pode ser observado em outras realidades territoriais. De norte a sul do país, encontramos os habitantes dos lugares a desempenhar o papel de nomeadores do espaço público das ruas. Também enxergamos a disputa simbólica com os poderes constituídos, que tentam muitas vezes impor uma nova nomenclatura para os lugares. Vejamos um pouco desse embate em Porto Alegre, objeto de estudo da historiadora Sandra Jatayh Pesavento:

A Porto Alegre de outrora evocava nomes românticos, como a Rua das Flores, outros pitorescos, como a Cova da Onça, ou ainda patéticos, como Ajuda-me a Viver... Algumas celebravam antigas profissões como o Beco dos Ferreiros e o Beco dos Marinheiros, ou uma atividade que ali se realizava, como o Beco do Garapa, no qual se vendia excelente garapa extraída de um canal no Caminho Novo. Certas velhas ruas tinham nomes ligados à sua conformação e aspecto, como a da Ladeira, a do Cotovelo e a do Arvoredo. Outras carregavam títulos picarescos, como a do Arco da Velha e o Beco da Pulga. E assim por diante as ruas antigas davam um sentido à cidade, de uma época em que todos se conheciam e em que os nomes eram um ponto de referência explícita. Quem não sabia onde ficava a Rua da Olaria, se lá o Juca da Olaria tinha o seu negócio. Ou a dos Pretos Forros, se para lá afluíam os negros emancipados? Expressando vivências, discriminando espaços, muitos destes nomes de rua resistiram ao tempo, teimosamente, mesmo na época em que foram sendo substituídos pelos de pessoas ilustres, geralmente políticos e militares, empresários abastados, eméritos professores, piedosos religiosos. Se os cidadãos mais

207 DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. p. 21.

antigos ainda insistem em chamar a João Alfredo de Rua da Margem e a Marechal Floriano de Rua de Bragança, não há jovem que não saiba onde fica a Rua da Praia, cujo nome relembra o tempo em que as águas do Guaíba chegavam até ali.²⁰⁸

A convivência no espaço urbano expõe a necessidade de se criar códigos, como, por exemplo, de localização espacial. Por isso, na realidade descrita por Pesavento (1996), quem não saberia onde “ficava a rua da Olaria, se lá o Juca da Olaria tinha o seu negócio?”.²⁰⁹ Em Campina Grande, quem não saberia onde ficava a “rua dos Armazéns”, afinal, lá se encontrava parte dos locais de comercialização do algodão, o “ouro branco” da cidade. Percebe-se que certos territórios são criados na cidade e isso é evidenciado na nomenclatura das ruas. Se, na Porto Alegre antiga, podíamos encontrar o “Beco do Garapa, no qual se vendia excelente garapa extraída de um canavial no Caminho Novo”,²¹⁰ na Campina Grande da primeira metade do século XX, poderíamos encontrar muito bem o Beco do Açougue ou a rua do Esfolo Bode.

De certo modo, por essas localidades estarem “na boca do povo”, os poderes constituídos lançaram desde cedo seu olhar para tais ambientes e procuraram alterar as nomenclaturas “naturais”, criadas muitas vezes espontaneamente pela população, para nomes e alcunhas de seus pares, bacharéis, gerais, políticos ou mesmo de famílias abastadas da localidade. No exemplo de Porto Alegre, há nomes que foram substituídos e assim o nome de João Alfredo aos poucos substituiu a nomenclatura inicial de rua da Margem, mas no caso da rua da Praia, esta se tornou a nomenclatura dominante pela qual até os mais jovens se referem a ela. Já em Campina Grande, o

208 PESAVENTO, Sandra Jatahy (coord.). *O espetáculo da rua*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

209 *Idem*.

210 *Idem*.

Beco do Açougue deu lugar à nomenclatura de rua Monsenhor Sales, mas o nome do Coronel José André ainda compete na memória dos moradores com a antiga denominação de rua do Esfolo Bode.

Deixando a Porto Alegre da “rua das Flores” ou do “Beco dos Ferreiros”, passemos a observar um caso emblemático de interseção entre a identidade de uma localidade e as nomenclaturas pelas quais ela possui ao longo da história. Nos passos de João do Rio e de Joaquim Manuel de Macedo, analisemos um pouco da histórica “rua do Ouvidor”, símbolo da *Belle Époque* carioca no início do século XX. Usando sua sensibilidade peculiar e se expressando de forma poética, observemos o cronista João do Rio lançar seu olhar para o referido espaço:

Vede a Rua do Ouvidor. É a fanfarrona em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo, mas desertando, correndo os taipais das montras à mais leve sombra de perigo. Esse beco, inferno de pose, de vaidade, de inveja, tem a especialidade da bravata. E, fatalmente oposicionista, criou o boato, o “diz-se...” aterrador e o “fecha-fecha” prudente. Começou por chamar-se Desvio do Mar. Por ela continua a passar para todos os desvios muita gente boa. No tempo em que os seus melhores prédios se alugavam modestamente por dez mil réis, era a Rua da Gadelha. Podia ser ainda hoje a Rua das Gadelhas, atendendo ao número prodigioso de poetas nefelibatas que a infestam de cabelos e de versos. Um dia resolveu chamar-se de Rua do Ouvidor sem que o senado da câmara fosse ouvido. Chamou-se como calúnia, e elogia, como insulta e aplaude, porque era preciso denominar o lugar em que todos falam de lugar do que ouve; e parece que cada nome usado foi como que a antecipação moral de um dos aspectos atuais dessa irresponsável artéria da futilidade.²¹¹

211 RIO, João do. *A alma encantadora das ruas* – Crônicas. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2007. p. 30-31.

De certo modo, os nomes que vão sendo postos nas ruas são um pouco do que é vivenciado em tais artérias. Nesse caso, uma certa identidade local ajuda a dar forma ao nome pelo qual passa a ser conhecida. Nesse fragmento, fica evidenciado como o processo de nomeação de uma rua pode ter origem em diversos fatores, sejam eles geográficos ou de localização, característica física ou mesmo aspectos do cotidiano e da subjetividade dos transeuntes e usuários do território. No caso, inicialmente, os transeuntes identificavam o ambiente como o “Desvio do Mar”, característica geográfica que é ressignificado pela sensibilidade de João do Rio ao notar que, na realidade, se tratava de um “desvio” de conduta de muitas pessoas que trafegavam por tal espaço.

A passagem do tempo, as novas características urbanas, os novos transeuntes não deixam também de intervir no espaço da rua. Se antes era o “Desvio do Mar”, as novas construções “no tempo em que os seus melhores prédios se alugavam modestamente por dez mil réis, era a rua da Gadelha”.²¹² Aqui, há uma nova identidade no processo de nomeação. Fatores econômicos interferem e o logradouro é identificado por uma nova nomenclatura, que não durará muito. Acerca da troca constante de nomes da rua do Ouvidor, Joaquim Manuel de Macedo nos mostra as seguintes explicações, que também não deixam de ser observadas por meio das sensibilidades do autor:

1780!..., não esqueçam a data, que marca o começo da época que tinha de ser tão gloriosa para a rua por excelência poliglota e enciclopédica, labirinto, vulcão, mina de ouro e abismo de fortunas, rainha dos postiços e das artes arteiras, fonte de belos sonhos, armadilha de enganos, etc., etc., etc., somando tudo – *Torre de Babel*.

Principiara sendo – *Desvio* –, desvio do caminho reto, e essa origem não foi lisonjeira.

Passara de *Desvio* à rua de *Aleixo Manuel*, plebeu

212 *Idem*.

raso, que embora só de fidalgos era barbeiro, segundo os meus velhos manuscritos.

Subiu, tomou solidéu e batina, entrou para a categoria do clero, elevando-se à rua do *padre Homem da Costa*.

E enfim exaltou-se, mostrando-se com a toga da magistratura em sua nova e última denominação de *rua do Ouvidor*.

E notem: o *ouvidor* chamava-se *Berquó*, nome cujas letras combinadas de outro modo formam o presente do indicativo do verbo quebrar, isto é – *quebro*, o que quer dizer: *não resisto, rendo-me*.

O *Berquó*, o tal *ouvidor*, tinha pois nas letras do seu nome cabalisticamente encerrado o segredo dos encantos da rua, a que ninguém resiste, a que todos se *rendem*; porque todos *quebram*, e até e se *requebram* escravos do seu poder.²¹³

A identidade da rua do Ouvidor é expressa na sua linha do tempo em relação ao processo de nomeação e renomeação do espaço. Após diferentes trocas, o “*Berquó*, o tal *ouvidor*, tinha pois nas letras do seu nome cabalisticamente encerrado o segredo dos encantos da rua, a que ninguém resiste, a que todos se *rendem*; porque todos *quebram*, e até e se *requebram* escravos do seu poder”.²¹⁴ Aqui, a rua fascina e atrai para si os encantos da vida cotidiana. Sendo uma espécie de “torre de babel”, como enunciado pelo próprio Macedo (2005), a rua do Ouvidor traz em si a identidade da pulsação do mundo urbano carioca. As disputas e trocas de nome apenas evidenciam que o processo de nomeação a partir das características identificadas pelos transeuntes é maior que a força de interferência dos poderes constituídos que muitas vezes atuavam, tentando até cristianizar o espaço, mas nem o nome do *Padre Homem da Costa* foi suficiente

213 MACEDO, Joaquim Manuel de. 1820-1882. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Edições do Senado Federal; v. 41. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2005. p. 59-60.

214 *Idem*.

para silenciar a rua do Ouvidor, denominação mais apropriada para as peripécias constantes nas rodas de conversas cotidianas do logradouro.

Em um espaço territorial mais próximo, na experiência urbana nortista, podemos observar o caso da nomeação de parte das ruas da cidade do Recife. Até os dias atuais, poucos tentam se localizar no centro antigo daquela metrópole regional por meio de nomes oficiais de suas ruas. A geografia da cidade com os rios e canais, bem como o encontro com o mar, de certa forma colaborou para um romantismo de nomes populares, como rua do Sol, rua da Aurora, rua das Flores ou rua das Águas Verdes.²¹⁵ O cotidiano interfere nesta nomeação, afinal, na cidade também podemos encontrar a rua da Concórdia ou rua da União, bem como a rua da Hora ou rua do Aragão.²¹⁶ Com nomes populares tão próximos ao dia a dia, não é de estranhar o encanto que tais denominações despertaram em moradores, poetas ou populares. Vejamos um exemplo desta afirmação:

Rua da União...
Como eram lindos os nomes das ruas da minha
infância
Rua do Sol
(Tenho medo que hoje se chame de dr. Fulano de
Tal)
Atrás de casa ficava a Rua da Saudade...
...onde se ia fumar escondido
Do lado de lá era o cais da Rua da Aurora...
...onde se ia pescar escondido.²¹⁷

215 No caso de Campina Grande, podemos encontrar nomes de logradouros com proximidades destas características de nomeação popular, como nos casos das Rua do Oriente (atual Rua Vila Nova da Rainha) e a Rua do Poente (atual Rua Índios Cariris). CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 93.

216 GASPAS, Lúcia. *Ruas do Recife*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

217 BANDEIRA, Manuel. *Evocação do Recife*. In: GASPAS, Lúcia. *Ruas do Recife*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

Algumas das ruas recifenses mantiveram sua nomenclatura popular original, a exemplo da rua da União, localizada no bairro da Boa Vista.²¹⁸ Todavia, o temor de Manuel Bandeira se confirmou: a tentativa de interferência do poder público no processo de renomeação das ruas. Se para o poeta “*eram lindos os nomes das ruas da minha infância/ Rua do Sol/ (Tenho medo que hoje se chame de dr. Fulano de Tal)*”,²¹⁹ a referida artéria desde 1835 consta com tal nome no Diário de Pernambuco, todavia foi renomeada em 1884, mudou para rua Dr. Ivo Miquelino.²²⁰ Mesmo sendo de um tempo posterior, Manuel Bandeira continua se referindo a mesma rua que segue a margem do rio Capibaribe, como rua do Sol, uma prova inequívoca de que a população não adotou a nomenclatura proposta.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que podemos estudar o centro de Campina Grande a partir da nomenclatura de algumas ruas, pois isso não é um processo “neutro”: tem “intenções” construídas em um determinado tempo histórico. Conferindo essa importância, Maria Helena Santos Gomes nos diz que “podemos entender os topônimos como um elemento preservador da cultura porque funciona como detonador da memória coletiva, além de ser entendido o seu lado útil, pois serve para localizar com mais facilidade ruas, avenidas, praças, etc.”.²²¹

218 A origem do nome desta rua está relacionada a uma antiga tipografia que editava o jornal União. Este foi o local onde Manuel Bandeira passou parte da sua infância. Informação disponível em: GASPAS, Lúcia. *Ruas do Recife*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

219 *Idem*.

220 Informação disponível em: GASPAS, Lúcia. *Ruas do Recife*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

221 GOMES, Maria Elena Santos. *Toponímia: Sentido e memória na denominação das Ruas na cidade de Tangará da Serra – MT*. Tangará da Serra: UEMT, 2005. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/68921/1/TOPONIMIA-SENTIDO-E-MEMORIA-NAS-DENOMINACOES-DAS-RUAS-DA-CIDADE-DE-TANGARA-DA-SERRA---MT/pagina1.html>. Acesso em: 03 ago. 2011.

Nas primeiras décadas do século XX, por mais que as camadas abastadas da sociedade, os letrados, as autoridades desejassem “construir” uma nova Campina Grande, “moderna” e “progressista”, em especial após a chegada do trem em 1907, muitas questões não resolvidas do século anterior continuavam a chamar a atenção do cotidiano da cidade.

Pelo próprio limite físico, Campina Grande, como outras cidades, apesar de passar a contar com um ou outro equipamento símbolo do moderno, era ainda formada por indivíduos que traziam consigo o estilo de vida e os pensamentos bastante aproximados da vida “bucólica” dos campos.²²² Tínhamos ainda abertas as disputas e feridas dos anos finais do século XIX, um período que se encerrava nos anos, mas que ainda permanecia vivo na memória, latente nas disputas ideológicas, políticas e econômicas.

Ser “monarquista ou republicano”, “escravocrata ou abolicionista”, “católico ou nova-seita”, enfim as disputas eram intensas e os projetos de sociedade e de nação ainda não estavam definidos. Os grupos sociais também não eram coesos em suas aspirações e, com certeza, tinham diferentes formas de compreender a realidade e de projetar seu futuro. Todavia, era preciso redefinir a forma como os moradores “batizavam” os espaços públicos: o ato de nomear e renomear ruas, largos e praças nos indicam as disputas simbólicas que estavam a acontecer naquela sociedade.

De certo modo, as mudanças pelas quais passou o núcleo urbano campinense ficaram registradas nos nomes que foram conferidos às ruas, demonstrando assim um processo de transformação não só arquitetônico, mas da própria sociedade e das sociabilidades vividas. Percebem-se os valores simbólicos que estão presentes nos enunciados

222 Sobre os conceitos de limite físico e equipamentos e símbolos modernos, ver: ARANHA, Gervácio Batista. *Visões da modernidade urbana: A experiência nortista. In: Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba e região: tramas políticos-econômicos e práticas culturais (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2001, p. 249-317.

dos logradouros de Campina Grande, o que não ocorreu somente em espaços públicos, mas também no seio familiar e em outras esferas simbólicas. Nenhum nome se dá arbitrariamente: a ‘memória triunfante’ está intrínseca nesse processo.

O ato de nomeação e renomeação dos espaços públicos das ruas, praças, largos e avenidas de certo modo obedecem a uma lógica de reescrita do passado. Como nos diz Sousa (2001):

A querela criada pelos letrados em torno dos nomes de ruas era parte do projeto civilizador que eles pretendiam trazer para o povo campinense e pessoense, mas era também uma forma de ajuste tardio aos tempos e símbolos imperiais e republicanos. Havia algo mais, no entanto, deixando antever diferentes percepções e modos de relação com o espaço urbano.²²³

No período de nossa investigação, primeira metade do século XX, em especial a partir da década de 1930, percebemos como Campina Grande se transforma territorial e economicamente, ampliando a área urbana ocupada. Todavia, essas mudanças materiais trazem consigo também os reclames de letrados, as cobranças de certa elite local e de setores sociais que ansiavam em ver a cidade no “trilho” do progresso e da civilidade, sentimentos presentes em outras urbes de maior porte, a exemplo da capital do estado. Dessa maneira, temos um embate simbólico que pode ser percebido no processo de nomeação e renomeação das ruas, avenidas e novos espaços construídos, bem como os antigos locais já “batizados” pela população. Nesse sentido, nos diz Queiroz (2008):

Esses modernos e civilizados hábitos, divertimentos, eventos e consumos não poderiam mais ser vivenciados nas ruas, becos e largos do Emboca, das

223 SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. Introdução. In: *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História) - Campinas, Unicamp, 2001, p. 21.

Areias, do Algodão, da Matriz, do Comércio Velho, do Comércio Novo, do Meio, dos Peixinhos, do Seridó, de Neco Belo, do Lindolfo, do Açougue, dos Armazéns, do Rói Couro, do Esfola Bode, da Merda ou do Mijo, enfim, batismos espontâneos dados pela população de acordo com o uso, característica física, estabelecimento comercial ou pessoa que habitava o local. Dentro do projeto modernizador e civilizador da cidade, seus nomes foram mudados para ruas, praças e avenidas (muitas vezes sem as características próprias desses espaços) Peregrino de Carvalho, Floriano Peixoto, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Eptácio Pessoa, Afonso Campos, Monsenhor Sales, Venâncio Neiva, da Bandeira etc. Receberam nomenclaturas de símbolos e personagens republicanos, “heróis” locais e até de figuras imperiais, processo corrente em outras cidades do país e que provocou a destruição dos vínculos de “identificação dos habitantes com seu lugar na cidade, descaracterizando bairros e ruas, desfazendo os suportes subjetivos da memória da população local e da identidade coletiva de um determinado território urbano” (BRESCIANI, 2001, p.13). Todavia, a população não deixou de fazer uso dos nomes antigos, além de fazerem parte do cotidiano de alguns moradores até hoje, encontramos ao longo das décadas de 1930 e 1940, nos arquivos da Prefeitura, vários pedidos de licença para construção ou reforma de imóveis com as antigas denominações dos seus logradouros, muitas vezes riscadas pelo fiscal de obras, que, ao lado deste, escrevia o nome “correto”.²²⁴

Como nos diz Queiroz (2008), os nomes populares que “batizavam” os logradouros já não condiziam com o processo

224 QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos-SP: Universidade de São Paulo, 2008, p. 32.

“modernizador e civilizador” da cidade, daí a interferência do poder público para renomear os espaços. Entretanto, a simples criação da lei não garante a troca do nome e retira o hábito de se referir àquele espaço pela designação popular. Os “pedidos de licença para construção ou reforma de imóveis com as antigas denominações” que constam no arquivo da prefeitura mostram como havia uma “resistência”, mesmo que implícita, em aderir às novas nomenclaturas impostas. É nesse cenário que intervêm uma segunda vez os poderes constituídos, no caso através da “caneta” do fiscal de obras que, ao lado do nome popular, “escrevia o nome ‘correto’”.²²⁵

O processo de nomeação das ruas segue certa trama e intencionalidade, muitas vezes decidida “a sós”, entre letrados e políticos, como nos alerta Sousa (2001):

Aí tem-se o jogo armado: prefeitos e letrados das duas maiores cidades do estado, aparentemente sozinhos, decidem jogar entre si uma partida com resultado previamente acertado (ao menos era o que pensavam) e embalados pelo momento de exceção. Nos tempos em que esses senhores decidiam sobre o destino dos nomes das ruas e logradouros das ditas cidades, esqueceram-se de que administravam e escreviam sobre e para um mundo mais amplo do que sua formação bacharelesca e suas convicções modernas deixavam antever. A resposta desse outro “mundo”, bem ao rés do chão, foi mais ou menos capitaneada pela lógica que inspirara sua atitude: uma emblemática indiferença.

Em Campina Grande, até hoje é possível ouvir, vez por outra, um transeunte ou morador se referir a uma se suas ruas centrais como antiga rua da Floresta, e não pela oficial denominação de rua Coronel João Lourenço Porto, por exemplo.²²⁶

225 QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. *Op. Cit.*, p. 32.

226 SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. Introdução. In: *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História) - Campinas, Unicamp, 2001, p. 22

O professor Fábio Gutemberg nos chama atenção para a atitude simbólica da população em relação a nomenclatura muitas vezes imposta aos seus espaços urbanos de vivência: “uma emblemática indiferença”. Além do exemplo citado pelo autor da antiga rua da Floresta, outros nos são conhecidos, mesmo que não tenham chegado ao século XXI, como é o caso da atual rua Cardoso Vieira, à qual a população na primeira metade do século passado ainda levaria um bom tempo se referindo como o “Beco de João Ribeiro” ou antes “rua dos Peixinhos”.²²⁷

Mesmo que existam casos em que o processo de não assimilação da nomenclatura oficial ocorra, com o passar dos anos e das gerações, certos nomes acabam por se firmar em relação a outros, que caem em desuso e, em seguida, em completo esquecimento no cotidiano dos moradores e transeuntes de determinados espaços públicos. A construção da memória se desdobra no triunfo de certa nomenclatura dos logradouros da cidade. Este processo se apresenta de forma explícita, como os decretos de nomeação e renomeação das ruas, mas pode ao mesmo tempo ser implícito, com a destruição de símbolos e a não perpetuação de imagens ligadas a certo grupo social, como é o caso da questão étnica e racial.

Tendo em vista que o recorte étnico e racial não é o nosso objeto específico de estudo, não nos aprofundaremos nesta análise, mas não podemos deixar de mencionar que este também pode ser uma interessante porta de entrada para o estudo da nomenclatura dominante nos espaços públicos urbanos. Podemos perceber, por meio das fontes pesquisadas, como personagens e monumentos ligados a determinado passado popular de Campina Grande foram ao longo da história silenciados, seja por meio do processo de intervenção explícita dos governantes, seja por meio implícito das letras dos memorialistas e jornalistas que presenciaram o cotidiano da cidade. Exemplificando,

227 PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2. edição. Campina Grande: EDUFCCG, 2011. p. 105.

vejamos como Cristino Pimentel se refere ao monumento em homenagem ao “Escravo Desconhecido”,²²⁸ construído na praça 13 de maio e que foi tirado da área central da urbe e da memória da população local:

As pedras polidas, depois de rolaem à toa por diversos cantos, foram aproveitadas, pelo prefeito Bento de Figueiredo, que em 1940 erguera um monumento ao Escravo Desconhecido, na Rua 13 de Maio, que foi apelidada de “Praça relâmpago” por ter sido construída e inaugurada em menos de uma semana. Essa praça teve mau começo e péssimo fim: foi arrasada e seu terreno cedido a um particular, na Gestão do Dr. Severino Gomes Procópio, em 1947.²²⁹

Com a passagem do cinquentenário da Lei da Áurea, que pôs fim, legalmente, à escravidão no país (1888-1938), por meio dos jornais, em especial, do *Voz da Borborema*, os homens das letras campinenses debatiam acerca da memória do passado do negro na cidade. Os reclames pela construção deste monumento foram atendidos dois anos depois, em 13 de maio de 1940. Todavia, o “descaso” foi logo percebido pelos populares que trataram de nomear o local, que deveria fazer menção à escravidão, com um nome mais próximo da realidade, chamando-a de “Praça Relâmpago”,

228 Acerca da conceituação de monumento, nos diz CHOAY (2001): “Monumento é tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ela trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”. Ver: CHOAY, Françoise. Introdução. *In: A alegoria do patrimônio*. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. p. 18.

229 PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2. ed. Campina Grande: EDUFCCG, 2011. p. 26.

em virtude de ter sido erguida em menos de uma semana e serem usadas as pedras aproveitadas de outras construções. Se teve “mau começo”, foi “péssimo o fim”. Como nos diz Epaminondas Câmara, o monumento e a “pracinha jardinada” foram demolidos em 18 de setembro de 1945.²³⁰

Da memória que se quis enaltecer, o monumento ao “Escravo Desconhecido” foi destruído, ficando apenas a rua do Açude Novo com o nome atual de rua 13 de Maio, em clara referência à data da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Se a destruição da praça foi criticada, a mudança de nome também não passou despercebida pelo próprio Cristino Pimentel, que questiona a troca do nome da “rua do Açude Novo”, denominação inicial, para “rua 13 de Maio”. Para o autor, “mudar o nome de uma rua é o mesmo que mudar um destino”.²³¹ Estaria ele envolto em lembranças do logradouro de sua infância, na rua do Caminho do Açude Novo? Ou o mesmo realmente se sentia incomodado com a constante troca de nomes populares históricos das ruas de Campina Grande por outras nomenclaturas impostas pelas autoridades municipais?

Os exemplos finais que apresentamos reforçam a nossa compreensão acerca da forma livre e espontânea como os habitantes e transeuntes de certo espaço nomeiam uma rua ou um monumento, ao mesmo tempo em que as autoridades públicas muitas vezes intervêm para tentar dar um novo sentido à nomenclatura dos lugares. Seja a

230 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 151. Percebe-se uma pequena divergência no tocante à data da demolição do monumento. A crônica de Cristino Pimentel cita o ano de 1947 e o livro de Epaminondas menciona o ano de 1945. Conjecturamos que o livro de Epaminondas seja mais preciso, tendo em vista ter sido lançada sua primeira edição em 1947, todavia, essa diferença de datação não compromete a compreensão principal que temos acerca da questão de que houve uma praça construída às pressas em homenagem ao “Escravo Desconhecido” e que esta foi, poucos anos depois, derrubada sem que houvesse outro monumento que a substituísse na construção da memória coletiva em relação ao passado da escravidão na urbe campinense.

231 PIMENTEL, Cristino. *Mais um mergulho na história campinense*. Campina Grande: Editora Caravelas, 2001. p.92.

rua da Praia em Porto Alegre, a rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, a rua do Sol em Recife ou a rua do Açude Novo em Campina Grande, uma série de designações populares espontaneamente se refere a tais espaços, ao mesmo tempo em que o poder público tenta emplacar o nome de governantes, gerais ou pessoas de determinada camada social abastada nos mesmos logradouros. É essa disputa simbólica a que nos referimos e procuramos compreender um pouco, no processo que estamos a definir como a formação da “memória dominante” na nomenclatura das ruas da cidade.

A seguir, mergulhamos um pouco mais no processo de nomeação e renomeação de parte das ruas centrais de Campina Grande na primeira metade do século XX.

O NOME DA RUA NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE: A DISPUTA DA MEMÓRIA²³²

No contexto territorial da cidade de Campina Grande, pensemos no seguinte itinerário: saindo da *Rua das Barrocas*, pela *Rua do Meio*, atravessando pela *Rua do Emboca*, subindo pelo *Beco dos Bêbados* até a *Rua das Gameleiras*, atravessando pelo *Beco do Atoleiro* até atingir a *Rua dos Armazéns*, de onde ao norte pode-se ir pela *Rua das Areias* ou ao sul pode-se ir pela *Rua da Cadeia* até a *Rua do Rói Couro*. Que “canseira para os pés”, uma verdadeira volta pelo centro de Campina Grande!

232 A temática em relação ao estudo da toponímia (do grego *tòpos*, lugar, e *ònoma*, nome, ou seja, estudo dos nomes dos lugares) e uma de suas subdivisões, a hodonímia (do grego *hodòs*, via, estrada, e *ònoma*, nome, ou seja, o estudo dos nomes das ruas e praças), são campos de estudos bastante difundidos no campo das Letras. Contudo, ressaltamos que não faz parte do nosso objeto de estudo o aprofundamento pela origem linguística das palavras que nomearam o espaço das ruas de Campina Grande. Nossa pesquisa sobre essa temática se reporta à busca dos nomes que tiveram os logradouros centrais da cidade ao longo do tempo, procurando compreender o processo de memória dominante que nos legou a nomenclatura atual. Em relação ao estudo da toponímia, ver: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica*. princípios teóricos e modelos taxonômicos. Tese (Doutorado em). FFLCH-USP, 1980; e DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo, 1996.

Difícil de caminhar e, certamente, mais difícil encontrar um morador dos dias atuais que consiga dar conta de mostrar todo esse percurso ao nobre leitor. Também não adianta buscar informações nas placas das esquinas ou nos mapas contemporâneos. Isso se dá exatamente porque não foi esta, a nomenclatura acima, a dominante na memória das ruas da cidade. Os nomes que esquadrimos no nosso percurso, provavelmente, seriam bem mais conhecidos na primeira metade do século XX pelos habitantes de Campina Grande.

No dia a dia, os moradores e transeuntes têm seus próprios códigos de comunicação e de compreensão da realidade. Sair de “sua” rua e ir até outro endereço é algo que é facilitado pela nomenclatura extraoficial, baseada nas características físicas dos logradouros ou nas deficiências dos serviços públicos. Todavia, com seu olhar, o poder público interfere no cotidiano da rua e não única, mas principalmente pelo viés da nomeação dos logradouros, acaba por fazer prevalecer sua intenção ao longo do tempo.

Como o ambiente físico, também o espaço da memória é disputado. As denominações pelas quais os populares nomearam os logradouros sofreram o processo de intervenção governamental. Mas aí temos dois caminhos: ou o novo nome torna-se aceito e “cai na boca do povo”, ou é relegado ao esquecimento. Nos dias atuais, um exemplo típico é o “famoso” calçadão da cidade de Campina Grande. Cotidianamente, artistas de rua realizam performance, velhinhos se encontram e colocam o papo em dia, intelectuais fazem análises políticas, esportivas, culturais, etc. e transeuntes passam às centenas de um lado para o outro. Esse espaço tem o nome oficial de “Rua Jimmy Oliveira”, contudo, para os usuários, trata-se do “Calçadão” simplesmente ou do “Calçadão da Cardoso Vieira”, designação do prolongamento da rua.

De maneira especial, os nomes dos espaços físicos não escapam do desejo de certa camada social, representada por políticos ávidos por “batizar” praças, ruas, viadutos, escolas, ou o que mais lhe for útil

para garantir a perpetuação dos nomes de pais, parentes ou famílias “influentes”. Dessa forma, a própria nomenclatura oficial sofre suas mudanças, ao sabor do grupo político que seja o dominante em determinado período. Exemplificando, podemos observar o percurso histórico da rua das Areias.

Com certeza, este não seria o nome pelo qual o poder público desejava que fosse conhecida uma importante artéria do município. Para os populares, tratava-se de um lugar em que predominava muita areia, mas que o poder local preferiu “batizá-la” com o pomposo nome de “rua Dr. João Leite”. Com a morte do então presidente do Estado em 1930, cuidaram logo de mudar o nome para “rua João Pessoa”. Ressaltamos que, em Campina Grande, mudaram apenas o nome desta rua e fizeram uma praça com estátua em sua homenagem no mesmo espaço, mas na capital, cuidaram de trocar o próprio nome da cidade de “Parahyba” para “João Pessoa”, nome atual, além da bandeira do Estado, da qual substituíram as cores “verde-e-branco” para o atual “rubro-negro”.²³³

Observamos, dessa maneira, que a camada dominante da sociedade e o poder público buscam fazer valer suas decisões por meio desse processo de triunfo da própria memória do grupo. O nome da rua se transforma em um importante campo de batalha da memória coletiva, em que se constroem e se perpetuam nomes, datas ou fatos da história local ou nacional. Daí, para Hortênsio de Souza Ribeiro, só se deve prestar homenagens aos “mortos. Sim, porque, enquanto vivo, o cidadão pode com um gesto impensado comprometer uma

233 A estátua de João Pessoa foi, em 1931, colocada na antiga “praça do Algodão” (entre as ruas Marquês do Herval, João Leite e Sete de Setembro), que passou a chamar-se praça João Pessoa. Todavia, em 1937, foi removida pelo prefeito Vergniaud Wanderley para a praça Cel. Antônio Pessoa, no final da Rua Irineu Joffily, onde se encontra atualmente. CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 116; 127. Para maiores detalhes acerca da construção simbólica do mito de João Pessoa, ver: AIRES, José Luciano de Queiroz. *A Fabricação do Mito João Pessoa: Batalhas de Memórias na Paraíba (1930-1945)*. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

bela vida, tornando-se alvo do desprezo dos que ainda há pouco pretendiam imortalizá-lo com estátua em praça pública”.²³⁴

Voltando ao período do início do século XX em Campina Grande, vejamos o caminho dos nomes que determinadas ruas centrais fizeram até chegar às denominações da atualidade. Passemos a palavra ao combativo cronista Cristino Pimentel:

Vila Nova da Rainha: Nome que nos transporta a época bisavorenha em que Campina Grande era conhecida por esse título, e quando não se sonhava, ao menos, ser o que é hoje: viva ceara e laborioso cortiço de progresso (...)

Foi este bonito nome que administração atual, com justiça, dera a antiga Rua das Barrocas, em substituição ao de Rua do Oriente. Quase não valeu a pena a mudança por que o Dr. Pereira Diniz, tirou, da rua, o chapéu velho mas deixou as vestes sujas e dignas de lastima(...)

Quem por ali transita caminha com a cautela de quem passa numa capoeira cheia de barrancos. Tem-se a impressão que não estamos trilhando uma rua da Campina moderna, e sim uma artéria descuidada da antiga Vila Nova da Rainha.²³⁵

A pena de nosso cronista é bastante sutil ao saudar a mudança de nome deste logradouro, porém não deixa de fazer seu reclame no sentido de chamar a atenção para o estado físico da rua: buracos, matos, enfim, um cenário de um século antes, que mais lembraria a antiga Vila Nova da Rainha e não a “Campina moderna” e “progressista”. Observemos do alto da Igreja Matriz a imagem que Cristino via naqueles idos dos anos 1930:

234 RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979. p. 118, extraído de *A Imprensa*, 20/12/1941.

235 PIMENTEL, Cristino. *Cousas da cidade*, 15/06/1935, s/p.

FOTOGRAFIA 17: CRUZAMENTO ENTRE AS RUAS AFONSO CAMPOS (HORIZONTAL) COM A VILA NOVA DA RAINHA (VERTICAL), EM 1932.



Fonte: Site Retalhos Históricos de Campina Grande²³⁶

Falta de calçamento, rua empoeirada no verão, lamacenta no inverno e, certamente pelo fato de haver tal declive, as chuvas faziam valas por onde cresciam os matos da capoeira citada por Cristino Pimentel. Esta não era uma paisagem que agradasse aos olhos de nossos cronistas e muito menos dos moradores da localidade. Contudo, o melhoramento que a administração faz nada mais é do que trocar o nome da rua, o que colabora para o processo de triunfo do nome “rua Vila Nova da Rainha” até os dias atuais, mas não muda, a princípio, o estado de depreciação do espaço físico do logradouro.

Seguindo nessa linha de crítica do aspecto físico da rua por meio de sua nomenclatura, encontramos em diferentes momentos

236 Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/10/memoria-fotografica-rua-vila-nova-da.html>. Acesso em 30 jun. 2020.

Cristino Pimentel fazendo referência à “rua Visconde de Pelotas”, conhecida pelos populares por “rua do Progresso”. Entre as três crônicas pesquisadas, destacamos o seguinte trecho:

Por diversas vezes fiz ver ao Dr. Pereira Diniz a necessidade de dotar a Rua Visconde de Pelotas, conhecida de todos por Rua do Progresso, de meio fio e linha d’água, não só por ser aquela rua muito movimentada e muito vista, e contribui bastante para o erário Municipal, como também para dotá-la de um melhoramento que já passou, alias, das raiais da necessidade e lhe fazer desfrutar com relevo, o verdadeiro nome de Rua do Progresso.²³⁷

O cronista se coloca como porta-voz dos moradores para legitimar sua crítica ao estado físico da rua. Utilizando-se dos argumentos de que esta era movimentada e muito contribuía para o tesouro municipal, Cristino Pimentel “arremata” que essa artéria mereceria os melhoramentos cobrados para que pudesse desfrutar do verdadeiro nome de “Rua do Progresso”. Na mesma coluna do jornal *O Rebate*, no ano de 1935, o autor faz mais uma crônica com as seguintes palavras: “Não tarde, com a ‘roupa’ da rua do Progresso. Se não puder lhe vestir um fraque, vista-lhe um linho, contanto que não a deixe nua como se acha”.²³⁸

A rua, nas letras do cronista, não é apenas um espaço físico de casas e transeuntes, ela é um corpo que está nu, perante o “progresso”. Inspirado por Balzac, o qual afirmava que as ruas de Paris nos dão impressões humanas, João do Rio compreendia que são assim as ruas

237 PIMENTEL, Cristino. *Cousas da cidade*. s/j.s/d. Determinadas crônicas, a exemplo desta de Cristino Pimentel, foram pesquisadas e fotocopiadas pelo historiador Fábio Gutemberg a partir do acervo particular do próprio cronista e dispostas no SEDHIR/CH/UAHG/UFCEG. Dessa forma, encontramos recortes de jornais em que muitas vezes não é possível identificar qual o órgão que o publicou ou mesmo as referências em relação à datação, por isso, as abreviaturas *s/j* – sem jornal- e *s/d* – sem data.

238 PIMENTEL, Cristino. *Op. Cit.*

de todas as cidades, com vida e destinos iguais aos do homem.²³⁹ Encontramos em Campina Grande Cristino Pimentel, que também imprime vida à rua, como ele ressalta, “as ruas teem um que de humano e precisam de luz, asseio e roupa engomada, para não corarem de pejo diante dos olhos curiosos dos visitantes”.²⁴⁰ O “corpo” da rua precisa de uma boa aparência, com iluminação, limpeza e calçamento para que não se envergonhe, não fique “vermelha” igual ao ser humano quando em situação embaraçosa perante à curiosidade alheia.²⁴¹

Não adianta o leitor contemporâneo procurar a “rua Visconde de Pelotas” ou mesmo a “rua do Progresso”. Esta artéria foi literalmente riscada do mapa na grande reforma arquitetônica do prefeito Vergniaud Wanderley nos anos 1940. Igual a um “corpo” que morre e seus órgãos podem ser transplantados para outro, a rua do Progresso foi “aberta” para a passagem do principal logradouro de Campina Grande na atualidade, a Avenida Floriano Peixoto na altura da praça da Bandeira. Se os moradores foram desterritorializados, o que dizer de nosso cronista, árduo defensor do progresso e da rua homônima?

Em diversos períodos da história campinense, a terminologia das ruas mencionadas na nossa caminhada hipotética inicial foi mudada. De nomes simples “batizados” pelos populares, os logradouros passaram a homenagear personalidades, em sua maioria não da história local, e sim presidentes, governadores ou generais do país, como, por exemplo, a citada “Avenida Floriano Peixoto”, inicialmente conhecida como rua da Matriz, mas renomeada para lembrar o segundo Presidente da República (1891-1894). No centro da cidade, podemos ainda citar a rua Francisco Brandão Cavalcanti, engenheiro, a qual teve seu nome modificado na década de 1930

239 RIO, João do. *A alma encantadora das ruas* – Crônicas. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007. p. 30.

240 PIMENTEL, Cristino. *Op. Cit.*

241 Entre as várias formas de enxergar a alma das ruas cariocas, ver: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas* – Crônicas. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007. p. 30.

para rua Miguel Couto e posteriormente, para “rua Getúlio Vargas”, igualmente ao Estádio do Treze F.C., construído na década de 1940, ambos designando o presidente e ditador do Estado Novo no Brasil, nos períodos de 1930-1945 e 1950-1954.²⁴²

O renomado médico carioca Miguel Couto, nascido ainda no período do império no Brasil, apesar de ter seu nome desalojado da placa da referida rua central (afinal, no pensamento de certo administrador, Getúlio Vargas merecia estar o mais próximo possível do centro campinense), acabou sendo lembrado em uma rua onde os populares já batizavam de “Caminho da Estação”, tendo em vista que se tratava da rua que, saindo da estação de trem, inaugurada em 1907, iria margear o Açude Velho em direção à confluência do caminho para o centro da cidade. O “Caminho da Estação” foi nomeado de “rua da República”, sendo posteriormente renomeado de “rua Miguel Couto”, designação que prevalece até os dias atuais.²⁴³ Eis mais um exemplo da interferência do poder público no processo de construção da memória dominante nos logradouros de Campina Grande.

Todavia, não havia unanimidade no pensamento político de nomear as artérias campinenses homenageando personalidades nacionais apenas. Lembrar moradores locais era o desejo do atento cronista Cristino Pimentel. Vejamos a coluna “Cousas da Cidade” de O Rebate:

Chega aos meus ouvidos a notícia de que o prefeito Pereira Diniz, pretendia baixar um decreto mudando os nomes de diversas ruas da cidade, escolhendo para substituí-los outros nomes de filhos e lutadores desaparecidos do convívio serrano e amistoso dos habitantes da gleba(...) Apoio e dou o meu expressivo carinho ao campinense nato a esse gesto de relevante

242 Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado, em entrevista com o professor Eurípedes Oliveira. Ver: Ruas de Campina: Av. Getúlio Vargas. *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 02/10/1983, p. 7.

243 RODRIGUES, José Edmilson *et al.* *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996. p. 188.

significação. Por que vem arrancar da densa floresta do esquecimento muitos nomes que trabalharam pelo progresso material e intelectual da terra querida.²⁴⁴

A rua aqui, mais uma vez, não é apenas um plano físico arquitetônico. Lugar privilegiado na “boca do povo”, que todos os dias sai de casa à procura de armazéns, profissionais liberais, bares e bodegas, com certeza, “batizá-la” não só facilita a vida de quem procura por alguns desses serviços. O nome particulariza o que, no cotidiano, se torna homogêneo no meio urbano. Os espaços ladeados de casas e os ambientes para a locomoção também acabam por ter a função de “arrancar da densa floresta do esquecimento” os indivíduos que viveram na localidade.

Nossa passagem terrena é lembrada por um determinado número de gerações que presenciaram ou ouviram falar das ações que realizamos, mas, certamente, chega o momento que o cronista tanto teme: o esquecimento por parte das novas gerações. Assim, na mesma crônica, Cristino Pimentel se apressa em apresentar nomes que, na sua visão, deveriam ser resgatados do esquecimento:

Dirá minha pena e minha boca a S. S. que, Lino Gomes da Silva, João da Silva Pimentel, João Vieira (vulgo João Carga d’água), Belmiro Barboza Ribeiro. Dr. José de Vasconcelos, Dr. José Pereira Gondim, Idelfonso Souto Maior, João Lourenço Porto, João Maria de Souza Ribeiro, Probo da Silva Camara, Sulpino Colaço, José Dias da Costa (Vulgo Zé Precipício), Lindolfo de Albuquerque Montenegro, João de Sá, José Alves Sobrinho (poeta e jornalista), Manoel de Barros (vulgo Neco de Barros) e Manoel Felix, foram vultos que, em vida, algo fizeram de útil à terra onde viveram e morreram:- cuja história pouca gente conhece, porque no remoto tempo em

244 PIMENTEL, Cristino. *Cousas da cidade. O Rebate. s/p. s/d.*

que desenvolveram as suas faculdades energias em prol da amada terra, Campina Grande não possuía o grau que possui hoje de interesse pelos feitos dos homens.²⁴⁵

Muitos dos citados pelo cronista foram em seguida ou anos depois agraciados com a nomeação de alguma rua, como é o caso de Lino Gomes da Silva, que é lembrado hoje na avenida de acesso do bairro de São José ao Parque do Povo e ao centro da cidade. Este homem das letras era alguém que as camadas dominantes gostariam de perpetuar na memória. Entretanto, o João Vieira, mulato, participante do movimento popular do Quebra-quilos no século XIX, não foi lembrado até 1996, data do *Memorial Urbano de Campina Grande*, que estamos usando como referência para localizar as designações das ruas da cidade.²⁴⁶ Este era um nome que deveria continuar na “floresta densa do esquecimento”, pois era perigoso para aquela determinada camada social dominante.

De tanto observar as “cousas da cidade” e também a questão da nomenclatura das ruas, encontramos outros letrados campinenses tentando não deixar o nome do cronista Cristino Pimentel sem ser homenageado. Dessa forma, em reportagem de 25 de dezembro de 1983, sobre a antiga “rua do Açude Novo”, hoje “rua 13 de Maio”, no centro, o articulista, professor Severino Machado, do jornal Diário da Borborema, nos diz que:

O nome desta Rua quase não se justifica e bem mereceria, para a glória de Campina, que fosse mudado para CRISTINO PIMENTEL: o mais campinense que a Princesa Isabel e sua Abolição. Está na hora de se fazer justiça à memória deste campinense que contou toda vida da cidade em seus livros e centenas de crônicas. A lei existe, só falta a Câmara acionar

²⁴⁵ *Idem*.

²⁴⁶ RODRIGUES, José Edimilson *et al. Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996.

o projeto de mudança, é uma bela ideia, não uma polêmica!²⁴⁷

Passados mais de cinquenta anos dos reclames de Cristino Pimentel, ainda encontramos homens de letras nos anos 1980 que têm a visão de que o nome da rua perpetua homens e fatos relegados ao esquecimento pelas gerações seguintes. Precavido, Severino Machado já compreende que não seria fácil retirar de uma rua a memória do 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, para colocar o nome de um cronista da “terra”. Com exceção dos aproximados das letras e da memória, provavelmente a grande maioria dos moradores locais nunca ouviu falar a respeito de Cristino Pimentel, relegado hoje a certo desconhecimento por parte das novas gerações.

Se os letrados como Cristino Pimentel são esquecidos no processo de nomeação de logradouros, o que dizer dos populares que também não eram lembrados para “batizar” as ruas? Até os nomes que essas camadas sociais menos abastadas se referiam em seu cotidiano ao espaço das ruas foram sendo alterados com o passar do tempo, com a imposição da memória dos grupos políticos e sociais dominantes.

Voltando aos lugares propostos em nossa caminhada inicial neste texto, podemos compreender as mudanças de nomes dos referidos logradouros. Dessa forma, a “rua das Barrocas”, consagrada pela historiografia local como núcleo original de Campina Grande, foi rebatizada de “rua Vila Nova da Rainha”, lembrando o nome da localidade no período de sua elevação à categoria de Vila em 1790. Já a terceira rua da cidade (a segunda foi a rua da Matriz), a do “Meio”, foi renomeada de “rua Afonso Campos”, homenageando um político da oposição local nos anos iniciais do século XX que morou neste logradouro.²⁴⁸

²⁴⁷ Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado. Ver: Ruas de Campina: 13 de Maio. *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 25/12/1983, p. 5.

²⁴⁸ CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

Situação como o desemboque do gado vindo do Seridó e do Sertão e que passava por uma determinada rua fez com que os populares denominassem tal espaço de “rua do Emboca”, pois aí as boiadas passavam com destino aos currais que ficavam onde hoje se localiza a Feira Central. Esse nome popular foi substituído pelo nome de “rua Peregrino de Carvalho”, fazendo prevalecer a memória do ‘herói’ esartejado no movimento de 1817.²⁴⁹

Peculiares são também os “Becos”, que hoje se transformaram em “ruas”, como é o caso do “Beco de Neco Belo”, sinônimo de “Beco de Zé de Quinca” ou mais conhecido como “Beco dos Bêbados”. Neste espaço, os populares tinham seu local de divertimento e, certamente, tomavam muitas cachaças, principalmente na venda de “Zé de Quinca”, onde predominava uma freguesia formada por pintores de parede, afinal, a “Casa Feliz” em 1932 vendia tintas e, muita “cana”. Em dia de feira, o número de caídos era maior, “quase não se podia dormir”, com a passagem de bêbados que vinham daquela espécie de “sindicato dos desgraçados”. Contudo, o nome oficial desse logradouro não faz referência aos bêbados de outrora, mas à “rua Cavalcanti Belo”, que lembra o folião dos carnavais do início do século, falecido em 1918.²⁵⁰

Não poderia ser diferente em relação à disputa pela memória triunfante do que foi considerado o “coração da cidade” no início do século XX: a “rua Grande”, também poderia ser conhecida como a “rua da Feira”, “rua das Gameleiras” ou “rua do Seridó”. Se esses nomes populares não triunfaram, também os próprios nomes oficiais foram sendo trocados. A princípio, o espaço foi designado de rua

249 PIMENTEL, Cristino. De casa do “Emboca” a Rua do “Emboca”. In: *Abrindo o livro do passado*. 2. edição. Campina Grande: EDUFCEG, 2011. p. 50; RODRIGUES, José Edimilson et al. *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996.

250 Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado. Ver: Ruas de Campina: Trav. Neco Belo. *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 13/11/1983, p. 5.

da “Independência”, “rua Uruguaiana” e sua parte norte de “Praça Epitácio Pessoa”. Após muitas picaretadas e trocas de estética e nomes, chegou-se enfim à nomenclatura de “rua Maciel Pinheiro”, paraibano do século XIX, que foi promotor público, juiz e jornalista. Para as camadas mais abastadas, era um nome bem mais aceitável, apesar de os populares preferirem a alcunha de “rua Grande” em virtude das inúmeras atividades sociais e comerciais que aconteciam naquele espaço.²⁵¹

Se de tudo que aconteceu em Campina Grande a rua Maciel Pinheiro foi testemunha, muitas das ações históricas se desenrolaram no espaço vizinho de uma estreita artéria que, por anos, ficou conhecida como “Beco” de diferentes nomes. Os populares identificavam facilmente o “Beco do Atoleiro”, ou “Beco-da-onça”, por causa da onça aí exposta para caça-níqueis. Foi conhecido também por “Beco do Jogador de Espadas”, por motivo óbvio, em determinado tempo havia um casal que jogava espadas em troca de 200 réis em dias de feiras aos sábados. Do mesmo modo, esse ambiente foi nomeado como o “Beco do Hotel de Zé Bernardino”, casa “higiênica” onde cavalos e homens ficavam “muito próximos”. Havia os populares que conheciam o espaço como o “Beco do Açougue”, e o “Beco do 31”, em virtude do bloco carnavalesco com sede ali. Certamente tais nomes populares não vingaram, e o poder público tratou de nomear este logradouro de “rua da Independência”, mudando em seguida para a terminologia triunfante: “rua Monsenhor Sales”, pároco de Campina Grande por muitos anos, desde sua chegada em 1885 até o falecimento em 1927.²⁵²

Continuando nosso percurso, saindo da rua Monsenhor Sales no sentido do poente, podemos adentrar o seguinte cenário:

251 PIMENTEL, Cristino. Rua Maciel Pinheiro. In: *Abrindo o livro do passado*. 2. edição. Campina Grande: EDUFCEG, 2011. p. 25.

252 PIMENTEL, Cristino. Rua Monsenhor Sales IN: *Abrindo o livro do passado*. 2. edição. Campina Grande: EDUFCEG, 2011. p. 87.

FOTOGRAFIA 18: PRAÇA DO ALGODÃO (MARQUÊS DO HERVAL)



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.

Chegamos à “rua dos Armazéns”, onde era depositado muito do “ouro branco” (algodão) de Campina Grande. Os populares se referiam a este espaço como “rua Nova”, “rua do Comércio” e “Praça do Algodão”. Como o poder público não fica apenas no plano das condições físicas do logradouro, tratou logo de nomear este espaço de “rua Barão da Passagem”, modificando depois para a memória que triunfou: “rua Marquês do Herval”, militar do século XIX, que não tinha, a princípio, nenhuma ligação com a história local, destacando-se na Guerra do Paraguai e como ministro da Guerra.²⁵³

Certamente, muitos dos transeuntes e moradores dessa rua tinham a mesma sensação de Mário de Andrade, que certa vez afirmou: Nesta rua Lopes Chaves envelheço e, envergonhado, nem sei quem foi Lopes Chaves.²⁵⁴ Cremos não ser motivo de “vergonha”

253 Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado. Ver: Ruas de Campina: Marquês do Herval. *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 21/08/1983, p. 7.

254 RODRIGUES, José Edmilson *et al.* *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba.

não saber quem é o personagem do nome da rua, mas, com certeza, poucos conheciam, ou mesmo hoje, sabem a história das ruas por onde circulam. Mesmo o nome fazendo parte da memória dominante, não significa que o conhecimento histórico acompanhe tal empreitada.

Saindo da rua Marquês do Herval e adentrando a “rua da Cadeia” ao lado do “Largo da Luz”, somos informados pelas fontes que este espaço foi conhecido por um tempo como “rua Major Belmiro”. Com a demolição da cadeia em 1936, os nomes populares foram substituídos pelo nome oficial de praça Clementino Procópio, professor que viveu na Vila América, no bairro do São José em Campina Grande entre o fim do século XIX e início do século XX. Os populares passaram a chamar o local de “Praça do Jacaré”, por causa de um pequeno animal que foi crescendo até ser retirado daquele ambiente. Assim, hoje triunfou o nome oficial de Clementino Procópio.²⁵⁵

Por fim, chegamos ao lugar para onde foi alocado o meretrício de Campina Grande em meados do século XX. A denominação oficial de “rua Juvino de Sousa do Ó”, certamente, era bem desconhecida no início do século XX, quando Juvino do Ó construiu 36 casas e as alugou. Os populares conheciam esse espaço por “rua do Rói Couro”. Com a Revolução de 1930, a denominação foi mudada para “rua 04 de outubro”, data da vitória dos Liberais em Campina Grande. Conjecturamos que esse nome não foi usado pelos populares, que continuaram a chamar a rua pela sua alcunha de “rói couro”. Depois a designação voltou a ser “rua Juvino do Ó”, um nome bem mais “familiar” e aceitável pelo poder público, que mais uma vez fez prevalecer sua memória dominante por meio da nomenclatura da rua.²⁵⁶

Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996.281 p. 5.

255 Informações mencionadas pelo articulista, professor Severino Machado. Ver: Ruas de Campina: praça Clementino Procópio. *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 22/01/1984, p. 7.

256 *Op. Cit.* Ruas de Campina: Jovino do Ó. *Revista Tudo*, suplemento dominical do Jornal *Diário da Borborema*, 06/11/1983, p. 7.

Chegamos, dessa forma, ao fim do roteiro que propomos inicialmente: saindo da rua Vila Nova da Rainha, pela rua Afonso Campos, atravessando pela rua Peregrino de Carvalho, subindo pela Travessa Cavalcanti Belo até a rua Maciel Pinheiro, atravessando pela rua Monsenhor Sales até atingir a rua Marquês do Herval, de onde ao norte pode-se ir pela rua João Pessoa ou ao sul pode-se ir pela praça Clementino Procópio até a rua Major Jovino do Ó. Pois bem! A canseira para os pés continua, pois é uma grande volta pelo centro de Campina Grande, porém certamente o leitor encontrará tal nomenclatura nas placas, afinal, foi esta a memória que triunfou e foi dominante até esta data de 2019 nas ruas centrais de Campina Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a possibilidade de caminhada por um tempo de meio século, reiteramos que as ruas foram um palco privilegiado para a compreensão das vivências dos habitantes de Campina Grande no período de 1900 a 1950. Analisando as transformações físicas pelos quais os logradouros passaram, foi possível identificar algumas das mudanças de hábitos e práticas de sociabilidade dos moradores da cidade em diferentes momentos históricos dentro do recorte temporal e espacial.

Caminhar pelas ruas das metrópoles hoje, igualmente a investigar as mudanças do espaço urbano e as implicações dessas alterações na vida dos moradores, não é algo fácil e novos desafios sempre se impõem à pesquisa histórica. Em cada esquina, a cada cruzamento, nas praças e jardins da urbe, múltiplas vivências e encontros se dão todos os dias entre indivíduos que, com suas particularidades, ressignificam os ambientes e criam territórios para si e para seus grupos. Todavia, não é sempre que encontramos de forma clara esses territórios, pois muitos sujeitos históricos atuaram para enaltecer, ou em sentido contrário, silenciar os indivíduos de determinadas camadas sociais e seus territórios, a exemplo, do passado do negro nas ruas campinenses.

Diante desse quadro, podemos perceber que o historiador tem um trabalho árduo e muito importante no sentido de tentar captar essa multiplicidade de sentidos e formas da cidade moderna e de seus habitantes, tornando possível aos contemporâneos compreenderem um pouco das lógicas urbanas. No presente, temos acesso, através de nossa sensibilidade, às crônicas escritas e visuais que nos foram legadas pelos

sujeitos históricos. Entretanto, analisar e dar-lhes sentido, interpretando um período longínquo, não é uma jornada fácil, por isso, este trabalho teve seu papel redimensionado ao lançar luzes com possibilidades de conhecimento do passado de Campina Grande através do ambiente “concreto” e ao mesmo tempo “simbólico” das ruas.

Caminhos, becos, logradouros, avenidas se desnudaram aos nossos sentidos por meio das imagens captadas no cotidiano pelas lentes de fotógrafos, pelas palavras de cronistas, pela pena dos repórteres, além, é óbvio, daqueles que transitavam no ambiente físico da cidade, dando vida e pulsação ao espaço público da rua. Percorremos nosso recorte temporal e espacial por meio do ato de “flanar”, se não de maneira física, mas de forma imaginária, através da documentação disponível.

Cabe-nos ressaltar ainda que as fontes pesquisadas nos informaram mais que meras descrições dos ambientes e personagens. Elas nos apresentaram singularidades que permitiram “visitar”, ou melhor, “flanar” por tão amplos espaços de sociabilidade, onde indivíduos e grupos conviviam, nem sempre de forma harmônica, mas em uma espécie de “pacto” de tolerância recíproca.

Ao longo desta obra, apresentamos uma possibilidade de leitura de como os cronistas, autoridades, técnicos e populares viviam esta espécie de jogo permanente, esta relação de poderes, os quais se desenvolviam em cenários muito concretos, nos espaços das ruas, becos, praças e jardins da ‘Rainha da Borborema’ na primeira metade do século XX.

Tendo como ‘fio condutor’ da pesquisa as ‘ruas’, primeiro, em sua dimensão física, considerando o surgimento das trilhas e caminhos até chegar às construções arquitetônicas; e secundariamente, na dimensão simbólica, no caso, o processo de nomeação e renomeação do espaço e a construção de uma memória coletiva dominante, apresentamos ao leitor as crônicas visuais, os percursos e itinerários que conseguimos captar e conjecturar da documentação existente.

Dessa forma, construímos nossa narrativa do passado de Campina Grande. No entanto, ainda temos uma questão: teríamos nas palavras de Natalie Zemon Davis, “desvendado o verdadeiro rosto do passado”? Ou será que “Pansette terá voltado a agir”?²⁵⁷ Conseguimos apresentar um rosto próximo da realidade vivida pelos moradores da urbe campinense na primeira metade do século XX? Ou deixamos nos levar pelas tramas das fontes e nos desvirtuamos de nosso propósito?

Por ora, seguimos nossas conjecturas no sentido de apresentar uma das contribuições deste trabalho: a cidade moderna pode e deve ser estudada a partir das crônicas visuais de suas ruas. Com o apoio de outros campos de saber, inclusive, os utilizados nesta pesquisa, tais como, o urbanismo, a antropologia, a linguística, a cartografia, temos importantes aliados que nos auxiliam no sentido de ampliarmos os estudos históricos sobre a modernidade urbana.

Esta visão e aproximação com múltiplos campos do saber, sem que percamos o norte histórico e compromisso com a narrativa do passado, é o que enriquece a pesquisa e torna possível enveredarmos pelos diferentes espaços, pelas vivências do cotidiano dos habitantes da cidade contemporânea. Por isso, ressaltamos a importância e os variados redimensionamentos que podemos dar ao estudo da modernidade urbana. O estudo das vivências e territorialidades de homens e mulheres no espaço das ruas é uma valiosa porta de acesso de conhecimento do espaço urbano e desvenda muito do passado histórico de uma determinada comunidade presente.

257 DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 151. O livro trata de um curioso caso de impostura no século XVI na França. Após vários anos, o desaparecido Martin Guerre volta a sua aldeia e todos o recebem, inclusive, sua esposa, Bertrand, no entanto, após um período de convívio, um outro Martin Guerre reaparece e denuncia que o primeiro na realidade tratava-se de um impostor, no caso, Pansette. A autora, sem fontes precisas, faz várias conjecturas e cria sua narrativa, mas sem deixar de trazer o viés da dúvida em suas afirmativas em relação ao “verdadeiro rosto do passado”.

REFERÊNCIAS

AGRA DO Ó, Alarcon. *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades-Campina Grande* (1959). Campina Grande: EDUFPG, 2006.

AGRA, Giscard Farias. Imagens do Mato e da Rua: passagens da Campina Rural à Campina urbana. *In: Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935*. Campina Grande: EDUFPG, 2010. p. 53-122.

AIRES, José Luciano de Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)*. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira; SOUZA, Antonio Clarindo B. (orgs.). *Cultura e Cidades*. Campina Grande: EDUFPG, 2009.

ARANHA, Gervácio Batista. Visões da modernidade urbana: a experiência nortista. *In: Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) - Unicamp, Campinas, 2001:249-317.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

ARRAIS, Raimundo. Possuindo os lugares: Gilberto Freyre e a mobilização dos sentidos na apreensão da cidade. In: MONTENEGRO, Antonio Torres *et al.* *História: Cultura e Sentimento: outras Histórias do Brasil*. Coedição. Recife: Ed. da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.

BARROS, José. D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moises. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BERRAL, R. S. *A medusa da modernidade: a cidade do Recife à luz da fotografia*. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

BRESCIANI, Stella. História e historiografia das cidades um percurso. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237-258.

BRESCIANI, Stella. A descida aos infernos. In: BRESCIANI, Stella. *Londres e Paris no séc. XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 23-48.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

CÂMARA, Epaminondas. *Os alicerces de Campina Grande*. 3. edição. Campina Grande: Edições Caravela, 2006.

CAVALCANTI, Silêde Leila O. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas*. Dissertação (Mestrado em História) - Recife, UFPE, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1- Artes de fazer*. 16. edição. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo. Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE DECCA, Edgar Salvadori, *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves Delgado. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica*. Princípios teóricos e modelos taxonômicos. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O nome da rua. In: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996. p. 131-269.

FERNANDES, Marcos Saete. *O ensino de História e a produção do conhecimento histórico através do uso de mapas*. Disponível em: www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br. Acesso em: 09 abr. 2012.

FIGUEIREDO JR., Paulo Matias. *Fotografia em Campina Grande: os fotógrafos e suas produções imagéticas no processo de desenvolvimento do Município (1910-1960)*. 2000. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2002. Campus I - Campina Grande - Biblioteca Central – SeCE / 770 - F457.

FREHSE, Fraya. Da várzea ao colégio, e pela paulicéia toda. In: FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: EDUSP, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

GOMES, Maria Elena Santos. *Toponímia: sentido e memória na denominação das ruas na cidade de Tangará da Serra – MT*. Tangará da Serra: UEMT, 2005.

LACAZE, *Os métodos do urbanismo*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1993.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará Republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”*: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LUZ, Madel T. O corpo da cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (org). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1994. p 181-193.

MEDEIROS, Mário Vinicius Carneiro. *Treze Futebol Clube: 80 anos de história*. João Pessoa: A União, 2006.

MELO, Josemir Camilo de. O trem e o crescimento de Campina Grande. In: OLIVEIRA, Maria José Silva; RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande: Editora Agenda, 2007. p. 17-30.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba*. 7. edição. João Pessoa: A União Editora, 2002.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*. Campina Grande: EDUFBA, 2008.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. *Antigos lugares, novos temas: os sinais do tempo no bairro da Boa Vista*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

OLIVEIRA, Maria José Silva; RODRIGUES, José Edmilson (orgs.). *Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça*. Campina Grande: Editora Agenda, 2007.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. Olhares sobre a cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (org). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994. p. 3-8.

PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A; F. *Cidade & história*. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em arquitetura e urbanismo-ANPUR, 1992. p. 33-44.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 16, p. 281-282, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (coord.). *O espetáculo da rua*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.

PORTO, Francisco Evangelista. *O mapa da cidade: o papel das políticas públicas e suas relações com o crescimento urbano da cidade de Campina Grande – PB*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) - Campina Grande: UEPB, 2007.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, SP: Universidade de São Paulo, 2008.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas – Crônicas*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2007.

RODRIGUES, José Edmilson *et al.* *Memorial Urbano de Campina Grande*. Paraíba. Prefeitura Municipal de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1996.

ROLNIK, Raquel. História urbana: História na cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. F. *Cidade e história*. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - ANPUR, 1992, p. 27-29.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTIAGO, Jorge P. O lado clandestino da cidade brasileira. Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos. *Anuário Americanista Europeu*. n. 1, 2003. p. 87-105.

SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico*. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) - Caxias do Sul, UCS, 2010.

SYLVESTRE, Josué. *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)*. Brasília: Senado Federal, 1993.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Cartografia e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História) - Campinas, Unicamp, 2001.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. Cidades estéticas, homens promíscuos e inestéticos: O caso de José Negrão. *Ariús*, n. 10, 2001, p. 64-71.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: AGRA DO Ó, Alarcon *et al.* *A Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa: Ideia, 2003. p.133-184.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. *Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1950*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

SOUSA, Katyuscia K. C. de. *Sonhos Urbanos: o parque do Açude Novo e a (Re)construção da “alma campinense”*. Campina Grande (1969-1976). Campina Grande: EDUFCEG, 2014.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)*. Tese (Doutorado em História) - UFPE, Recife, 2002.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. (org.). *Populares na cidade: Vivências de trabalho e de lazer*. João Pessoa: Ideia, 2011.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

Compreendendo a importância do processo de nomeação e renomeação das ruas centrais de Campina Grande, dispomos a seguir a relação escrita por Epaminondas Câmara em sua obra *Datas Campinenses*, de 1947. Nela, o autor procura apresentar aos leitores de seu tempo (década de 1940) um aspecto possível da cidade na segunda década do século XX. Dessa forma, alertamos para o “hoje” ou “atual” que o autor faz referência em algumas das descrições, como, por exemplo, a rua Jovino do Ó, que à época da escrita era, nas palavras de Epaminondas Câmara, a “atual Quatro de Outubro”. Neste século XXI, mais uma vez, é conhecida por rua Major Jovino do Ó. Feitas tais observações, percebemos que se trata de interessante lista de praças, ruas e travessas, com a localização no centro da urbe, bem como as nomenclaturas anteriores, que a seguir reproduzimos para consulta e aprofundamento por parte do nobre leitor que desejar conhecer um pouco mais do passado do núcleo urbano central campinense. Segue a transcrição:

RELAÇÃO DAS PRAÇAS, RUAS E TRAVESSAS DA CIDADE, EXISTENTES NO FIM DE 1918²⁵⁸

PARTE CENTRAL

AFONSO CAMPOS (rua) – Começa nos fundos do “Comércio Velho” e termina na rua das Piabas. Nomes antigos: rua do

258 Reprodução literal de: CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998. p. 91-94.

Meio e rua de Baixo.

ALGODÃO (praça do) – Entre as ruas Marquês do Herval, João Leite e Sete de Setembro. Atual praça João Pessoa.

ALEXANDRINO CAVALCANTI (rua) – Começa na praça Lauritzen e acompanha a estrada do Brejo. Antiga rua dos Paus Grandes.

AUGUSTO LIRA (rua) – Ficava na margem esquerda do Açude Velho (hoje bairro de São Vicente). Foi totalmente desapropriada pelo prefeito Vergniaud Wanderley em 1942.

BARÃO DO ABIAÍ – (rua) – Começa na praça Lauritzen e acompanha a estrada do Seridó. O trecho entre aquela praça e a Sete de Setembro foi chamado, no início, de rua Manuel Félix.

BODOCONGÓ (rua) – Começa nas proximidades do Cemitério Velho e termina na rua do Poente. Antiga Rua do Esfola Bode.

BONINAS (rua das) – Começa na rua Marquês do Herval e termina na rua Bodocongó. Hoje, rua Teodósio de Oliveira Ledo.

CADEIA (rua) – Começa na praça da Luz e termina na rua Irinêo Joffily. Antiga rua do major Belmiro. É hoje um dos lados da praça Clementino Procópio.

CARDOSO VIEIRA (rua) – Começa na praça Epitácio Pessoa e termina na rua Marques do Herval. Antigo Beco dos Peixinhos, ou de João Ribeiro ou da Paulista.

CASTELO (travessa do) – Começa na rua Maciel Pinheiro e termina na praça Lauritzen. Antiga rua Princesa Isabel. Foi totalmente desapropriada pelo prefeito Vergniaud em 1944, sendo fechado o beco.

CAVALCANTI BELO (travessa) – Começa na praça Epitácio Pessoa e termina na rua Alexandrino Cavalcanti. Antigo Beco de Neco Belo.

EPITÁCIO PESSOA (praça) – Entre a praça Sete de Setembro, a Travessa Cavalcanti Belo e as ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira e Independência. Nomes antigos: largo do Comércio Novo,

rua das Gameleiras, rua da Uruguaiana e praça Independência. Devido às recentes construções do lado do poente, que, sob ordem do prefeito Vergniaud, avançaram para o alinhamento da rua Maciel Pinheiro, a praça passou a ser a continuação desta rua.

FLORESTA (rua da) – Começa na praça da Luz e termina na rua do Oriente. Hoje, rua João Lourenço Porto.

FLORIANO PEIXOTO (praça) – Largo fechado em ângulo reto ao nascente, entre as ruas do Oitão da Igreja e Maciel Pinheiro. Nomes antigos: largo da Matriz, rua da Cadeia Velha, praça 1º Centenário e largo do “Comércio Velho”. Nos anos de 1943 e 1944, o prefeito Vergniaud Wanderley transformou a praça em avenida, com as desapropriações das casas ao nascente e as da rua Peregrino de Carvalho até alcançar a avenida Tavares Cavalcanti; e, na direção do poente, com as das ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva, do largo do Rosário e das ruas do Progresso e Rui Barbosa. Hoje avenida Floriano Peixoto.

FREI CANECA (rua) – Começa na rua Treze de Maio e termina na rua da República. Antiga estrada das carroças ou rua João Carga d’Água.

INDEPENDÊNCIA (rua) – Começa na praça Epitácio Pessoa e termina na praça do Algodão. Nomes antigos: beco do Açougue e beco do Correio de Campina. Hoje rua Monsenhor Sales.

IRINÊO JOFFILY (rua) – Começa no largo do Rosário e termina na rua da República. Antiga rua do Caminho da Estação, mais tarde rua de Salvino.

JATOBÁ (rua) – Começa na rua Vidal de Negreiros e termina na rua João Tavares. Antiga rua da Pororoca.

JOÃO TAVARES (rua dr.) - Começa na rua Afonso Campos e termina na bacia do Açude Velho. Nomes antigos: rua de Protásio Sá e rua de Pedro Leal.

JOVINO DO Ó (avenida) – Começa na praça da luz e termina na

rua Vidal de Negreiros. Antiga rua do Rói Couro. Atual Quatro de Outubro.

LAPA (rua da) – Trecho da rua Barão do Abiaí, além da praça Sete de Setembro através da estrada do Seridó. Hoje rua Quinze de Novembro.

LINDOLFO MONTENEGRO (travessa) – Começa na praça Epitácio Pessoa e termina na praça do Algodão. Antigo beco do Lindolfo. A municipalidade vem, desde 1944, desapropriando todas as casas para fechar o beco.

LUZ (praça da) – Entre as ruas Afonso Campos, Vidal de Negreiros e Venâncio Neiva. No lado entre as extremidades de Afonso Campos e Vidal de Negreiros, onde hoje se erguem a Igreja Batista e várias casas novas, existia naquele tempo uma série de mocambos de taipa e telha, conhecida por Caixa de Fósforos.

MACIEL PINHEIRO (rua) – Começa na praça Floriano Peixoto e termina na Epitácio Pessoa. Nomes antigos: rua do Seridó, rua da Feira, rua da Uruguaiana e rua Grande. Atualmente termina na praça Sete de Setembro com o seu prolongamento sobre a Epitácio Pessoa, que perdeu o nome.

MARQUÊS DO HERVAL (rua) – Começa no largo do Rosário e termina na praça do Algodão. Nomes antigos: rua dos Armazéns e Barão da Passagem.

NOVA OLINDA (rua da) – Começa na rua do Oriente e termina na margem do Açude Velho, onde tem a barragem da estrada do Cardoso. Atual rua dos Quebra-Quilos.

OITÃO DA IGREJA (rua do) – Começa na praça Floriano Peixoto e termina na rua Afonso Campos. Atual rua Dr. Bento Viana.

ORIENTE (rua do) – Começa na rua Afonso Campos e termina na margem do Açude Velho. Nomes antigos: rua das Barrocas e dos Mulungus. Atual Vila Nova da Rainha.

PEREGRINO DE CARVALHO (rua) – Começa na praça Lauritzen e termina na rua Afonso Campos. Antiga rua do Emboca.

POENTE (rua do) – Começa na rua Treze de Maio e termina na rua Dr. João Leite. Antiga rua de Epaminondas Macacheira. Hoje, rua Índios Cariris.

ROSÁRIO (largo do) – Entre as ruas Irineo Joffily, Visconde de Pelotas e Marquês do Herval. Antiga rua Nova (lado oriental). A municipalidade mudou-lhe o nome para praça Índios Cariris e depois para praça da Bandeira que ainda conserva.

SETE DE SETEMBRO (rua) – Começa na praça do Algodão e termina na praça Sete de Setembro.

SETE DE SETEMBRO (praça) – Entre a praça Epitácio Pessoa e as ruas Sete de Setembro, Peregrino de Carvalho e da Lapa. Antiga ladeira da Lapa, onde foram localizados os antigos currais da feira do gado.

SOLON DE LUCENA (rua) – Começa na rua Irineo Joffily e termina na rua Frei Caneca. Antiga rua da Nova Descoberta.

TIRADENTES (rua) – Começa na rua Irineo Joffily e termina na rua Frei Caneca.

TREZE DE MAIO (rua) – Começa na rua Irineo Joffily e termina na barragem do Açude Novo. O trecho entre Irineo Joffily e o muro da casa do coronel Silvino Campos, onde, em 1922, foi aberta a rua Rui Barbosa, era anteriormente rua de Antônio Azevedo; o restante denominava-se rua do Açude Novo.

VENÂNCIO NEIVA (rua) – Começa na praça da Luz e termina na rua da Independência. O trecho entre a Luz e a Cardoso Vieira era rua José Precipício e o restante beco de José Bernardino.

VIDAL DE NEGREIROS (rua) – Começa na praça da Luz e termina na rua da República, no velho casarão onde foi o quartel da polícia. Antiga rua da Rodagem ou do Silvestre.

VISCONDE DE PELOTAS (rua) – Começa no largo do Rosário e termina na rua Treze de Maio. Antiga rua do Progresso. O lado direito foi desapropriado pelo prefeito Vergniaud para a continuação da avenida Floriano Peixoto.

FONTES DE PESQUISA

DOCUMENTÁRIO

XAPÉU, Carlos Alberto (dir.). Campina Grande ontem e hoje, você faz parte dessa História. Campina Grande, 2010, 120 min.

JORNAIS

O XV DE NOVEMBRO, Campina Grande, outubro de 1908/ junho de 1909.

O CAMPINA GRANDE, Campina Grande, julho a agosto de 1909.

A GAZETA DO SERTÃO, Campina Grande, dezembro de 1923.

CORREIO DE CAMPINA, Campina Grande, janeiro de 1927.

O SÉCULO, Campina Grande, junho 1928/abril de 1929.

BRASIL NOVO, Campina Grande, janeiro de 1931/ fevereiro de 1932.

JORNAL DE CAMPINA, Campina Grande, janeiro/ março de 1933.

A BATALHA, Campina Grande, novembro de 1934/ abril de 1935.

VOZ DA BORBOREMA, Campina Grande, junho de 1937/ julho de 1940.

O REBATE, Campina Grande, outubro de 1943/ outubro de 1944.

A VOZ DO DIA, Campina Grande, maio de 1945.

CORREIO CAMPINENSE, Campina Grande, agosto de 1949.

O MOMENTO, Campina Grande, setembro/ novembro de 1950.

O DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, agosto/ outubro de 1983.

REVISTA

VERSIGNASI, Alexandre (ed.). Como fazíamos sem... ruas? *Aventuras na História*, São Paulo: Editora Abril, Edição 112, jan. 2012.

SITES

<http://www.cgretalhos.blogspot.com>. Acesso em: ago. 2011/ jan. 2012/jun/2020.

<http://www.webartigos.com>. Acesso em: 03 ago. 2011.

<http://www.rosario.org.br>. Acesso em: 01 set. 2011.

<http://www.origemdapalavra.com.br>. Acesso em: 09 abr. 2012.

<http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2018.

MEMÓRIAS E CRÔNICAS

BARRETO, Lima. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DANTAS, Adhemar Fernandes. *Pelo tempo sem fim amém*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1982.

LIMA, Ronaldo Cunha. *Roteiro Sentimental: Fragmentos Humanos e Urbanos de Campina Grande*. João Pessoa: Grafset, 2001.

MACEDO, Joaquim Manuel de. 1820-1882. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Edições do Senado Federal; v. 41. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2005.

MARIA FILHO, Francisco. *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978.

MORAES, Antônio Pereira de. *Vi, ouvi e senti*. Crônicas da vida campinense e outras narrativas - versinhos de ontem e de hoje. Campina Grande: s.e., 1985.

PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 1. edição. Campina Grande: Editora Teone, 1956.

PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. 2. edição.
Campina Grande: EDUFCCG, 2011.

PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da história de Campina Grande* (2º volume de *Abrindo o livro do passado*). Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

PIMENTEL, Cristino. *Mais um mergulho na história campinense*.
Campina Grande: Editora Caravelas, 2001.

RIBEIRO, Hortênsio de Sousa. *Vultos e fatos*. João Pessoa:
Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1979.

VILLAR, Euclides. *Almanaque de Campina Grande para o ano de 1933*. Ano I. Campina Grande: Livraria Campinense, 1932.

FORMATO *15x21 cm*

TIPOLOGIA *Adobe Garmond Pro*

Nº DE PÁG. *202*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUFCCG



O historiador e professor João Paulo França por meio desta pesquisa intitulada *A cidade e as ruas: crônicas e memórias na Campina Grande da primeira metade do século XX*, vem possibilitar uma inegável colaboração historiográfica para os estudos sobre a cidade de Campina Grande.

Baseado na já consolidada produção historiográfica local, em especial na linha de pesquisa de Cultura e Cidades, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o historiador João Paulo França consegue ir além do que já foi elaborado, dialogando e entrecruzando uma diversidade de fontes escritas e iconográficas, para captar algumas das experiências das ruas campinenses em um momento de intensa transformação urbana.

Fruto de uma dissertação de mestrado, no já citado PPGH/UFCG, a pesquisa possui o refinamento do bom escritor, visto que João Paulo França na mesma linha de um dos seus colaboradores, o cronista Cristino Pimentel (uma espécie de João do Rio das terras paraibanas), conseguiu construir uma narrativa bem elaborada e convincente, sempre ancorado em elementos retirados de periódicos, fotografias e crônicas.

As ruas de Campina Grande, da primeira metade do século XX, ganham vida, com cor e sabor, em uma dimensão histórica impressionante. É possível rever os nomes jocosos que algumas recebiam pelos populares em diferentes épocas, como eram ocupadas de maneira distintas por populares ou membros das classes dominantes, bem como representavam certas imagens simbólicas em seu tempo de poder nos atos de nomeações.

João Paulo França, desta forma, com brilhantismo e profundo método, “reinventa” a cidade de Campina Grande, na mesma linha de historiadores como Fábio Gutemberg, captando assim a experiência urbana, através de sua materialidade urbanística, evidenciando nas ruas um elemento cultural importante de uma das mais importantes cidades do interior do Brasil.

Bruno Gaudêncio, escritor e historiador paraibano.